

MAÍSA FALEIROS DA CUNHA

FOGOS E ESCRAVOS DA FRANCA DO IMPERADOR NO SÉCULO XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 25/02/2005

BANCA



Profa. Dra. Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi (Orientadora)



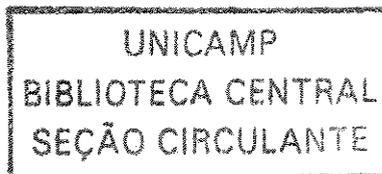
Prof. Dr. Robert Wayne Slenes



Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Profa. Dra. Ana Sílvia Volpi Scott (Suplente)

Fevereiro/2005



200509333

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	UNICAMP
	C914f
V	EX
TOMBO, BCI	63583
PROC.	16-86-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	14,00
DATA	10/05/05
Nº CPD	

Bibt. id. 349619

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C914f

Cunha, Maísa Faleiros da
Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX /
Maísa Faleiros da Cunha. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. População - História. 2. Domicílios - Franca (SP) - Séc.
XIX. 3. Escravos. I. Bassanezi, Maria Silvia C. Beozzo (Maria
Silvia Casagrande Beozzo). II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Resumo

Esta dissertação estuda a população de um município do norte paulista (Franca), que se caracteriza por apresentar uma economia dinâmica voltada para o mercado interno, em um momento de expansão da agricultura de exportação em terras da Província de São Paulo (século XIX). De um modo especial, busca ampliar o conhecimento da população no período, centrando a atenção sobre os domicílios e seus chefes (com e sem escravos), a população livre e, sobretudo, a escravaria existente no município naquele momento. Utiliza como fontes básicas, a Lista Nominativa de Habitantes de 1835-1836, o Recenseamento Geral do Império de 1872 e os registros paroquiais (batismo, casamento e óbito de escravos), no período de 1806-1888.

Abstract

This dissertation studies the population of a city located in the north of São Paulo Province (Franca), characterized by presenting a dynamic economy oriented to the internal market, in a specific moment in which the agriculture for exportation of that Province was expanding (19th century). In a particular way, the research attempts to enlarge the knowledge about the population in this period, centering the attention on households and their chiefs (with and without slaves), on free population and, mainly, on local slavery. It utilizes as basic sources the following documents: "Lista Nominativa de Habitantes" of the period 1835-1836, "Recenseamento Geral do Império" of the year 1872 and Parochial Records (baptism, marriages and death of slaves), between the years 1806 and 1888.

Aos meus pais, Eurípedes e Arlete

Agradecimentos

Inicialmente agradeço ao apoio financeiro concedido pela CAPES, que me permitiu o suporte necessário para a conclusão deste trabalho.

A minha orientadora, Maria Sílvia Beozzo Bassanezi que me trouxe à demografia histórica, respeitou a escolha do tema de minha pesquisa e sempre demonstrou estímulo, dedicação e empenho insuperáveis.

Aos membros da banca de qualificação, os professores Dr. Robert Slenes, Dr. Carlos Bacellar e Dra. Ana Sílvia Volpi Scott pelas sugestões estimulantes e comentários críticos para o andamento da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Demografia pelo interesse e confiança em minha pesquisa; aos pesquisadores, funcionários e bolsistas do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), em especial, Adriana e Rodrigo, bibliotecários que me auxiliaram nas citações e referências bibliográficas. A Christina, da secretaria de Pós Graduação do IFCH/INICAMP, pelos esclarecimentos burocráticos.

Ao padre Márcio Otávio que autorizou o acesso e a coleta de dados dos registros da paróquia Nossa Senhora da Conceição, no Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Aos funcionários da Cúria, especialmente Ângela, que acolheram a mim e a meus pais com paciência e bom humor.

Aos professores Dr. Tarcísio Botelho, coordenador do projeto “Levantamento, digitação e publicação das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania e Província de São Paulo” desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar, coordenador da pesquisa realizada em São Paulo, pela disponibilidade da Lista Nominativa de Habitantes de 1835-1836 digitalizada para a Vila Franca do Imperador.

Aos amigos do curso de Pós Graduação em Demografia, Fábio, Eliana, Simone, Rosa, Leonardo, Ricardo e Jose Vilton, companheiros de trabalho que me proporcionaram agradáveis momentos. Sem a ajuda do Ricardo e Jose Vilton a manipulação do SPSS teria sido bem mais difícil. Aqueles que em Campinas ou Franca me deram força e estímulo: Maria

Teresa (companheira de morada), Carol, Isabella, Robson, Christian, Salete, Geovani e minha avó Maura que aqui representa o restante da família.

Ao Otávio, pessoa maravilhosa, pelo amor e cumplicidade. E por sua disposição a me ajudar, me ouvir e sempre me incentivar.

Aos meus pais, Arlete e Eurípedes, pelo apoio afetivo e financeiro indispensáveis à minha formação. Ao longo da pesquisa, foram auxiliares de pesquisa voluntários, copiando, durante as tardes do ano de 2003, todos os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito de escravos. A confiança e ajuda de vocês tornaram este trabalho possível.

Às minhas irmãs, Patrícia, sempre carinhosa, alegre e atenciosa, Vanessa, por ter sido a companheira por muitos dias nos (difíceis) momentos de se escrever uma dissertação.

Certamente minha gratidão (por tudo) é maior do que estes agradecimentos.

SUMÁRIO

Introdução, 15

Capítulo 1 – Percursos da Pesquisa e Fontes Documentais, 19

1.1. Um panorama dos estudos sobre a população escrava, 21

1.2. Fontes documentais, 34

Capítulo 2 – Franca do Imperador no Século XIX, 45

2.1. Evolução econômica, demográfica e administrativa do município, 47

2.2. População francana – 1836 e 1872, 58

Capítulo 3 – Fogos, Chefes e Escravos – uma análise transversal, 79

3.1. Fogos com e sem escravos, 81

3.2. Chefes de fogos, 101

3.3. Escravos, 114

Capítulo 4 – Momentos da vida do escravo: nascer, casar e morrer, 129

4.1. Nascimentos, 132

4.2. Casamentos, 143

4.3. Óbitos, 149

Considerações Finais, 155

Referências Bibliográficas, 157

Lista de Tabelas

- Tabela 2.1. População segundo condição social. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 50
- Tabela 2.2. População segundo condição social. Antigo Território de Franca – 1872; 52
- Tabela 2.3. População segundo condição social. Antigo Território de Franca – 1886; 54
- Tabela 2.4. População por condição social segundo sexo. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 60
- Tabela 2.5. População por idade segundo condição social e sexo. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 62
- Tabela 2.6. População com 11 anos ou mais por estado conjugal segundo condição social e sexo. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 65
- Tabela 2.7. População escrava por naturalidade segundo sexo. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 66
- Tabela 2.8. População escrava por naturalidade segundo sexo. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 67
- Tabela 2.9. População por condição social segundo sexo. Antigo Território de Franca - 1872; 72
- Tabela 2.10. População por idade segundo condição social e sexo. Antigo Território de Franca – 1872; 74
- Tabela 2.11. População com 11 anos ou mais por estado conjugal segundo condição social e sexo. Antigo Território de Franca – 1872; 75
- Tabela 2.12. População por cor segundo condição social e sexo. Antigo Território de Franca – 1872; 75
- Tabela 2.13. População escrava por naturalidade segundo condição social e sexo. Antigo Território de Franca – 1872; 76
- Tabela 2.14. População segundo condição social em relação às profissões. Antigo Território de Franca – 1872; 77
- Tabela 3.1. Distribuição da população e dos fogos por distrito segundo a condição social. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 85
- Tabela 3.2. Pessoas livres nos fogos com e sem escravos – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836.; 87
- Tabela 3.3. Pessoas livres + escravas nos fogos com escravos –Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 87
- Tabela 3.4. Pessoas escravas nos fogos – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 87
- Tabela 3.5. Pessoas presentes nos fogos com escravos e sua relação com o chefe. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 90

- Tabela 3.6. Pessoas presentes nos fogos sem escravos e sua relação com o chefe. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 91
- Tabela 3.7. Composição dos fogos segundo a presença ou não de escravos – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 93
- Tabela 3.8. Estruturas dos Fogos e Famílias/ Categorias – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 95
- Tabela 3.9. Chefes dos fogos por sexo segundo distrito – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 102
- Tabela 3.10. Tamanho das posses de escravos por sexo dos proprietários – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 104
- Tabela 3.11. Chefes dos fogos por sexo e idade. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 105
- Tabela 3.12. Chefes dos fogos por sexo e estado conjugal. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 107
- Tabela 3.13. Chefes dos fogos por sexo e cor. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 108
- Tabela 3.14. Chefes dos fogos por sexo segundo naturalidade. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 109
- Tabela 3.15. Chefes de fogos por sexo e ocupação. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 111
- Tabela 3.16. Tamanho da posse de escravos por ocupação do chefe. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 113
- Tabela 3.17. Proprietários de escravos e escravos por tamanho da posse – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 115
- Tabela 3.18. Razão de sexo dos escravos por tamanho da posse. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 119
- Tabela 3.19. População escrava por sexo e tamanho da posse – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 119
- Tabela 3.20. Distribuição etária da população escrava segundo grandes grupos de idades – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 120
- Tabela 3.21. População masculina africana de 11 anos e mais segundo estado conjugal e tamanho da posse. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 121
- Tabela 3.22. População feminina africana de 11 anos e mais segundo estado conjugal e tamanho da posse – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 121
- 3.23. População masculina nacional de 11 anos e mais segundo estado conjugal e tamanho da posse – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 122
- Tabela 3.24. População feminina nacional de 11 anos e mais segundo estado conjugal e tamanho da posse – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 122
- Tabela 3.25. População escrava masculina por naturalidade e tamanho da posse – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 124

Tabela 3.26. População escrava feminina por naturalidade e tamanho da posse – Porcentagem. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 124

Tabela 4.1. Período transcorrido entre o nascimento e o batizado dos filhos de escravos. Paróquia de Franca, 1806-1888; 133

Tabela 4.2. Escravos batizados segundo sexo. Paróquia de Franca, 1086-1888; 135

Tabela 4.3. Filiação legítima e ilegítima dos escravos batizados segundo sexo. Paróquia de Franca, 1086-1888; 136

Tabela 4.4. Filiação legítima e ilegítima dos escravos batizados segundo a origem ou cor da mãe. Paróquia de Franca, 1086-1888; 136

Tabela 4.5. Filiação legítima dos escravos batizados segundo a origem ou cor dos pais. Paróquia de Franca, 1086-1888; 136

Tabela 4.6. Legitimidade entre os filhos de escravos. Paróquia de Franca, 1806-1888; 138

Tabela 4.7. Proporção de filhos legítimos de escravos em Paróquias do Sudeste. Século XIX; 142

Tabela 4.8. Condição social dos noivos. Paróquia de Franca, 1807-1888; 145

Tabela 4.9. Cor/naturalidade dos noivos. Paróquia de Franca, 1807-1888; 145

Tabela 4.10. Óbitos de escravos e ex escravos por sexo e grupos etários. Paróquia de Franca, 1806-1888; 150

Tabela 4.11. Cor da mortalha dos escravos e ex escravos. Paróquia de Franca, 1806-1888; 152

Lista de Quadros

Quadro 3.1. Número de pessoas por fogo – Municípios paulistas, 1810-1836; 86

Quadro 3.2. Tipologia proposta por Scott (1987), 94

Quadro 3.3. Tipologia de Fogos – Vila Franca do Imperador, 94

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1. Tendência de Crescimento da População segundo Condição Social – Território de Franca – 1836 a 1886, 55

Gráfico 2.2. População escrava. Vila Franca do Imperador, 1836; 61

Gráfico 2.3. População livre. Vila Franca do Imperador, 1836; 62

Gráfico 2.4. População escrava. Antigo Território de Franca, 1872; 73

Gráfico 2.5. População livre. Antigo Território de Franca, 1872; 73

Gráfico 3.1. Escravos homens por grupos etários - Posses unitárias. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 126

Gráfico 3.2. Escravas mulheres por grupos etários - Posses unitárias. Vila Franca do Imperador, 1835-1836; 126

Gráfico 4.1. Sazonalidade dos batizados. Paróquia de Franca, 1806-1888; 135

Gráfico 4.2. Legitimidade dos batizados. Paróquia de Franca, 1806-1888; 137

Gráfico 4.3. Sazonalidade dos casamentos. Paróquia de Franca, 1807-1888; 146

Gráfico 4.4. Sazonalidade dos óbitos. Paróquia de Franca, 1807-1888; 151

Lista de Mapas

Mapa 2.1. Município de Franca, 1836; 49

Mapa 2.2. Municípios Franca e Batatais, 1854; 51

Mapa 2.3. Municípios de Franca, Batatais e Cajuru, 1872; 52

Mapa 2.4. Municípios de Franca, Batatais, Cajuru, Igarapava, Patrocínio Paulista e Ituverava, 1886; 54

Introdução

São Paulo foi a região do Brasil que conheceu as mais profundas transformações demográficas, ao longo do século XIX, vinculadas principalmente à expansão da agricultura de exportação: a de cana-de-açúcar e, sobretudo, a do café. Neste período, a população paulista em geral diversificou e mostrou um grande crescimento. Este, no entanto, não se processou de forma homogênea em todo território da Província. O peso da migração e do crescimento natural responsáveis por este incremento populacional variaram no espaço e no decorrer do tempo. Parte integrante desse processo, os domicílios e os segmentos populacionais livre e escravo em São Paulo também apresentaram variantes em seu crescimento, estrutura e dinâmica ainda não apreendidas em sua totalidade.

Na tentativa de resgatar informações que permitam ampliar um pouco mais o conhecimento sobre tais variantes, nesta dissertação, focalizamos o município de Franca, no norte de São Paulo¹. Este município, do início do século XIX até a abolição da escravidão, não havia se inserido na agricultura de exportação, o que só irá ocorrer no final daquele século com a chegada da ferrovia, do café e de imigrantes europeus. No entanto, o desenvolvimento da grande lavoura de exportação, em outras áreas da Província de São Paulo, beneficiou a economia de Franca, naquele período, na medida em que este município tornou-se um centro abastecedor daquelas áreas.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município de então eram a pecuária e a produção de gêneros de subsistência. Além disso, Franca tinha uma produção doméstica de tecelagem, que ultrapassava o consumo interno do domicílio e, exercia a função de um importante entreposto de comércio do sal. Dessa forma, embora o município não estivesse vinculado diretamente à grande lavoura de exportação, possuía uma economia dinâmica, o que justifica a presença de uma população considerável, tanto de pessoas livres como de escravas, que foi se modificando no decorrer do tempo.

A escolha do município de Franca, como objeto de análise, deve-se ao fato de que ainda são poucos os estudos de caso, de caráter mais demográfico, principalmente sobre domicílios e população escrava, para áreas voltadas para o abastecimento interno, na Província

¹ Parte importante do território de Franca faz divisa com Minas Gerais, cujos limites com São Paulo só foram definidos no século XX.

de São Paulo, no período aqui analisado. De um modo geral, os estudos existentes consideram as últimas décadas do século XVIII e início do XIX² e os que avançam até 1888, privilegiam as áreas que se dedicaram à agro-exportação³. Recentemente, podemos contar com o livro *Slavery and Economy of São Paulo, 1750-1850* de Luna e Klein (2003), que enfatiza a importância da agricultura voltada para o abastecimento interno, inclusive com a participação dos escravos, na Capitania/Província de São Paulo, como um todo.

À luz dessa literatura, de outros estudos e das fontes consultadas para Franca, principalmente a Lista Nominativa de 1835-1836, o Recenseamento Geral do Império de 1872 e os registros paroquiais de 1806 a 1888, apresentamos aqui a nossa contribuição para o conhecimento demográfico da Província de São Paulo no período analisado.

Esta contribuição enfatiza de modo especial os fogos com e sem escravos, seus chefes e a escravaria. Sua estrutura e dinâmica, no que se assemelha ou difere em relação àquelas vinculadas às áreas agro-exportadoras e outras voltadas para o abastecimento interno em um período mais remoto e em outros locais. Em outras palavras, esperamos confirmar nossa hipótese de que a demografia escrava em Franca apresenta peculiaridades advindas do contexto sócio-econômico em que se inseria, especialmente a economia dinâmica voltada para o abastecimento interno aliada a posição de entreposto comercial (do gado e do sal) e rota de tropeiros, o que implica que as características desta população ora se aproximem ora se diferenciem daquelas observadas para as áreas de abastecimento interno e de agroexportação.

Para isso, estruturamos esta dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, *Percursos da Pesquisa e Fontes Documentais*, apresentamos alguns resultados sobre a demografia escrava, as fontes documentais trabalhadas, suas características, potencialidades e limitações.

No segundo capítulo, *Franca do Imperador no século XIX*, traçamos um panorama do contexto histórico e regional e a evolução e características da população francana a luz da bibliografia sobre este município. Descrevemos inicialmente o processo de ocupação e povoamento da região e do município, as transformações administrativas ocorridas no decorrer do tempo e as bases econômicas, sobre as quais se assentavam o desenvolvimento do

² COSTA; GUTIÉRREZ, 1984; MARCÍLIO, 1986; METCALF, 1987; COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987; SCOTT, 1987; COSTA; NOZOE, 1989; SAMARA, 1989; LUNA, 1992; MOTTA, 1999; BACELLAR, 1997 e 2001; entre outros.

município no período. A seguir, tratamos da evolução e características da população escrava em 1836 e 1872 *vis-à-vis* a população livre demonstrando que estas cresceram em ritmos desiguais entre os anos considerados, em virtude da condição de escravidão em que vivia a primeira. Neste item utilizamos como fonte base a Lista Nominativa de Habitantes de 1835-1836 para a Vila Franca do Imperador e o Recenseamento Geral do Império de 1872.

Em *Fogos, Chefes e Escravos – uma análise transversal*, o terceiro capítulo, fixamos na Lista Nominativa de Habitantes de 1835-1836 e buscamos caracterizar e comparar os fogos com e sem escravos, assim como os seus chefes. Concluindo esta parte, mostramos as principais características demográficas dos escravos em relação ao tamanho da posse.

O último capítulo, *Momentos da vida do escravo: nascer, casar e morrer*, afinilamos nosso espaço de análise à Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca entre 1806-1888. Focalizamos apenas a população escrava tendo como fonte básica os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, destacando algumas características demográficas e sócio-culturais destes eventos vivenciados pela população escrava.

As considerações finais retomam os principais tópicos abordados. Acreditamos que os resultados obtidos por esta dissertação avançam no conhecimento sobre a demografia escrava (e também livre) em uma economia de abastecimento interno no período de expansão da lavoura de exportação na Província de São Paulo.

³ SLENES, 1999; ROCHA, 2004a e 2004b.

CAPÍTULO 1

PERCURSOS DA PESQUISA E FONTES DOCUMENTAIS

1.1. Um panorama dos estudos sobre a população escrava

A Demografia Histórica contribuiu para os avanços dos estudos sobre a população livre (sobre as mulheres, a sexualidade, as crianças, a família, a elite proprietária de escravos, os camponeses, os expostos e os agregados) e sobre a população escrava no passado brasileiro (a existência da família escrava no cativo, a formação de redes de parentesco e de sociabilidades entre os cativos). Dentre a gama dos temas citados, interessa-nos o estudo da demografia escrava.

A preocupação dos estudiosos com a temática da escravidão e com a presença do negro na sociedade brasileira remontam à segunda metade do século XIX. Revisão e comentários críticos dos estudos e análises, que ocorreram desde essa época até a segunda metade do século XX, foram amplamente e bem desenvolvidos por vários autores¹, assim como daqueles que inovaram os estudos sobre a família escrava nos Estados Unidos nos anos 1970. Eles não serão retomados neste trabalho. Optamos por nos fixar nos trabalhos produzidos a partir das últimas décadas do século XX que tratam dos aspectos de caráter mais demográfico da população escrava no Brasil.

Esses trabalhos são baseados, sobretudo, em fontes seriais que servem de base para os estudos demográficos em uma perspectiva histórica como registros paroquiais, listas nominativas de habitantes, matrículas de escravos, testamentos, inventários *post-mortem* etc. Focalizam a população e a família escravas e contestam a visão, que até então persistia na historiografia, sobre a vida sexual e familiar promíscua do escravo.

De um modo geral, os estudos sobre demografia e família escrava concentram-se, em sua maioria, na região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Os principais estudos sobre a Capitania/ Província² de São Paulo focalizaram, com especial ênfase o Vale do Paraíba e o litoral norte paulistas, nas últimas décadas do século XVIII e três primeiras décadas do XIX (período em que se iniciava a penetração de café nesta área) e o Velho Oeste Paulista na segunda metade do século XIX. Mais recentemente, estudos sobre localidades que não estão inseridas na produção voltada para a agro-exportação na Província de São Paulo

¹ Para um histórico sobre os estudos clássicos da escravidão e da família escrava até a década de 1960 ver, entre outros: MOTTA, 1999, Cap. IV; SLENES, 1999, Cap. I e ROCHA, 2004 a, Cap. I.

² As Capitanias passam a ser chamadas de Províncias quando o Brasil é elevado a Reino Unido em 1815.

vêm sendo realizados por Valentim (2001) e Marcondes; Garavazo (2002). O trabalho de Valentim focaliza Apiaí (área mineratória paulista) no século XVIII e primeiras décadas do XIX e o segundo estuda a estrutura da posse de escravos em Batatais na segunda metade do século XIX.

Iraci Del Nero da Costa, Robert W. Slenes e Stuart B. Schwartz (1987) analisaram, a partir das Listas Nominativas de quatro das oito Companhias de Ordenanças de Lorena em 1801, as características demográficas dos escravos ressaltando a existência da família escrava em 53% desse contingente cativo. A maior concentração de famílias constituídas “regularmente” (o que significa a indicação do estado conjugal dos escravos como casados ou viúvos) encontrava-se nas grandes posses (com 10 ou mais escravos).

A participação dos escravos casados ou viúvos chegava a 33,4% (excluindo-se as crianças com 14 ou menos anos). Havia baixa incidência de casamentos entre escravos não pertencentes ao mesmo proprietário. O acesso ao casamento entre os escravos de pequenas posses era mais restrito, devido a ausência de parceiros. Os enlaces entre escravos de diferentes posses, designado pelos autores como casais incompletos (um cônjuge não estava presente ou indeterminado), atingiam o limite superior hipotético de 10,3% destes casais. Os matrimônios entre escravos e livres não chegavam a 1/5 do total realizado. Quase metade das crianças com 14 ou menos anos era legítima e vivia com seus pais³. Dentre os legítimos, os meninos superavam as meninas, ocorrendo o inverso dentre as crianças naturais e com filiação desconhecida. Os legítimos estavam concentrados nas grandes escravarias (70,6%) e apenas 6,3% destes provinham de posses com até 4 cativos.

Em artigo de 1989, Costa e Nozoe complementam esse estudo de Lorena ao analisarem a estrutura da posse de escravos a partir das Listas Nominativas de 1801. Dentre as principais características desta população escrava destacaram-se: razão de sexo⁴ relativamente elevada (120,3 para o conjunto total de cativos, 221 para africanos e 97,6 para coloniais), significativa participação das crianças com 10 ou menos anos (29,2%) o que pode ser um indício de crescimento natural entre os coloniais, uma vez que estes apresentavam um perfil de populações jovens. A média de escravos por proprietário alcançou 5,6 escravos e a mediana 3

³ Os autores admitem o alto peso relativo dos legítimos, mesmo acrescentando aos naturais todas as pessoas com filiação desconhecida e excluindo-se os africanos (143 legítimos num total de 326).

escravos. Cerca de 30% dos escravos viviam em propriedades com 16 a 41 escravos e os senhores dessas posses representavam apenas 6,2% dentre o total de proprietários. O maior percentual de escravos (41,1%) se encontrava nas posses de 6 a 15 escravos, e as escravarias com apenas um escravo detinham 4,4% dos escravos. A presença feminina entre os escravistas chegava a 24,1% do total, mas estas detinham apenas 18,3% do total de escravos.

No início do século XIX, a economia e produção do Vale do Paraíba paulista baseavam-se em diversos gêneros de subsistência (milho, mandioca, feijão, aguardente e toucinho) com exceção do fumo e do açúcar, gêneros para exportação. Com a entrada do café, a estrutura da população escrava se modifica devido ao grande afluxo de africanos adquiridos via tráfico atlântico.

Esse momento de introdução e expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba paulista é o objeto de análise de Motta (1999) que focaliza o município de Bananal. Ao abordar a estrutura da posse de escravos e a família escrava a partir das listas nominativas de 1801, 1817 e 1829, o autor relaciona o crescimento demográfico da população escrava ao desenvolvimento econômico porque passa a região.

A população escrava aumenta sua participação absoluta e relativa no total da população de Bananal. A população escrava em 1801 constituía-se de 401 escravos (41% da população total), passou para 1.010 escravos em 1817 (34,5%) e em 1829 chegou a 2.282 cativos (56,8%). A participação dos forros foi praticamente irrelevante, não atingindo meio por cento nos três períodos considerados. A razão de sexo em 1801 era de 138,7, 179,8 em 1817 e elevou-se a 218,7 em 1829.

A presença dos escravos de origem africana na composição da população escrava em 1801 era de 57,1%, de 61,7% em 1817 e 81,7% em 1829. A maior parte dos escravos africanos trazidos para Bananal encontrava-se em idade produtiva, diminuindo o peso das crianças (0-9 anos) e inchando o total de solteiros. A expressiva entrada do contingente africano na comunidade escrava em Bananal causou impacto na família escrava.

A porcentagem de escravos vivendo em famílias variou no tempo⁵ e refletiu o ciclo de formação das escravarias. Em 1801, verifica-se a estabilidade da família escrava, em 1817 a

⁴ A razão de sexo mais conhecida como razão de masculinidade corresponde ao número de homens para cada 100 mulheres.

⁵ Em 1801 é de 52%, 33,1 % em 1817 e em 1829, 34,6%.

desestabilização da família escrava ocorre com a entrada de crioulos vindos de outras regiões e africanos, para, em 1829 voltar a se recuperar. A legitimidade entre os escravos também oscila nos anos considerados: 17% do total da escravaria em 1801 era composta por legítimos, 5,3% em 1817 e 7,7% em 1829.

Francisco Vidal Luna (1992) utiliza as Listas Nominativas de Habitantes de 1777, 1804 e 1829 para analisar as características demográficas dos escravos e aprofundar o tema do estado conjugal de escravos de 25 localidades paulistas de cinco regiões geográficas: Oeste Paulista, Litoral, Região da Capital, Caminho do Sul e Vale do Paraíba.

“Em 1804, para o conjunto da população escrava com 15 anos ou mais, o percentual de casados alcançava 28,8% e o de viúvos 3,0%. Em 1829, os números mantiveram-se estáveis, com porcentagens de 28,4% e 2,1% respectivamente. Os menores percentuais ocorreram nas áreas voltadas aos cultivos de subsistência, com baixas médias de escravos por proprietário, como a Região da Capital (23,3% de casados) e o Litoral (18,9%). O oposto ocorria no Oeste Paulista, centro produtor de açúcar, com 34,6%” (LUNA, 1992, p. 449).

O autor encontra uma correlação positiva entre o tamanho da posse e a oportunidade de casamentos entre os escravos, ao passo que o peso dos casados e viúvos crescia proporcionalmente ao tamanho da posse. Com a introdução e desenvolvimento da cana-de-açúcar e do café no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista, o potencial reprodutivo das mulheres escravas diminuiu e a capacidade de reprodução natural dos escravos se tornou menor como reflexo da entrada de novos adultos escravos e o conseqüente desequilíbrio entre os sexos.

Robert Slenes (1999) encontrou correlação semelhante em seu trabalho sobre Campinas no século XIX (localidade agro-exportadora do Velho Oeste Paulista). Neste estudo, a evolução demográfica e econômica de Campinas nos é apresentada ao longo do período escravista no século XIX através das listas nominativas de habitantes de 1801, 1829 e uma amostra da Matrícula Geral de Escravos de 1872. No início do século XIX, Campinas era um importante produtor de açúcar, mantendo tal posição ainda em 1829. O desenvolvimento da cafeicultura neste município ocorre entre a década de 1840 e 1860. Até o fim do tráfico transatlântico de escravos (1850-51), os africanos compunham importante parcela da

população escrava (em 1801, 70,1% dos escravos com 15 ou mais anos eram africanos). Com o fim do tráfico internacional, os escravos chegavam a Campinas através do tráfico interno e, apesar da abolição do tráfico transatlântico, as razões de sexo permaneceram elevadas.

Entre os escravos adultos (acima de 15 anos) a razão de sexo era superior a 190, nos fogos com 10 ou mais cativos (onde se concentrava mais de 70% dos cativos) essa razão chegava a 231. Em 1829 a desigualdade entre os sexos é maior. Entre a população escrava adulta (mais de 15 anos) era de 286 e nos fogos médios e grandes (com 87,1% dos cativos) atingia 309. Em 1872 era de 213 entre o total da população escrava com 15 anos e mais e 194 nas escravarias com 10 ou mais cativos.

Nas grandes propriedades (com mais de 10 cativos), os escravos apresentavam maior estabilidade conjugal e familiar e até a possibilidade de construir redes de parentesco extensas, diferenciando-se dos escravos de unidades produtivas menores voltadas não para a grande lavoura. Esta diferenciação de oportunidades se dá pela maior facilidade em se encontrar um(a) parceiro(a) na mesma propriedade, e o fato dos grandes proprietários apresentarem menor probabilidade de sofrerem um desequilíbrio econômico que os obrigasse a colocar escravos à venda.

Quando se verifica a participação dos cativos entre os casados ou viúvos de Campinas, a proporção de mulheres é maior do que a de homens especialmente nas posses com 10 ou mais escravos (superior a 60% em todos os anos considerados, 1801, 1829 e 1872). Para o total de posses, a porcentagem de escravos do sexo masculino casados ou viúvos chegou a quase um terço em 1801 e 1872 e a 23% em 1829 e entre as mulheres cativas esse porcentual foi de 58,2% em 1801, 55,4% em 1829 e 61,8% em 1872.

Outros fatores ajudam a explicar os índices de casamento mais elevados entre os cativos em São Paulo:

“(…) São Paulo tinha proporcionalmente muito mais religiosos seculares do que o Rio: 3,3 contra 1,7 para cada 10.000 pessoas livres e escravizadas. As duas constatações sugerem uma Igreja bem mais “presente” em São Paulo nessa época do que no Rio, em termos do número de seus efetivos e da penetração do sacramento do matrimônio na população mais pobre” (SLENES, 1999, p. 89).

Como a porcentagem de casados ou viúvos era maior entre os escravos que se encontravam nas grandes posses, a legitimidade entre as crianças escravas de 1 a 9 anos⁶ diferenciou-se de acordo com o tamanho das posses. Segundo a amostra de Listas de Matrícula de 1872, nas posses com 1 a 9 cativos 29% das crianças eram legítimas e 80% nas posses com mais de 10 cativos. Em relação aos resultados referentes à legitimidade, estes permitem vislumbrar a permanência das crianças junto aos seus pais em seus anos formativos, assim como apresentam resultados superiores quanto à filiação em comparação com os registros paroquiais.

“Dados dos arquivos paroquiais de Campinas indicam em torno de 60% dos assentos de batismo de escravos nos anos anteriores à matrícula [de 1872] incluíam o nome de *ambos* os pais da criança. Como senhores e padres costumavam não indicar o nome do pai nesses registros se a criança não era o fruto de uma união sancionada pela Igreja, esta porcentagem pode ser considerada uma taxa de “legitimidade” no sentido estrito da expressão. Mais útil, contudo, é a informação sobre legitimidade proveniente da amostra da matrícula de 1872. Esta informação pode ser discriminada pelo tamanho da posse; além disso, [...] a ligação de fontes indica que os senhores tinham memórias imperfeitas e listavam como “legítimos” em 1872 um número substancial de primeiros filhos sobreviventes que haviam nascido *antes* da data em que suas mães contraíram o matrimônio” (SLENES, 1999, p. 101-102).

Utilizando-se dos registros paroquiais de casamento de uma das duas paróquias de Vila Rica entre 1727-1826, Luna e Costa (1981) apresentam os seguintes resultados: 75% dos casamentos ocorriam entre nubentes escravos, um quinto entre forros (as) e escravos (as), não houve registro de enlace entre escravo e pessoa de condição livre, verifica-se a preferência entre os indivíduos por cônjuges de mesma origem. Os casamentos que envolviam pelo menos um cônjuge escravo representam 12,6% do total de registros presentes na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias.

Em estudo sobre Santana de Parnaíba (município próximo a cidade de São Paulo localizado às margens do rio Tietê) Alida Metcalf (1990) apresenta alguns resultados de sua

⁶ Considera-se que o registro de metade dos escravos da Matrícula foi realizado até meado de 1873, portanto, as

pesquisa sobre os casamentos entre os escravos desta localidade no período entre 1726 a 1820. Utilizando-se dos registros paroquiais de casamentos, a pesquisa mostra que os enlaces nos quais ambos os cônjuges eram cativos representaram 70% do total, entre cativos e pessoas livres o percentual chegava a 21%⁷. Dentre os matrimônios em que ambos os nubentes são escravos, 94% eram do mesmo senhor. A autora ressalta que os *broad marriages* (casamentos entre escravos que viviam em diferentes propriedades) eram mais comuns entre os escravos nos Estados Unidos do que no Brasil. O casamento de escravos também indica a constituição da família escrava em Santana de Parnaíba.

Em artigo de 1987, Metcalf empreende uma análise da família escrava de Santana de Parnaíba entre 1720-1820 a partir de dois modelos de estratégias adotadas pelos escravos para sobreviverem à escravidão, respectivamente os propostos por Genovese e Gutman. Para Genovese, os escravos estavam inseridos em uma sociedade hierarquizada e patriarcal, ligados à família do senhor. A família escrava se submetia ao às relações paternalistas entre senhor e escravos. A perspectiva de Gutman difere de Genovese, por esse insistir na independência da cultura e da família escrava, sendo esta última, apesar de instável, a base da cultura escrava.

Ao desenvolver seu artigo, esta autora considera que os dois modelos de estratégias - vertical que se daria entre senhores e escravos e horizontal entre os próprios escravos - não são excludentes, mas complementares. E ancorando-se em Higman, afirma que a família escrava de Santana de Parnaíba deve ser vista dentro do contexto de desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo em que a família escrava amenizava as condições do cativo, sua estabilidade e duração dependiam da situação econômica e do ciclo de vida do senhor (vendas para o pagamento de dívidas ou a morte do senhor e a divisão entre os herdeiros).

Maria Luiza Marcílio em seus estudos sobre a cidade de São Paulo (1973) e Ubatuba (1986) apresenta alguns dados referentes à demografia escrava. A dinâmica da população escrava da Paróquia da Sé de São Paulo pode ser verificada apenas para os casamentos e batizados (em razão da disponibilidade de fontes apenas para estes eventos) entre 1770 e 1850. Observa-se que as médias anuais de nascimentos da população escrava começam a declinar a partir do início do século XIX, assim como as de casamentos de cativos.

Como demonstra esta autora,

crianças nascidas após a Lei do Ventre Livre não são mencionadas.

⁷ 9% dos matrimônios se deram entre escravos e índios.

“Quanto à evolução dos nascimentos de escravos, observa-se igualmente um movimento de alta em fins do século XVIII. Após as reduções de territórios da paróquia a curva apresenta uma queda brusca retomando sua forma normal mais adiante, a partir de 1815. Deste modo, de 1770 a 1800, período dos primeiros registros regulares de nascimentos de escravos, a média anual deste setor da população é de 163 por ano; entre 1800 e 1810 ela é de 119 e entre 1810 a 1850 baixa para 77” (MARCÍLIO, 1973, p. 146).

As médias anuais de casamentos de escravos caem a partir do século XIX, acentuando-se esta queda ao longo da primeira metade do século XIX. Entre 1770-1800 a média anual de casamentos de escravos na Paróquia da Sé era de 24, de 1800 a 1850 cai para oito (MARCÍLIO, 1973, p. 146).

As médias anuais de batizados nas três últimas décadas do século XVIII estariam refletindo o crescimento da população da cidade. Já as tendências de declínio no século XIX verificadas para as médias de batizados e casamentos parecem estar relacionadas aos desmembramentos que a cidade de São Paulo sofreu, assim como a criação de novas paróquias ao longo do período analisado por Marcílio (1750-1850)⁸. Desta forma, a Paróquia da Sé foi sendo reduzida apenas à região central (e núcleo inicial de povoamento) da cidade de São Paulo, área esta, mais urbanizada.

Em estudo de caso focalizando o município de Ubatuba (SP), Marcílio apresenta um quadro da composição, estrutura e dinâmica da população caiçara entre 1765 e 1836, a partir das Listas Nominativas de Habitantes e dos registros paroquiais (estes últimos disponíveis entre 1790 e 1835).

Ao longo deste período, Ubatuba presenciou o desenvolvimento da lavoura de cana-de-açúcar, seguido pela produção do café e, particularmente, pela transformação do porto local em escoadouro do café produzido nas vilas do Vale do Paraíba. A partir dos anos 1820, a população escrava passa a ser cada vez mais significativa no total da população, refletindo o sucesso alcançado pela agricultura cafeeira de exportação.

⁸ A vila de Atibaia se desmembra da cidade de São Paulo em 1769 – o que acarreta o desmembramento das paróquias de Jaguari e de Nazaré; em 1832 há o desmembramento da vila de Santo Amaro. Em 1796 são criadas as Paróquias da Penha e Nossa Senhora do Ó, em 1809 é a vez da Paróquia de Santa Ifigênia, em 1812 a de São Bernardo e em 1818 a Paróquia do Brás.

“Se em 1798 a proporção de escravos na população total do município era de 21%, em 1830 eles formavam 33% do total, e em 1836 já atingiam 39%! Eles eram apenas 446 em 1790, mas chegaram a 2.329, em 1836” (MARCÍLIO, 1986, p. 101).

A razão de sexo entre as pessoas escravas de Ubatuba era de 116 em 1818 e de 138 em 1836. A média de escravos por fogo era de apenas 2,7 em 1801, e em 1830 passou para 7,5. Apesar de enfatizar a população livre⁹, neste trabalho encontramos as taxas brutas de natalidade, mortalidade e nupcialidade¹⁰ decenais para os segmentos livre e escravo da população de Ubatuba.

As taxas de nascimentos entre os livres sempre foram superiores às dos escravos, ocorrendo o inverso no tocante à mortalidade. As taxas de natalidade de escravos variaram desde 29,1 nascimentos por mil no decênio 1801/1810 a 40,5 no decênio seguinte, 1811/1820. Entre 1821/1830, encontramos a maior disparidade entre as taxas de livres e escravos, respectivamente 50,7 e 37,5 nascimentos por mil.

O período em que as taxas brutas de mortalidade decenais mais destoaram entre livres e escravos foi entre 1811/1820, respectivamente 30,5 por mil e 41,5 por mil (superior à taxa bruta de natalidade de escravos para a mesma década). No decênio 1821/1830 essa mesma taxa encontra-se muito próxima, 31 para os livres e 31,5 para os escravos. Apesar da possibilidade concreta do subregistro de óbitos de escravos, não podemos deixar, ainda assim, de considerar a elevada mortalidade entre livres e escravos.

A taxa geral de nupcialidade de escravos demonstrou elevação entre os decênios de 1791/1800 e 1821/1830, de 1,96 para 4,56 respectivamente. Entre os livres, a taxa de nupcialidade entre 1821/1830 é o dobro da verificada entre os escravos, 9,27.

Os nascimentos e as mortes de escravos apresentaram valores muito próximos. Entre 1791/1810 nasceram 462 crianças escravas e morreram 443 pessoas escravas, no período 1811/1820 houve um déficit de 6 pessoas (233 nascimentos e 239 óbitos), para entre

⁹ Para o estudo do casamento e da família livre, a autora se baseia nas fichas de 1300 famílias reconstituídas entre 1790 e 1830. Desse modo, foi possível se conhecer a idade dos noivos ao casar, a duração da união e a fecundidade legítima (segundo a idade da mãe, a duração da união). Tal procedimento não foi aplicado para as pessoas escravas.

¹⁰ As taxas brutas não são bons indicadores demográficos, pois não são comparáveis em razão de sofrerem influência da estrutura etária de uma população. Basear-se nas informações das Listas Nominativas e nos

1821/1830 nascerem 354 crianças e falecerem 279 pessoas. Após a apresentação destes resultados, Marcílio conclui que o crescimento da população escrava entre 1790-1830 “esteve ligado, exclusivamente, à imigração forçada da África” (MARCÍLIO, 1986, p. 198).

Poucos estudos referem-se às localidades voltadas para o abastecimento interno ao longo do século XIX. Dentre eles destaca-se o de Botelho (1994) que focaliza Montes Claros, município do norte de Minas Gerais, entre 1810 e 1888. O autor utiliza fontes quantitativas tais como a Lista Nominativa de Habitantes de 1832, o Recenseamento Geral do Império de 1872, registros paroquiais de batismo e inventários *post mortem*, além de uma documentação de caráter mais qualitativo como processos cíveis que envolviam os escravos.

A economia desta localidade apresentava uma pequena produção, que era parcialmente mercantilizada e subordinada aos grandes centros dinâmicos nacionais. Apesar de apresentar uma economia subordinada, Montes Claros recebe uma proporção razoável de escravos africanos que representaram 21% do total de cativos em 1832, e 14%, em 1872. A hipótese que norteia este estudo é a ocorrência de reprodução natural na população escrava – o que permitiu que Montes Claros preservasse e ampliasse a posse de escravos ao longo do século XIX. Em 1838, no distrito de Montes Claros havia 518 escravos (9,4% da população total), em 1872, esse mesmo distrito possuía 1.143 escravos (11,4% da população total).

Ao comprovar o crescimento demográfico positivo da população escrava de Montes Claros, este estudo demonstra a presença da família escrava (enquanto célula de reprodução biológica e social) em um contexto econômico pouco dinâmico e subordinado aos grandes centros, mas não estagnado.

É preciso ressaltar que a família escrava em Montes Claros desenvolveu-se em pequenas escravarias. Em 1832, $\frac{3}{4}$ dos escravos de Montes Claros viviam em domicílios com até 10 escravos. O autor entende a família escrava que se constituiu em Montes Claros fora do casamento formal. De acordo com o estado conjugal de escravos com mais de 15 anos, apenas 17,5% eram casados ou viúvos em 1873. Entre a população livre esse percentual também era baixo, cerca de um quinto.

registros paroquiais também implica sérios riscos, uma vez que há subnumeração de crianças nascidas e falecidas e, principalmente, subregistro de óbitos da população em geral.

Conseqüentemente, a ilegitimidade entre os filhos (as) de escravos (as) batizados (as) na Paróquia de Montes Claros era relativamente alta – mais de 80% para as todas as décadas consideradas (1810, 1840 e 1870).

Costa e Gutiérrez (1984) empreendem uma análise pioneira sobre o estado conjugal de escravos em São Paulo e no Paraná¹¹ em 1830 a partir dos levantamentos de população. Nas duas províncias “definiam-se dois padrões com respeito ao estado civil da população com mais de dez anos de idade: um concernente aos escravos, outro referente à massa livre” (COSTA; GUTIÉRREZ, 1984, p. 315). Cerca de um quarto dos escravos em São Paulo e um quinto no Paraná eram casados ou viúvos. Entre a população livre com mais de 10 anos de idade esse porcentual se aproxima de 60% em São Paulo e Paraná.

A disparidade numérica no interior destes segmentos populacionais não é suficiente para explicar os distintos padrões conjugais observados. Havia relativo equilíbrio entre a população escrava do Paraná (razão de sexo 106,6), predominância feminina entre os livres (razão de sexo de 86,6 em São Paulo e de 89,1 no Paraná) e o maior desequilíbrio se dava na população escrava de São Paulo com razão de sexo 183.

Desse modo,

“os óbices materiais e/ou institucionais aos enlaces de cativos, eventuais práticas impeditivas implementadas pelos seus proprietários, o tamanho e a composição do grupo de escravos pertencente a cada senhor, hábitos e costumes que condicionaram formas de intercurso sexual distintas da consagrada pela Igreja Católica, definem-se, a nosso juízo, como elementos que devem compor o quadro explicativo dos padrões aqui identificados” (COSTA; GUTIÉRREZ, 1984, p. 317).

Os estudos citados nos ajudarão a compor um quadro comparativo das características da população escrava que se constituiu em Franca. As leituras que fizemos mostraram que a fecundidade e mortalidade escrava são de difícil mensuração e exigem do pesquisador um olhar crítico sobre as informações disponíveis. Os autores que levaram adiante tal empreitada se basearam especialmente nos registros de batizados e óbitos ou sepultamentos e/ou em amostras de outras fontes de época.

¹¹ O Paraná pertenceu à Província de São Paulo até 1853.

Karasch (2000) encontrou para a cidade do Rio de Janeiro excesso de mortes em relação aos batismos, taxas de natalidade menores do que as taxas de mortalidade entre a primeira metade do século XIX. Seus resultados apontam experiências de mortalidade diferenciadas por origem e sexo, elevada proporção de mortes entre as crianças escravas nos seus primeiros 10 anos de vida em relação aos adultos.

A travessia nos navios ceifava vidas, e persistia no período de “aclimatação” (quando os africanos chegavam ao Brasil). Nos primeiros três anos de aclimatação no Brasil, a porcentagem de africanos que morriam era semelhante entre homens e mulheres. A partir deste período, evidenciava-se uma experiência de mortalidade diferencial por sexo. Quando se comparam as taxas de mortalidade por mil, observa-se que as mulheres morriam mais que os homens escravos e em idade mais jovem (até os 30 anos). Possivelmente a maior mortalidade entre as mulheres escravas se devesse a complicações de parto.

“Embora enquanto grupo os homens apresentassem as taxas mais altas de mortalidade, o que é válido para a maioria dos grupos populacionais, outras fontes sugerem que a mortalidade das escravas era maior durante os anos vulneráveis de procriação. Tendo em vista que 81% das escravas da amostra da Santa Casa foram sepultadas com menos de trinta anos, as mortes prematuras de tantas mulheres limitavam o número de filhos por mulher e prejudicavam a reprodução da população escrava. [...] Suas mortes prematuras podem explicar ainda mais a preferência do mercado carioca por meninos africanos, o que só exacerbava a tendência a importar gente do sexo masculino” (KARASCH, 2000, p. 166-167).

As mortes atingiam diferencialmente escravos africanos e nacionais. As crianças com até 10 anos eram as mais atingidas, e entre os adultos, os africanos morriam mais do que os nacionais.

“Devido ao grande número de africanos adultos na população escrava, a proporção de mortes de crianças para mortes de adultos em 1849 foi de 25,6% para 74,4% embora a amostra de brasileiros fosse quase o oposto, com 69% de crianças para 31% de adultos” (KARASCH, 2000, p. 153).

A autora estima que a proporção de mortes das crianças escravas nascidas no Brasil ficaria entre 50% e 70% das mortes dos escravos.

Após a exposição de taxas oriundas de diversas fontes, a autora reforça que a natalidade não supera a mortalidade na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do dezenove, no entanto, Slenes (1976) observa que a Corte e cidade do Rio de Janeiro é uma exceção e não a regra para o Brasil.

Robert Slenes dedicou parte de sua tese de doutorado ao estudo da fecundidade e mortalidade entre os cativos brasileiros após 1850. Até 1850, a mortalidade excedeu a fecundidade em razão do desequilíbrio entre homens e mulheres escravos, pois como sabido, a reposição de escravos do sexo masculino era facilitada pelo tráfico transatlântico. Com o fim do tráfico, os senhores podem ter encorajado a reprodução entre seus escravos. Neste estudo, o autor demonstra que as taxas de mortalidade eram realmente elevadas (inclusive entre a população livre), mas contesta o consenso vigente entre os historiadores de que as taxas de fecundidade permanecerem baixas após 1850 e que a reprodução natural não conseguiu conter os efeitos da mortalidade.

Através de um estudo quantitativo da fecundidade a partir de fontes diversas (Matrícula dos filhos de mãe escrava, os batizados de filhos de escravos e os óbitos escravos para 1875 e o Censo de 1872 referentes à cidade de Campinas), Slenes encontrou uma taxa de fecundidade geral (número de crianças nascidas em um ano / número de mulheres 15-44 anos) de 186,9 nascimentos por mil mulheres escravas e taxa bruta de natalidade de 36,4 nascimentos. Para o Brasil, ou melhor, para as 15 províncias de que se dispõem de informações do Censo de 1872 e da Matrícula de 1873, o valor mínimo encontrado para a taxa de fecundidade geral foi 138 nascimentos por mil mulheres escravas e a taxa bruta de natalidade mínima de 32,4 nascimentos por mil (encontrou-se a taxa de fecundidade geral de 167 - ao inflacionar 21% seu valor por se acreditar que a Matrícula tem uma subenumeração de nascimentos e a uma taxa bruta de natalidade de 39,2).

Desse modo, o autor conclui que as taxas de fecundidade foram moderadamente altas entre a população escrava (ao contrário do que tem sido sugerido, sobre taxas baixas) e as taxas de mortalidade reforçam o ponto de vista tradicional de uma elevada mortalidade entre as pessoas escravas.

1.2. Fontes documentais

Como já anotamos, três fontes serviram de base para a elaboração de nosso estudo. São elas: 1. *Lista Nominativa de Habitantes da Província de São Paulo* de 1835-36, cuja cópia informatizada nos foi gentilmente cedida pelo projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), denominado “Levantamento, digitação e publicação das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania e Província de São Paulo”, relativa ao município de Franca; 2. Registros Paroquiais de batismo, casamento e óbito da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, entre 1806-1888, depositados nessa paróquia e 3. *São Paulo do Passado: dados demográficos* (BASSANEZI, 1998), no qual se encontram transcritas e sistematizadas as informações dos levantamentos populacionais regionais e nacionais publicados, realizados entre 1836 a 1920.

Além dessas fontes, servimo-nos também de informações presentes em almanaques e outros documentos de época.

A seguir tecemos algumas considerações sobre as fontes básicas utilizadas para esta dissertação.

Lista Nominativa de Habitantes - 1835-1836.

A lista nominativa de habitantes de 1835-1836 é parte de um conjunto de levantamentos populacionais realizados na Capitania/Província de São Paulo e em outras Capitanias/Províncias brasileiras, a partir da segunda metade do século XVIII¹². Esses levantamentos tiveram sua origem na política mercantilista desenvolvida pelo Marquês de Pombal, na tentativa de modernizar a administração da Colônia Portuguesa. Tinham como objetivos conhecer (e também ampliar) a população para executar a arrecadação de impostos e contabilizar suas possibilidades militares.

Tais levantamentos, que deveriam ser realizados anualmente pelas milícias constituídas pelas *Companhias de ordenanças da terra*, através dos capitães-mores e sargentos de milícias e, algumas vezes, o pároco eram divididos em bairros/distritos e quarteirões. Tinham como

¹² Sobre este corpo documental ver MARCÍLIO, 2000, p. 29-66.

unidade base de coleta dos dados o fogo (domicílio)¹³. Os executores realizavam o levantamento de fogo em fogo ou marcavam dia e hora para o chefe do domicílio apresentar-se na paróquia para prestar as devidas informações.

Os formulários para o recenseamento eram padronizados e as normas eram enviadas às autoridades locais com instruções bem precisas sobre o procedimento:

“Vmce... logo que receber esta sem perda de tempo... fara hua lista de toda a gente de sua Companhia com o nome dos cabeças de casaes, e sua idade, os nomes de suas mulheres, o valor de seus bens distinguindo seus filhos cada hum pelo seu nome, e idade, tudo na forma do exemplar que remeto, da qual lista Vmce remetera huma copia a esta Secretaria (da Comanhia)” (MARCÍLIO, 2000, p. 36 Apud Circular enviada pelo capitão-mór da Capitania de São Paulo a todos os capitães-mores das vilas de São Paulo em 1765).

De um modo geral, para cada domicílio as informações colhidas, pelos recenseadores da época, eram: a localização do fogo (município, distrito ou companhia, quarteirão e número do fogo), nome e sobrenome de cada indivíduo componente do fogo (os escravos listados apenas com seu prenome dado que não possuíam nome de família), tipo de relação de dependência ou parentesco de cada membro do fogo em relação ao seu chefe, idade em anos completos, estado conjugal, cor, naturalidade, profissão ou ocupação, instrução, produção anual do fogo, com a quantidade de gêneros produzidos, colhidos, consumidos, vendidos para a vila ou exportados. No caso de negociantes, capital investido, quantidade de mercadorias compradas, vendidas e lucros obtidos. Em algumas listas há, inclusive, informações adicionais: casamentos, mortes, compra e venda de escravos etc.

Nesta dissertação, trabalhamos com a Lista Nominativa de 1835-1836, relativa ao município de Franca. Esse levantamento foi organizado sob a responsabilidade do Marechal Daniel Pedro Müller e levada a cabo “durante o período descentralizador da Regência, quando foram transferidas às províncias tarefas até então de responsabilidade exclusiva do poder central, dentre elas as estatísticas demográficas” (BASSANEZI; BACELLAR, 2002, p.114).

As informações presentes nessa lista de Franca foram coletas para cada “fogo” (unidade de coleta dos dados), dos seis distritos que compunham a Vila Franca do Imperador

¹³ Ver o capítulo 3 - item 3.1 deste trabalho.

em 1836: o distrito da Vila, de Santa Bárbara (atual Patrocínio Paulista), do Chapadão (atual Igarapava), do Carmo (atual Ituverava), de Cana Verde (atual Batatais) e de Cajuru, que deu origem ao município desse mesmo nome.

Além do ano de realização do levantamento, do nome do município, do distrito e número do quarteirão onde se localiza o fogo, a lista referente ao município de Franca traz o nome completo do chefe do fogo, o prenome dos demais habitantes do mesmo e a relação desses com o chefe, anota também o sexo e idade para todos os indivíduos recenseados. As variáveis cor/raça, condição social, ocupação, naturalidade encontram-se sem informação para muitas pessoas e as variáveis ocupação e instrução aparecem com informações apenas para uns poucos chefes e uma ou outra pessoa pertencente ao fogo. Para cerca da metade dos fogos a lista traz também informações sobre a produção econômica e/ou renda, além de observações das mais diversas.

No caso da condição social é possível identificar todos os livres e escravos observando a variável relação com o chefe, que anota aqueles que são escravos. Essa mesma variável permite também conhecer a estrutura e composição da família do chefe, mas não permite identificar famílias escravas, uma vez que arrola, para cada fogo com escravo, primeiro todos os homens escravos do fogo e posteriormente as mulheres escravas. Em alguns casos é até possível inferir, que se trata de família escrava, mas na maioria não. Apesar dessas lacunas, esta lista mostra-se muito rica para avançarmos no conhecimento demográfico da época, se não em todos os aspectos, mas em sua grande parte.

Registros Paroquiais¹⁴

Como sabemos, a Demografia Histórica constituiu-se como disciplina em função dos registros da catolicidade (batismo, casamento e óbito, principalmente), utilizados para dar conta de períodos mais distantes, quando ainda não existia o registro civil.

O Concílio de Trento (1545-1563) – tornou obrigatório em toda a cristandade o registro de batismo, casamento e óbito, ou seja – este concílio instituiu formas de controle da população católica, fixou, regulamentou e generalizou a prática do registro nas paróquias de

¹⁴ Os registros foram primeiramente copiados em fichas manuais e depois informatizados. Foram utilizados os softwares Excell e SPSS 11.0.

toda a catolicidade, definindo normas para padronizar os registros dos sacramentos que marcaram a passagem dos diversos momentos do ciclo de vida dos cristãos católicos. O *Rituale Romanum* (1614) tornou o registro paroquial obrigatório e estabeleceu normas mais rigorosas de como se fazer os assentamentos, assim como, a contagem periódica da população. Em Portugal, em particular, a Constituição de Coimbra (1591) estabeleceu normas referentes a esses registros para a Metrópole e extensivos às Colônias e o Brasil, através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), que normatizou e reafirmou a obrigatoriedade de tais registros.

Esta prática obrigatória e padronizada deu a estes registros, universalidade, representatividade, uma vez que a expansão colonialista permitiu à Igreja estender o seu controle para outras partes do mundo, além de possibilitar a existência de séries completas no tempo, o que nos permite análises longitudinais. Daí a sua importância para o estudo sócio-demográfico das populações do passado.

Apesar das normas existentes, o preenchimento das variáveis dos registros paroquias do Brasil, varia muito, segundo a posição social do indivíduo (são mais completos para as pessoas de camadas sócio-econômicas mais elevadas) e o próprio zelo do pároco ao redigir tais registros.

“(…) o batismo era acompanhado do respectivo registro feito pela cura, na boa fórmula do Concílio de Trento, e sistematizado, para o Brasil pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). No entanto, (...) o texto do registro variava conforme a condição social e de fortuna dos pais” (MARCÍLIO, 1986, p.202).

De um modo geral, o conteúdo dos registros, além do local, data e nome e assinatura do oficiante, abrange:

. **batismo** – data do batismo, pré-nome do batizando, nome dos pais, do pároco, condição social (livre, escravo, ingênuo, forro), filiação (legítima, ilegítima, exposto), às vezes nome dos avós, no caso de escravo o nome do proprietário.

. **casamento** – data do casamento, local de nascimento e moradia, nomes dos cônjuges e de seus pais, filiação, condição social, às vezes idade, assinaturas dos noivos, das testemunhas e do oficializante.

. **óbitos** – data da morte, idade, condição social e às vezes causa presumível da morte (registro de menor cobertura)

Quanto aos registros paroquiais levantados para esta dissertação, eles referem-se à Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca e encontram-se no Arquivo da Cúria Diocesana local. O acervo desse arquivo contém livros distintos para batismos, casamentos e óbitos, que agregam os registros de pessoas livres e escravas dessa paróquia.

Como já observamos, ao longo de nosso levantamento desses registros, constatamos também que o conteúdo dos mesmos, tanto nos de batismo como nos de casamento e óbito varia desde o mais sucinto (como, “cicrano filho de *uma escrava* de fulano”), até aqueles que se referiam aos filhos de pessoas ilustres da sociedade local, esses ricos em detalhes e com várias assinaturas de noivos e testemunhas.

Os assentos de batismo constituem-se os primeiros registros da paróquia e, portanto, representam a série mais longa de assentos, que se inicia em 1806 estendendo-se até hoje. O nosso levantamento, porém, finaliza em 1888, ano em que se deu a abolição da escravatura¹⁵.

Os livros de batismo encontram-se em boas condições de conservação, o que nos permitiu consultar todos os livros referentes ao período analisado e coletarmos todos os registros de batismos de escravos (as), filhos (as) de escravos (as) ou de forros/libertos (as), num total de 4.768.

Em se tratando de escravos, boa parte dos registros trazem apenas o local e a data do batismo, o nome do batizando (a) (através do qual podemos identificar o sexo), idade, filiação, o nome dos pais se criança e o nome de seu do proprietário ou do proprietário de seus pais, tratando-se de criança não nascida escrava ou alforriada. Alguns são mais completos e trazem também a cor ou nacionalidade dos pais, condição social, estado conjugal do proprietário (a) do pai. As mesmas informações repetem-se para a mãe do batizando.

“Aos vinte e hum de novembro de mil oitocentos e setenta e dois annos, n’esta Freguesia de Franca baptisei e pus Santos Oleos a Matheos de 7 dias filho legítimo de Nicolau e Jacintha escravos de Manoel Claudiano Ferreira Martins. Padrinhos: Manoel Claudiano Ferreira Martins e Maria Clara de Jesus. Todos d’esta Freguesia” (Livro de Baptisados, n. 9, p. 13).

¹⁵ Estes registros iniciam-se em 07 de fevereiro de 1806 e vão até 13 de maio de 1888.

Em se tratando de filho natural o registro anota o nome da mãe, cor ou nacionalidade, estado conjugal (houve registros com a citação de ser solteira), condição social, o nome do proprietário (a) da mãe, estado conjugal do proprietário (a) da mãe.

“Aos dezoito de junho de hum mil oitocentos e setenta annos, n’esta Freguesia da Franca baptisei e pus Santos Oleos a Marcelina de 90 dias filha natural de Silveria escrava de João Monteiro de Araújo. Padrinhos: José e Rita escravos de Maria Joaquina de Jesus” (Livro de Baptisados, n. 7, p. 135).

Em todos os registros constam os nomes dos padrinhos. Em geral o batizando apresenta um padrinho e uma madrinha (mas aparecem casos de dois padrinhos) com as seguintes informações: nome, cor ou nacionalidade, condição social, nome do proprietário (a) do padrinho, quando este for escravo, estado conjugal dos padrinhos. Em raros registros há a assinatura dos padrinhos. A freguesia ou igreja onde se realiza o batismo e a assinatura do oficiante do batizado. Nos assentos consultados não aparecem: a naturalidade dos pais do batizando (a) ou local de residência do batizando (a) ou de seus pais, o nome de avós, a idade dos pais.

As informações dos assentos relativos a filhos de forros, não diferiam muito dos de escravos, como podemos observar no exemplo a seguir.

“Aos dezoito de setembro de hum mil oitocentos e secenta e oito annos, n’esta Freguesia da Franca baptisei e pus os Santos Oleos a Vicente de 18 dias filho legítimo de Benedicto de Nação e Theresa crioula forros. Padrinhos: Joaquim Antonio Garcia e Maria Carolina Garcia. Todos d’esta freguesia” (Livro de Baptisados, n. 6, p. 659).

Os assentos de casamento da paróquia francana, encontram-se em cinco livros de números um a cinco e o primeiro assento data de 02 de junho de 1807. Entre esta data e 12 de maio de 1888 foram registrados 828 casamentos. No entanto, não só foi possível coletar a totalidade de casamentos, uma vez que o livro de número quatro, está em mal estado de conservação.

A maior parte dos registros de casamento de escravos anota apenas, o local e a data do evento, o nome dos nubentes, condição social, o nome dos proprietários dos noivos, os nomes das duas testemunhas, o local de realização e o oficiante. Outros se apresentam mais completos e trazem ainda o horário da cerimônia (informação, com lacunas, nos registros de 1812 a 1861) e o nome do celebrante. Sobre os cônjuges há cor ou nacionalidade, estado conjugal anterior, naturalidade (onde nasceu ou foi batizado), local de residência (onde são fregueses), filiação (nome dos pais, cor ou nacionalidade dos pais, condição social dos pais e nome dos proprietários dos pais), nomes dos proprietários dos noivos, profissão e estado conjugal dos proprietários.

Em geral, em cada registro constam duas testemunhas com seus nomes, condição social, nome do proprietário (a caso a testemunha seja escravo, a assinatura ou rubrica da testemunha (um x ou uma cruz no assento, sendo muito raro constar qualquer confirmação da testemunha) e a assinatura do oficiante.

A idade dos nubentes não está presente em nenhum registro, o que dificulta o estudo da nupcialidade escrava, no que diz respeito ao calendário, a idade ao casar.

“Aos vinte quatro do mez de Agosto de mil oitocentos e doze annos nesta Matriz da Franca as dez hora do dia feitas as Admoestaçoens Canônicas, com Dispensa do impedimento de Affinidade por copula illicita, em primeiro grão de linha transversal, concedida por despacho do Reverendisimo Vizitador Antonio Paes de Camargo, em prezença do Reverendo Jose Joaquim Rodrigues Aranha, de licença minha receberão em Matrimonio por palavras de presente João preto forro, e Maria escrava de Luiza Maria de São Joze, logo lhes forão conferidas as Bençoens nupciais na forma do Ritual Romano. Forão testemunhas Antonio Lopes da Silva, e Joze Martins Rodrigues, cazados, todos desta Freguesia.

[assinam:]

Ant^o Lopes S^a

Jose Miz` Roiz`

O Vig. Joaq^m Miz` Roiz`” (Livro de Casamentos, n. 1, p. 21).

“Aos quatorze dias do mez de Junho de mil oitocentos e quarenta annos nesta Matriz da Franca feitas as Admoestações canonicas e não resultando impedimento com

licença minha o Reverendo Manoel Coelho Vital assistio, e em sua presença receberão em Matrimonio os contraentes Joao e Clemencia prêtos escravos de Vicente Martins de Moraes e deo-lhes as Benções Nuptiaes na forma do Ritual Romano sendo testemunhas presentes Luiz Joze Fradique, e João Joze Ferreira sendo todos desta Freguesia e para constar faço deste assento que assigno.

O Vig. Pedro Celestino Dias Fâneco” (Livro de Casamentos, n. 2, p. 86 verso).

“Aos vinte e sete de Junho de mil oitocentos e oitenta annos nesta Matriz da Franca feitas as Admoestações Cannonicas sem impedimento perante mim e as testemunhas Cypriano Pereira de Araújo e Hilário Ferreira de Freitas, receberão em matrimonio Martim creoulo filho legítimo de Manoel e Antonia (já falecidos) com Prudencianna creoula filha natural de Antonia, aquelle natural desta Freguesia da Franca e esta natural da Freguezia de Battathaes, ambos escravos de Joaquim Justino Alves Ferreira e lhes conferi as bênções nupciaes como manda o Ritual Romano.

Autorisado Padre Luiz de Góes Conrado” (Livro de Casamentos, n. 5, p. 20).

Os óbitos de escravos levantados abrangem o período que vai de 13 de setembro de 1806 a 28 de abril de 1888. Ao todo transcrevemos 2.072 registros de óbitos de escravos, libertos ou forros, que se encontram nos livros de número um a três, além de 8 deles que estão no livro número nove de batismo.

Em parte considerável dos registros de óbitos consta apenas o nome da pessoa falecida, sua condição social, nome do proprietário (a), idade e causa *mortis*. Uma parcela menor dos registros apresenta-se mais completa: dia, mês e ano do óbito, nome do falecido (a), cor ou nacionalidade, condição social, idade, causa *mortis*, o nome do proprietário, o estado conjugal do proprietário, o estado conjugal do falecido, o nome de seu cônjuge, cor ou nacionalidade, condição social e nome do proprietário do cônjuge, patente e estado conjugal do proprietário do cônjuge, a cor do pano envolto no corpo, o local onde foi sepultado e a assinatura de um pároco. Quando o óbito é de uma criança, além das informações citadas, há referência à filiação, ao nome dos pais, cor ou nacionalidade, condição social, nome do proprietário (a) dos pais e estado conjugal do proprietário (a) dos pais. Quando o filho é natural, além destas informações consta o estado conjugal da mãe, geralmente solteira.

“Aos vinte hum do mez de janeiro de mil oitocentos e quatorze annos, nesta freguezia da Franca faleceu de maligna com todos os sacramentos, Juliana preta de trinta e sette annos cazada com Francisco Preto escravos do capitão Hipolito Antônio Pinheiro, seu corpo envolto em panno branco jaz no cemitério desta matriz, feita a encomendação competente.

Vig. Joaquim Miz Roiz” (Livro de Óbitos, n. 1, p. 17).

“Aos quinze de maio de mil oitocentos e cinquenta e quatro nesta freguezia de Franca faleceu de idropesia com todos os sacramentos, João Crioulo idade de trinta e cinco annos cazado com Carlota Africana escravos de João Ribeiro de Almeida. Seu corpo envolto em panno preto jaz no adro desta Matriz feita a encomendação competente” (Livro de Óbitos, n. 2, p. 4 verso).

Embora saibamos que os registros de óbitos são entre os registros paroquiais do passado os mais problemáticos, pois são os que apresentam maiores problemas de subnumeração, eles não podem ser descartados. Ajudam ao nos dar não só uma fotografia da morbi-mortalidade, mesmo que não muito nítida, e, também, confrontados com os outros registros e documentos podem ser complementados e/ou complementar com novas informações as lacunas observadas e dessa forma, contribuir para a reconstrução demográfica da Franca do Imperador, no período analisado.

São Paulo do Passado – dados demográficos

Como já informamos anteriormente essa coletânea *São Paulo do Passado: dados demográficos* (BASSANEZI, 1998), traz transcritas e sistematizadas as informações dos levantamentos populacionais regionais e nacionais publicados, realizados em 1836, 1854-55, 1872, 1886, 1890 e 1920.

As informações referentes a 1836 são as publicadas no *Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo – 1836*, organizadas por Daniel Pedro Muller (1923). Nesta

dissertação, no entanto, optamos por utilizar a Lista Nominativa que deu origem a esta publicação, pois são mais completas¹⁶.

O levantamento de 1854 diz respeito aos quadros estatísticos da população e movimento da população realizado em 1854-1855 organizados por José Joaquim Machado de Oliveira¹⁷. Trazem informações para a Vila Franca do Imperador e para a Vila de Batatais (esta torna-se Vila em 1839). Essas informações, no entanto são parciais, pois não há dados para as sedes dos municípios de Franca e de Batatais, apenas para suas respectivas freguesias: do Carmo de Franca (Ituverava) e Santa Rita do Paraíso (Igarapava) pertencentes a Franca, e a Freguesia de Cajuru pertencente a Batatais. Portanto, foram de pouca utilidade ao nosso trabalho.

O Censo de 1872, primeiro censo nacional realizado no Brasil, é mais conhecido e dispensa maiores comentários. Apenas lembramos que as informações existentes estão em nível de paróquia e que, por ocasião desse censo, o antigo território da Vila Franca do Imperador de 1836 estava desmembrado em três municípios (Franca, Batatais e Cajuru), cada um contendo várias paróquias.

As informações para 1886, encontram-se no *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística (1888)*.

Entre 1872 e 1886, a cidade de Franca sofreu com dois novos desmembramentos, com a criação dos municípios de Patrocínio Paulista e Ituverava respectivamente em 1885. No entanto, no Levantamento de 1886¹⁸ ainda aparecem como pertencentes a Franca. A maior parte das informações disponíveis não desagrega livres e escravos. Esse documento traz também dados agregados sobre a população escrava, por município, extraídos da Matrícula de 30 de março de 1887, assim como, sobre os filhos livres de mulher escrava coletadas até 30 de junho de 1886.

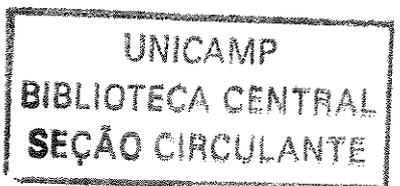
¹⁶ Bassanezi; Bacellar (2002) trazem uma análise comparativa entre a Lista Nominativa e o *Ensaio...* de Müller.

¹⁷ Esses quadros encontram-se em: *Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Provincia de S. Paulo instruiu o Relatório de Abertura da Assembleia Legislativa Provincial do dia 15 de fevereiro de 1855 e Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Antonio d'Almeida, Vice-Presidente da Provincia de S. Paulo, instruiu o Relatório de Abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1856.*

¹⁸ *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística.* São Paulo, Leroy Link Boowalter – Typographia King, 1888.

CAPÍTULO 2

FRANCA DO IMPERADOR NO SÉCULO XIX



2.1. Evolução econômica, demográfica e administrativa do município

Com o nome sugestivo de Arraial Bonito do Capim Mimoso desenvolveu-se, na virada do século XVIII para o século XIX, o povoado que deu origem ao atual município de Franca. Localizado no norte de São Paulo, no chamado Caminho dos Goiases esse arraial ocupava, então, terras administradas pela Vila de Mogi Mirim. Desse povoado, em 1804, originou-se a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Franca¹ e Rio Pardo, tornando-se ponto de referência regional.

“No século XIX, registra-se uma nova fase em relação às sesmarias. Não há de se usar mais o Caminho dos Goiases como ponto de referência para a localização das léguas doadas. A partir de 1805, a base de referência será a freguesia de Franca, cujos limites se estenderiam desde o Ribeirão do Cubatão (que deságua no Rio Pardo) até o Rio Grande, ficando à leste os indecisos limites com a Capitania das Minas Gerais e a oeste o Sertão ainda inconquistado” (BRIOSCHI et al., 1991, p. 41).

O povoamento inicial dessa região iniciou-se com os primeiros pousos destinados ao abastecimento dos viandantes que seguiam o Caminho dos Goiases, que levava à região das minas, e deveu-se primeiramente ao crescimento vegetativo e a um fraco fluxo migratório que perdurou até o início do século XIX. Esta primeira fase do povoamento, segundo Chiachiri Filho (1986), foi obra dos paulistas.

Nos primeiros trinta anos do século XIX, o estabelecimento da lavoura canavieira e cafeeira de exportação, em território paulista, foi acompanhado do crescimento da mão de obra escrava africana, crucial para a expansão dessas lavouras. Ao mesmo tempo, a produção de gêneros para o mercado interno progredia, para atender e/ou complementar o abastecimento daquelas áreas exportadoras e à Corte estabelecida no Rio de Janeiro em 1808. A abertura dos portos às nações amigas nesse mesmo ano somou para dinamizar as trocas comerciais no Brasil. Nesse contexto de ampliação dos mercados de abastecimento e das áreas agro-exportadoras é que se deu o povoamento efetivo da região norte de São Paulo, onde se localizava a Freguesia Nossa Senhora da Conceição de Franca. Esse povoamento contou,

¹ Nome dado em homenagem ao Presidente da Província Franca e Horta.

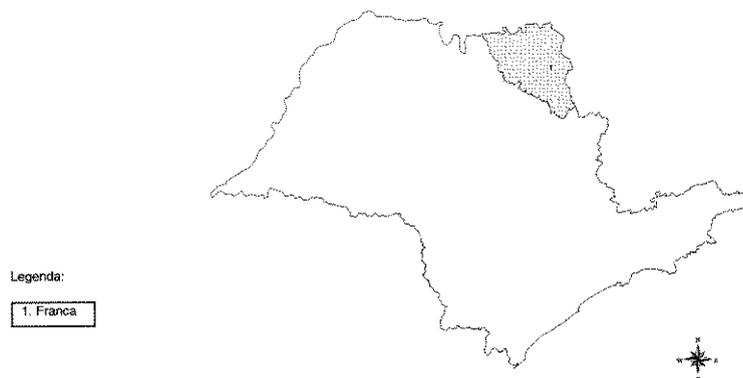
inclusive, com a migração de mineiros que alargavam a fronteira da pecuária e de gêneros de primeira necessidade, após a decadência das minas.

Em 1809 a população dessa Freguesia era de 1.279 habitantes, predominantemente paulistas. A partir de então, um grande fluxo migratório proveniente de Minas Gerais e também de outros locais da Província de São Paulo alterou o volume e o perfil dessa população. Esse movimento migratório deveu-se não só à decadência das minas, mas também à expansão da lavoura da cana de açúcar que levou roceiros e pequenos proprietários a deslocarem-se para os limites do sertão e ao mesmo tempo atraiu para essa fronteira pequenos proprietários das capitâneas vizinhas (BRIOSCHI et al., 1991, p.33).

“As famílias mineiras que migravam, fossem ricas ou pobres, não apresentavam sinais de interesse pela monocultura canavieira. A grande motivação estava voltada para a fixação da residência em áreas circunvizinhas à área dos engenhos, com o fito aparente de prover o abastecimento das mesmas. (...) Os imigrantes mineiros eram, efetivamente, derivados de áreas onde predominavam setores de economia de abastecimento, centrados seja na lavoura de alimentos, seja na pecuária” (BRIOSCHI et al., 1991, p.39-40).

O crescimento da freguesia fez com que esta fosse elevada a vila, em 1821, com o nome de Villa Franca d’El Rey, incluindo em seu território a Freguesia de Batatais e um conjunto de pequenas localidades que se formaram nos arredores do Rio Pardo (mapa 2.1). Com a Independência do Brasil (1822) seu nome foi alterado para Vila Franca do Imperador no ano de 1824. Por essa ocasião, 2/3 da população francana era oriunda de Minas Gerais (TOSI, 1998, p. 38). Em 1829, eram 9.247 os moradores do local (ALMANAQUE, 1943, p. 15). Como podemos ver, a segunda fase do povoamento de Franca foi uma empreitada dos mineiros (CHIACHIRI FILHO, 1986).

Mapa 2.1. Município de Franca, 1836



Fonte: Malha municipal digital do Brasil - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1991².

Em 1836, além do distrito da Vila, compunham o município mais cinco distritos: o de Santa Bárbara, do Chapadão, do Carmo, de Cana Verde e de Cajuru, que abrigavam uma população de 10.370 pessoas, das quais 32,7% eram escravas (tabela 2.1). Em 1839 Batatais (ex Cana Verde) tornou-se Vila, levando consigo o povoado de Cajuru (mapa 2.2).

² A elaboração dos mapas referentes aos anos de 1836, 1854, 1872 e 1886 teve como ponto de partida a *malha municipal digital do Brasil de 1991*, elaborada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). A partir desta, procedeu-se a agregação dos municípios até se chegar à área aproximada dos municípios existentes na época em que foram realizados os diferentes levantamentos populacionais. Nessa agregação, foram utilizadas as informações disponíveis do quadro territorial e administrativo elaborados pelo IGC sobre desdobramentos territoriais que deram origem aos municípios que hoje compõem o Estado de São Paulo, que se encontram publicados por São Paulo (Estado) Secretaria de Economia e Planejamento, Coordenadoria de Planejamento Regional, Instituto Geográfico e Cartográfico – *Municípios e distritos de São Paulo*. Instituto Geográfico e Cartográfico. São Paulo: IGC, 1995, 208 p.

Tabela 2.1
População segundo condição social
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Distritos	População		
	Livre	Escrava	Total
Vila	1.474	591	2.065
Santa Bárbara (Patrocínio Paulista)	607	386	993
Chapadão (Igarapava)	1.021	595	1.996
Carmo (Ituverava)	459	156	615
Cana Verde (Batatais)	1.628	1.109	2.737
Cajuru	1.786	558	2.344
Total geral	6.975	3.395	10.370

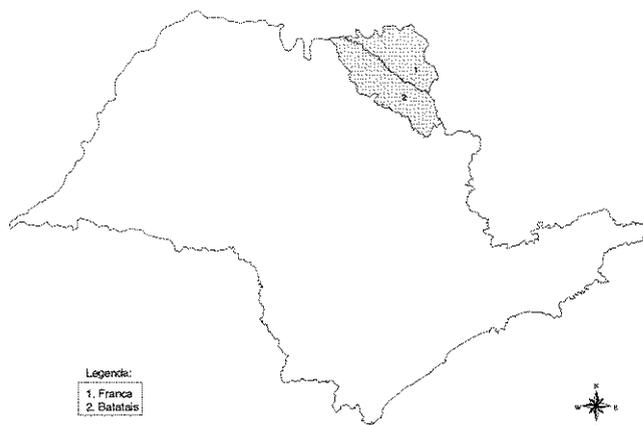
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Em meados do século XIX, o levantamento de população da Província de São Paulo de 1854³ apresenta a Vila Franca com duas freguesias, a Freguesia do Carmo de Franca (atual Ituverava) e a de Santa Rita do Paraíso (atual Igarapava). Segundo essa fonte, fazia parte da Vila de Batatais também a Freguesia de Cajuru. Dois anos depois, 1856, Franca do Imperador foi elevada à categoria de cidade.

³ *Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no anno de 1854, Quadro Estatístico do Movimento de População da Província de S. Paulo durante o anno de 1854, Mappas das Colonias Existentes na Província de São Paulo no anno de 1855* e outros Quadros estatísticos organizados por José Joaquim Machado de Oliveira.

Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Sr Doutor José Antonio Saraiva presidente da Província de São Paulo instruiu o Relatorio da Abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855.

Mapa 2.2. Municípios de Franca e Batatais, 1854



Fonte: Malha municipal digital do Brasil - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1991.

No decorrer do tempo, Franca e Batatais tiveram suas áreas reduzidas. Em 1865 Cajuru desmembrou-se de Batatais e em 1866, Franca perdeu para Passos (MG) o território denominado Aterrado (TOSI, 1998, p. 43).

No Recenseamento Geral do Império de 1872⁴, que arrolou os municípios e suas respectivas paróquias, compunham o município de Franca as paróquias: Nossa Senhora da Conceição de Franca, Nossa Senhora do Carmo de Franca, Santa Bárbara das Macaúbas, Santa Rita do Paraíso e Santo Antonio da Rifaina, que juntos possuíam uma população de 21.419 habitantes, dos quais 15,9% eram escravos. O município de Batatais apresentava as paróquias de São Bom Jesus da Cana Verde, Santo Antônio da Alegria e Santana dos Olhos d'Água, onde viviam 11.255 pessoas (19,2% delas, escravas). O município de Cajuru, a paróquia São Bento e Santa Cruz de Cajuru, continham 7.603 habitantes (desses 11,9% eram escravos) (mapa 2.3 e tabela 2.2).

⁴ Directoria Geral de Estatística – *Relatório e Trabalhos Estatísticos* apresentados ao Ilmo. E Exmo. Snr Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Império pelo Director Conselheiro Manoel Francisco Correia em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro, 1877.

Mapa 2.3. Municípios de Franca, Batatais e Cajuru, 1872



Fonte: Malha municipal digital do Brasil - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1991.

Tabela 2.2
População segundo condição social
Antigo Território de Franca - 1872

Municípios	População segundo condição social		Total
	Livre	Escrava	
Franca	18.021	3.398	21.419
Batatais	9.095	2.160	11.255
Cajuru	6.700	903	7.603
Território	33.816	6.461	40.277

Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

Os desmembramentos intensificaram-se na década de 80 em Franca e região. No Relatório da Comissão Central de Estatística de 1886⁵, o município de Franca era constituído de apenas uma paróquia, Nossa Senhora da Conceição, que abrigava 10.040 moradores, cerca de ¼ dos habitantes de seu antigo território.

Igarapava (ex Santa Rita do Paraíso) - desmembrou-se de Franca em 1873 e apareceu, pela primeira vez, como município, no levantamento de 1886 com duas paróquias: Santa Rita

O Recenseamento foi realizado na Província de São Paulo em 1874, no entanto, neste trabalho optamos conservar o ano oficial do Censo, ou seja, 1872.

⁵ *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística*. São Paulo, Leroy Link Boowalter – Typographia King, 1888.

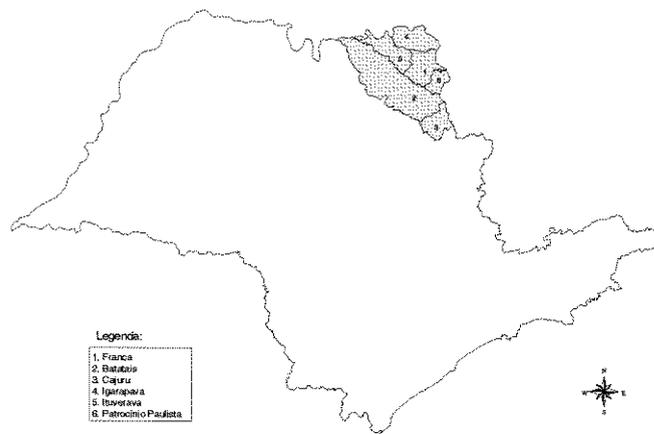
e Santo Antônio da Rifaina, com 7.638 habitantes. Ituverava (ex Carmo de Franca) e Patrocínio Paulista (ex Santa Bárbara das Macaúbas) desmembraram-se de Franca em 1885, ambos com apenas uma paróquia no levantamento de 1886: respectivamente, Nossa Senhora do Carmo, constituída por 4.485 habitantes e Nossa Senhora do Patrocínio com 2.248 moradores.

O município de Batatais, com 12.611 habitantes, possuía 5 paróquias em 1886: Bom Jesus da Cana Verde, Nossa Senhora da Piedade de Mato Grosso (atual Altinópolis), Santana dos Olhos d'Água (atual Ipuã), Santo Antonio da Alegria⁶ (o município conserva o mesmo nome) e Espírito Santo (atual Nuporanga). No entanto, Santo Antonio da Alegria e Nuporanga apareceram como paróquias no levantamento de 1886 apesar de já terem sido elevadas a municípios em 1885, com uma população de 4.294 e 3.010 habitantes respectivamente. O município de Cajuru possuía uma paróquia, São Bento e Santa Cruz e uma população de 6.497 indivíduos⁷ (mapa 2.4 e tabela 2.3).

⁶ “A paróquia de Santo Antônio da Alegria aparece no levantamento de 1886 como pertencendo a Batatais. No entanto, o município a que esta paróquia deu origem – e nome – foi desmembrado de Cajuru, que por sua vez, pertenceu a Batatais até 1865” (BASSANEZI, 1998, p. 18).

⁷ As informações para os municípios e suas respectivas paróquias foram retiradas de 1836/ V.I/ Quadro IV/ p. 20; 1854/ V.II/(1)/ p. 26; 1872/ V.III/(1)/p. 29-30; 1886/ V.IV/ p.27-28 in BASSANEZI, 1998.

Mapa 2.4. Municípios de Franca, Batatais, Cajuru, Igarapava, Patrocínio Paulista e Ituverava, 1886.



Fonte: Malha municipal digital do Brasil - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1991.

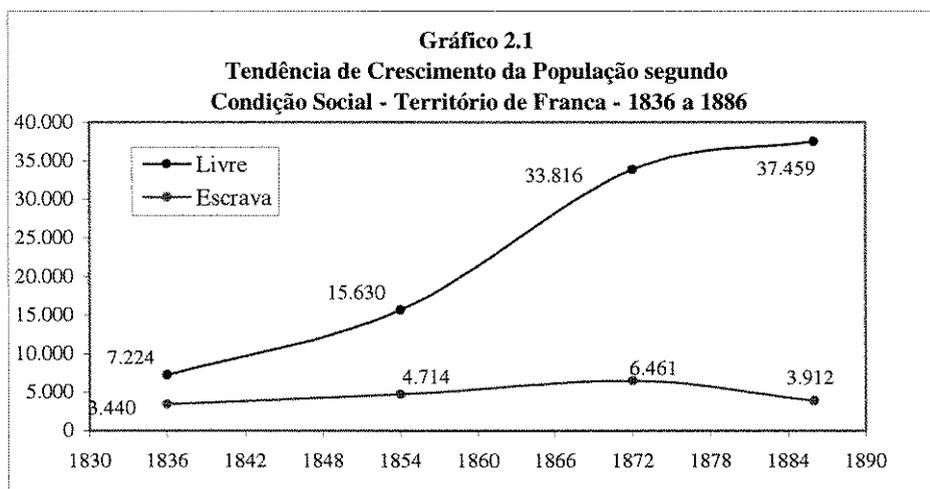
Tabela 2.3
População segundo condição social
Antigo Território de Franca – 1886

Municípios	População Segundo condição social		
	Livre	Escrava	Total
Franca	8.757	1.283	10.040
Batatais	11.239	1.372	12.611
Cajuru	5.900	597	6.497
Igarapava	7.208	430	7.638
Ituverava	4.355	230	4.585
Total	37.459	3.912	41.371*

Fonte: *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística*. São Paulo, Leroy King Bookwalter, Typographia King, 1888.

* Não estão somadas a população total de Nuporanga (pertencente a Batatais no levantamento de 1886) com 3.010 habitantes, de Patrocínio Paulista com 2.248 moradores e de Santo Antônio da Alegria com 4.294 habitantes por não constarem a população segundo condição social.

Enquanto a população livre da região cresceu aceleradamente, entre 1836 e 1886, a população escrava manteve um crescimento lento até 1872, quando começou a declinar até o fim da escravidão em 1888 (gráfico 2.1).



Fonte: MULLER, Daniel Pedro (org.). *Ensaio d'un Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo, Reedição Litteral Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo", 1923; *Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no anno de 1854* (...); Recenseamento Geral do Império, 1872; *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística*. São Paulo, Leroy King Bookwalter, Typographia King, 1888.

Nota: Os dados da população livre e escrava para 1854 foram obtidos através de cálculo de projeção, uma vez que o levantamento de 1854 não traz informações para as sedes dos municípios de Franca e Batatais, mas apenas para as Freguesias de Carmo da Franca (Ituverava), Santa Rita do Paraíso (Igarapava) e Cajuru.

Esse crescimento demográfico foi acompanhado pelo desenvolvimento da economia local, que desde o início do século XIX até sua década final, teve como base a pecuária e a produção de gêneros. Além destes, em alguns momentos, destacaram-se o comércio do sal e a produção têxtil de algodão, feita em teares domésticos.

“Cultiva-se n’este districto muito feijão, milho, cria-se porcos e toda espécie de gado. Tem pequenas manufacturas de fazendas de lã e algodão” (MULLER, 1923, p.60-61).

“Os francanos [em 1838] cultivavam, fabricavam, em suas propriedades, tecidos de algodão e de lã” (SAINT HILAIRE, 1972, p.101).

“O sal chegava em Franca e região via Campinas, bem como pelo sudoeste de Minas Gerais; os responsáveis pelo seu comércio estocavam-no e depois o revendiam no fluxo contrário ao do gado que, por sua vez, descia de Goiás e do Triângulo Mineiro, ficando internado na pastaria, para sair de Franca quer na direção de Minas, quer na direção de São Paulo” (TOSI, 1998, p. 48).

Durante o século XIX, a região de Franca exerceu a posição de entreposto comercial ao interligar Minas Gerais e São Paulo a Goiás e Mato Grosso pela Estrada Real. O gado era destinado ao comércio e consumo em Minas Gerais, na Corte e no Vale do Paraíba paulista. O comércio do sal, além de atender à demanda de consumo da região de Franca, atendia a Minas Gerais e Goiás.

Franca e Itapeva eram, segundo Muller (1923), as únicas localidades que ultrapassaram na Província de São Paulo em 1836 uma centena de fazendas de criar, 176 e 167 respectivamente, o que demonstra a importância do gado para a economia local. Se os dados de Müller estiverem corretos, aproximadamente 35% das fazendas de criar arroladas por ele, de um total de 501, encontravam-se em Franca. A produção de café, nesse momento, era irrisória no município, com uma produção de 211 arrobas. Cinquenta anos depois, em 1886, esta produção em Franca, com o território já reduzido, alcançou 60.000 arrobas apontando um crescimento superior a 28.000% no período (TOSI, 1998, p. 64).

A diversificação ocupacional em Franca já aparecia no ano de 1829 quando foram arrolados 80 agricultores, 56 artistas, 45 negociantes e 38 jornaleiros (ALMANAQUE, 1943, p. 15) e ampliou-se nos anos seguintes, como nos mostram diversos levantamentos. Em 1836, de acordo com Müller (1923), havia um total de 98 pessoas empregadas em ocupações diversas além da agropecuária (30 carpinteiros, 18 alfaiates, 18 tecelões, 16 ferreiros, 11 sapateiros, 8 seleiros, 4 ourives, 4 músicos, 4 pedreiros, 1 pintor e 7 sacerdotes). O Censo de 1872 apontou uma maior diversificação ainda não só no município de Franca, como nas demais localidades que compunham o seu território original. Complexidade que atendia ao crescimento econômico, demográfico e das áreas urbanas. Nessa ocasião, excluindo-se os habitantes classificados como “sem profissão”, onde estavam incluídos as crianças e os idosos, observamos que quase metade da população livre e ¼ da escrava desenvolviam atividades não ligadas diretamente a agro-pecuária, mas exerciam ocupações liberais, ocupações manuais especializadas, como as chamadas “profissões manufatureiras ou mecânicas” e ocupações manuais não especializadas como os criados e jornaleiros.

O Almanaque de 1873 (1985) menciona a existência de 06 advogados, 02 farmacêuticos, 15 negociantes, 28 armazéns e 84 fazendeiros presentes em Franca. Para Batatais, o mesmo almanaque arrolou 02 farmacêuticos, 01 advogado, 12 negociantes, 37 criadores de gado e 07 fazendeiros. Segundo o Relatório apresentado ao presidente da

Província de São Paulo em 1888, Franca possuía 07 farmácias, Igarapava 04, Ituverava 03, Batatais 04, Santo Antônio da Alegria 01, num total de 19 estabelecimentos farmacêuticos. Há ainda referência a 04 hotéis: 02 em Franca e 02 em Batatais.

Como foi possível observar, a diversidade de ocupações foi uma característica presente no território de Franca do século XIX. Além da produção agrícola para o mercado interno e da pecuária, que empregavam a maioria das pessoas havia um espaço para as atividades tidas, em geral, como urbanas (advogados, médicos, comerciantes, farmacêuticos, hoteleiros, artesãos etc)

Nos anos 50 e 60 daquele século, a comercialização do gado e do sal passou por dificuldades. A pecuária passou a concorrer com a criação do Triângulo Mineiro e a “abertura do comércio pela Bacia do Prata, praticamente sepultou o trânsito do sal em território francano” (DI GIANNI, 1997, p. 98). Isso, no entanto, não impediu que esse comércio perdurasse por mais algumas décadas até a chegada da ferrovia à região de Franca, ao Triângulo Mineiro e a Barretos.

No final do século XIX, Barretos e o Triângulo Mineiro já despontavam como importantes locais de criação de gado zebu, tendo este vacuum assumido a preferência entre os criadores por adaptar-se com maior facilidade às regiões quentes, ao contrário do gado de ascendência européia conhecido como franqueiro, ou seja, o gado criado em Franca (TOSI, 1998, p. 52).

A malha ferroviária da Mogiana atingiu primeiro Batatais em 1886 e, um ano depois, Franca (1887). A nova ordem econômica agro-exportadora, com a formação das grandes lavouras de café nos municípios da região, contribuiu para o abandono do comércio de sal, que já vinha declinando e para que a pecuária passasse a um plano secundário na região, no final do século XIX.

“(…) as relações comerciais tiveram grande importância para Franca, que ocupou a posição de entreposto no abastecimento do Brasil Central, função estagnada com a abertura da navegação pela Bacia do Prata, após a Guerra do Paraguai. Com a implantação do caminho de ferro, a cidade mais uma vez “concentra o comércio entre

São Paulo e os estados vizinhos de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Novamente os carros de boi aí se concentram trazendo cereais e outros produtos do sertão, os quais trocam por sal e artigos manufaturados, que vêm do sul”. Situação que, segundo Maria da Conceição Martins Ribeiro, perdurou aproximadamente até 1905, quando foi interrompida pela inauguração da estação de Uberaba e outros ramais das companhias ferroviárias e pela ocupação do sertão paulista” (DI GIANNI, 1997, p. 73 Apud Ribeiro, 1941, p. 148).

O avanço da cafeicultura por São Paulo na segunda metade do século XIX, como mostram Bacellar e Brioschi (1999), levará à região de Franca fazendeiros capitalistas em busca de terras para a expansão da rubiácea. O choque entre a economia de abastecimento interno com a nova ordem exportadora capitalista se expressará através de “conflitos” entre os antigos e os novos produtores do *sertão* do Rio Pardo. As últimas décadas do século XIX foram marcadas pela vinda de grandes produtores de café para a região de Ribeirão Preto, e que aos poucos avançaram para a região de Franca, uma vez que a consolidação do café enquanto principal produto da região data dos anos 1890. A expansão do café associada à decadência de atividades tradicionais no norte paulista (como o comércio de sal) podem ter contribuído para a emigração dos habitantes de Franca em busca de novas terras para se apossarem.

A partir de então, observaram-se novas mudanças econômicas e demográficas, assim como no cotidiano de Franca e região. O ritmo de vida tornou-se ainda mais dinâmico, com fim da escravidão, a chegada de novos imigrantes nacionais e estrangeiros (principalmente italianos) que acabaram por modificar o quadro tradicional da sociedade francana na passagem do século XIX para o XX.

2.2 População francana

No decorrer do século XIX, até a abolição da escravatura em 1888, a população escrava francana foi se modificando em virtude das transformações sócio-econômicas por que passaram o município, a província paulista e o Brasil. De um modo geral, o panorama demográfico da escravidão no centro-sul do Brasil, na primeira metade daquele século, foi

marcado pela entrada de escravos africanos, principalmente, nas áreas voltadas para a agro-exportação. Na segunda metade, pelo tráfico interno, uma vez que a Lei Eusébio de Queiroz proibiu o tráfico de escravos da África para o Brasil (1850).

A partir de então, enquanto na Província de São Paulo, a agricultura para exportação continuava em plena expansão e, com ela, a produção de gêneros para o mercado interno, a escravidão começou a perder fôlego. A reposição da escravaria, que até aquele momento, dava-se em função do tráfico transatlântico, passou a depender do tráfico interno e da reprodução natural⁸.

Estes fatos, somados aos efeitos das novas leis emancipatórias, principalmente a Lei do Ventre Livre que libertava as crianças nascidas de ventre escravo a partir de 28 de setembro de 1871, acabaram por relegar a escravidão a um fim próximo. Mesmo vislumbrando esse fim, os senhores de escravos de Franca, assim como da Província, não abriram mão do trabalho escravo até sua abolição em 13 de maio de 1888.

Neste item, procuramos traçar o perfil da população escrava francana no século XIX, *vis-à-vis* a população livre, focando dois momentos (1836 e 1872), para os quais dispomos de informações censitárias: a Lista Nominativa de Habitantes de 1836 e o Recenseamento Geral do Império de 1872. Em outros termos, na medida em que estas fontes e o tempo disponível para a elaboração dessa dissertação nos permitiram, procuramos apontar algumas diferenças observadas entre o comportamento demográfico dos cativos e dos livres. Dessa forma, poderemos verificar, se não na sua totalidade, mas uma parcela da influência exercida pela escravidão sobre a demografia dos primeiros.

⁸ Ver SLENES, 1976, Capítulos VII e VIII.

No vasto território do município de Franca em 1836, viviam 10.370 pessoas das quais 1/3 eram escravas (3.395). Tanto entre os cativos como entre os livres predominava a população masculina. No entanto, a proporção de homens entre os escravos era maior que entre os livres (57,2% e 51,8% respectivamente) (tabela 2.4).

Embora entre os cativos de Franca houvesse 134 homens para cada 100 mulheres, esse desequilíbrio entre os sexos era menos pronunciado do que aquele encontrado nas áreas de agricultura de exportação para o mesmo ano. Em Piracicaba, por exemplo, onde predominava a lavoura canvieira a razão de sexo entre os escravos era de 184, assim como em Itu, cuja razão de sexo entre os escravos foi de 155, em Bananal e Areias, municípios cafeicultores do Vale do Paraíba, esta razão chegava respectivamente a 237 e 197 (MULLER, 1923).

Tabela 2.4
População por condição social segundo sexo
Vila Franca do Imperador, 1835-1836

Condição social	Homens	Mulheres	Total
Escravos	1.943	1.452	3.395
Livres	3.615	3.360	6.975
Total	5.558	4.812	10.370

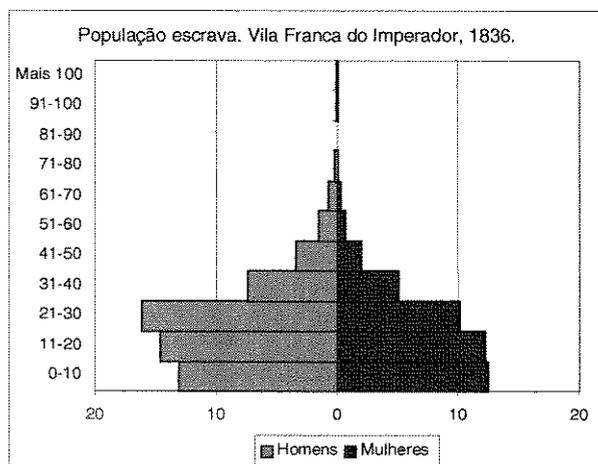
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Nessa época, havia mais jovens e adultos que crianças na população escrava, resultado de um acentuado movimento migratório que privilegiava os adultos, de uma mortalidade infantil alta e de uma reprodução natural não elevada (gráfico 2.2). As crianças, entre 0 e 10 anos de idade, representavam 25,5% desse segmento (no livre, eram 35,9%) e revelavam uma razão de sexo mais próxima ao ponto de equilíbrio (104), o que nos leva a supor que mesmo vivenciando as mazelas da escravidão, estava ocorrendo reprodução natural entre a população cativa (a imigração de crianças africanas escravas era muito pequena⁹), mas não no nível verificado para a população livre. Nesta, os dados mostram uma fecundidade mais elevada, embora as crianças também sofressem com altos índices de mortalidade, o que, aliás, já se

⁹ Segundo Florentino e Góes ser uma criança escrava no Brasil significava ter nascido em terras brasileiras já que o tráfico atlântico de escravos priorizava homens entre 15 e 40 anos de idade (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 131). A porcentagem de crianças africanas com menos de 10 anos de idade negociadas no mercado de Valongo na cidade do Rio de Janeiro era de 4,1% (para o período 1822-33).

espera de uma população sem controle efetivo da fecundidade e num momento em que a assistência à saúde é praticamente nula e pouco se consegue curar com os conhecimentos médicos de então (tabela 2.5 e gráfico 2.3)¹⁰. Como já observou Marcílio, na sociedade oitocentista, os primeiros anos de vida de um indivíduo constituíam um momento crucial e arriscado para sua sobrevivência em razão de elevada mortalidade infantil decorrente principalmente de doenças infecto-parasitárias. Os problemas ligados à reprodução e ao momento do parto eram responsáveis por parte significativa da mortalidade feminina em idade reprodutiva, o que vale para escravos e livres. O perfil da pirâmide etária para a população livre não revela claramente o movimento migratório de mineiros no local, o que significa que predominava uma imigração de cunho mais familiar, embora nas idades a partir dos 31 anos houvesse mais homens que mulheres e entre esses, muito provavelmente, estariam os migrantes (gráfico 2.3). Todos esses fatores contribuíram para modelar uma pirâmide etária diferente para os cativos em relação aos livres, ou seja, os primeiros mostravam uma estrutura por sexo e idade que não se assemelhava a dos homens e mulheres livres.

Gráfico 2.2



¹⁰ Na confecção da pirâmide etária distribuímos proporcionalmente os 4% de indivíduos sem informação sobre o sexo segundo a idade.

Gráfico 2.3

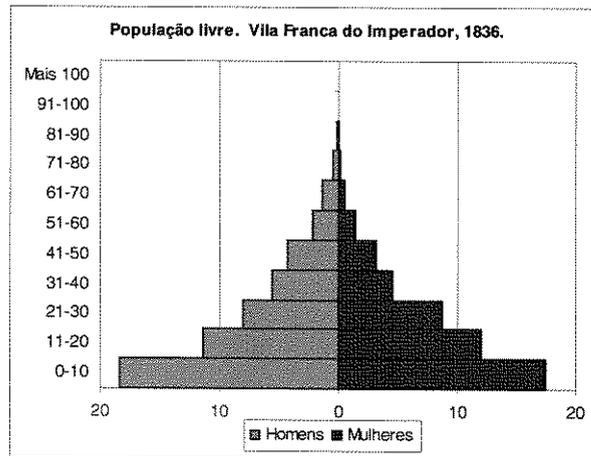


Tabela 2.5
População por idade segundo condição social e sexo
Vila Franca do Imperador, 1835-1836

Grupos etários*	Escravos			Livres		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-10	442	423	865	1.283	1.218	2.501
11-20	497	412	909	794	841	1.635
21-30	546	343	889	558	613	1.171
31-40	253	173	426	388	315	703
41-50	114	67	181	300	222	522
51-60	52	23	75	148	96	244
61-70	26	9	35	93	35	128
71-80	8	1	9	35	13	48
81-90	0	0	0	8	1	9
91 e +	5	1	6	4	5	4
S/I	0	0	0	4	1	10
Total	1.943	1.452	3.395	3.615	3.360	6.975

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

* Os grupos etários foram constituídos dessa forma para poderem ser comparados com os apresentados no censo de 1872.

Com relação à presença de crianças e jovens na população escrava, Franca, ao que tudo indica, não se diferenciou de outras províncias e localidades no mesmo período, onde a economia não estava diretamente ligada à agro-exportação. Nesse município, em 1836, 1/3 da população escrava possuía menos de 15 anos e nesse grupo a razão de sexo era de 105. Segundo o censo de 1833, realizado na Província de Minas Gerais (BERGAD, 2004, p. 207),

30% do total da população escrava tinha menos de 15 anos, e na Província do Paraná em 1836 os escravos desse grupo chegavam a 37% do total da população (GUTIÉRREZ, 1987, p. 305).

Diante da ausência de estimativas de fecundidade confiáveis, utilizamos a razão criança/mulher¹¹ (crianças 0-4 anos/ mulheres 15-44 anos) para avançar um pouco mais sobre o conhecimento da reprodução entre os cativos de Franca. A razão criança/mulher encontrada era de 510, quando levamos em conta as crianças de 0-4 anos e mulheres de 15-44 anos; considerando as crianças de 0-9 anos/ mulheres 15-49 anos, chegamos à cifra de 927¹². Para a Província de São Paulo, Luna e Klein (2003, p. 139) calcularam as respectivas razões em 366 e 712, valores menores ao encontrado para Franca. Segundo esses autores, áreas em que a entrada de novos africanos era expressiva havia uma diminuição do potencial reprodutivo da população escrava local. No Paraná, Gutiérrez calculou para os escravos em 1.030 a razão crianças de 0-9 anos/mulheres 10-49 anos em 1801 e 840 para o ano de 1824, e atribuiu à reprodução natural as elevadas razões crianças/mulheres, e outras características da população escrava, como equilíbrio entre os sexos e o perfil jovem desta população (GUTIÉRREZ, 1987, p. 309).

Bergad encontrou uma razão média de crianças 0-4 anos/mulher 15-49 anos de 966 para o período 1830-1839 referente a três áreas mineiras (Mariana/Ouro Preto, São João/São José Del Rei e Diamantina), sendo mais próxima à verificada para Franca.

De acordo com este autor,

“nos Estados Unidos, onde o comércio escravagista terminou em 1808 e onde há muito se admitia a existência de elevadas taxas de fertilidade entre os escravos, em 1820 a razão de crianças abaixo de 10 anos era de 1.482 para cada 1.000 mulheres entre 15 e 45 anos de idade. É visivelmente semelhante à razão de crianças para mulheres encontrada em São João [Del Rei] e São José [Del Rei] na década de 1820, numa amostra de mais de 5.000 escravos. Na década de 1820 nas três regiões [Mariana/Ouro Preto, São João/São José Del Rei e Diamantina] havia em média uma razão de 1.230

¹¹ Considerações sobre a utilização desta razão, como a subenumeração do numerador com a alforria de crianças e a inclusão no denominador de escravas sem filhos, além da elevada mortalidade infantil ver Merrick e Graham, 1982, P. 84-90.

¹² A razão criança 0-4 anos/ mulher 15-44 anos entre a população livre para o mesmo ano é de 699 e de crianças 0-9/mulheres 15-49 anos, 1420. Os valores para a população escrava são inferiores aos da livre, no entanto, não deixam de ser significativos.

crianças de 1 a 9 anos para cada 1.000 mulheres de 15 a 45 anos de idade. Num período de cem anos, de 1770 a 1869, essa razão era em média de 1.201” (BERGAD, 2004, p. 218 e 220).

A razão criança/mulher em Franca era mais elevada do que a verificada para a Província de São Paulo como um todo e inferior ao que se observou para os Estados Unidos e Minas Gerais, ainda que para o período 1830-1839, a razão que Bergad encontrou em Minas se aproxime da francana.

Se nas primeiras idades (até 10 anos) havia um certo equilíbrio entre meninos e meninas escravinhos em Franca, o mesmo não se observou nas chamadas idades produtivas. Embora nestas idades houvesse um contingente maior tanto de homens como de mulheres, os homens predominavam, chegando a haver 156 homens para cada 100 mulheres na faixa etária entre 21 e 50 anos. Já entre os livres esse desequilíbrio entre os sexos era bem menor (a razão de sexo era igual a 108).

Quanto ao estado conjugal dos escravos, verificamos que as oportunidades de casamento e/ou recasamento não eram as mesmas que se apresentavam à população livre e também não eram iguais para todos os escravos, homens e mulheres. Uma razão de sexo mais elevada implicava, já de início, que uma parcela da população masculina adulta cativa, não encontrasse no interior de seu grupo uma parceira solteira para uma união monogâmica estável. Mas, não era somente o desequilíbrio entre os sexos que levava uma boa parte da população escrava a não conseguir um matrimônio legalizado. A própria condição de escravo podia impedir que as possíveis uniões não se concretizassem, uma vez que dependiam da vontade do senhor para legalizar suas uniões perante a Igreja Católica¹³.

Considerando aqueles escravos com 11 anos e mais, verificamos que dentre os homens 70,2% eram solteiros, 21,7% casados e 0,4% viúvos (em 7,7% de casos não há informação). A existência de parceiros elegíveis, se de um lado proporcionava às mulheres mais oportunidades que aos homens de se casarem (30,8% eram casadas e 1,1% viúvas), não chegou a beneficiar uma boa parte das escravas que continuavam solteiras (58,7%) (tabela 2.6). Para os livres, as oportunidades de casamento eram maiores, mais da metade desses eram

¹³ Não temos condição de saber se o estado conjugal declarado na Lista Nominativa se refere somente às uniões sacramentadas pela Igreja Católica, acreditamos que sim.

casados ou viúvos, conseqüentemente, os solteiros eram 1/3 das pessoas livres com 11 anos e mais.

No entanto, não podemos nos esquecer que as uniões consensuais eram uma realidade na sociedade brasileira da época tanto entre os escravos como entre os livres. No tópico 3.3. deste trabalho destacamos a participação da população escrava com 11 anos e mais por sexo segundo estado conjugal e naturalidade, comparando a participação de escravos nascidos no Brasil e africanos. Estes últimos se casavam proporcionalmente mais do que os nativos do Brasil. Em relação à cor, Bassanezi verificou que no município de Rio Claro, o ser considerado “pardo” permitia ao escravo estabelecer uniões conjugais formais mais que os “pretos” de acordo com o Censo de 1872 (BASSANEZI, 1992, p. 275-276). Em Franca, os pretos se casavam mais, seguidos dos crioulos e pardos para ambos os sexos. De um total de 325 homens escravos casados, 76,0% eram pretos, 10,2% crioulos e 6,7% pardos e dentre 6 viúvos, 4 também eram pretos. Entre as mulheres escravas, de um total de 307 casadas, 67,1% eram pretas, 22,5% crioulas e 5,2% pardas. As pretas também prevaleciam entre as viúvas, 9 de um total de 11.

Tabela 2.6
População com 11 anos ou mais por estado conjugal segundo condição social e sexo
Vila Franca do Imperador, 1835-1836

Estado conjugal	Escravos				Livres			
	Homens	Mulheres	S/I	Total.	Homens	Mulheres	S/I	Total
Solteiro	1.053	604	1	1.658	861	663		1.536
Casado	325	307	1	643	1.283	1214	12	2.503
Viúvo	6	11		17	59	131	6	196
S/I	115	97		212	120	125		245
Total	1.499	1.029	2	2.530	2.323	2.133	18	4.474

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

No total da população cativa de Franca, quase um terço dela era composta por africanos. Quando especificamos a naturalidade segundo o sexo dos cativos, os africanos representavam 37,4% e os crioulos (nascidos no Brasil) 51,8%, já as cativas africanas eram 24% e as crioulas, 61,8%, resultado de um movimento imigratório que privilegiava não só adultos, mas, sobretudo homens. Dentre os escravos francanos do sexo masculino de 11 a 30 anos (total de 1.043 cativos), 45,6% eram de origem africana¹⁴ e entre eles, cujo local de

¹⁴ De um total de 755 mulheres escravas entre 11 e 30 anos, 238 são africanas (31,5%).

procedência da África é conhecido, predominavam os do grupo banto (Angola, Benguela, Congo, Cabinda). Os escravos bantos estavam presentes na Província de São Paulo como um todo e se constituíam um dos principais grupos de africanos na província paulista (tabela 2.7).

No entanto, se comparada às áreas onde a economia agro-exportadora predominou, o número de africanos em Franca era reduzido. No Vale do Paraíba paulista e Oeste Paulista, a proporção de africanos no total da população escrava chegou a apresentar valores próximos a três quartos. Em Bananal (localidade produtora de café no Vale do Paraíba) 78,2% do total de cativos eram africanos em 1829 (MOTTA, 1999, p. 134). Para Campinas (que integrava o quadrilátero do açúcar no Oeste Paulista) uma citação de Slenes é bastante elucidativa, “em 1801, os africanos constituíam 70,1% dos cativos acima de 15 anos de idade. A proporção provavelmente se manteve próximo ou até superior a este patamar até o final do tráfico” (SLENES, 1999, p. 71).

Tabela 2.7
População escrava por naturalidade segundo sexo
Vila Franca do Imperador, 1835-1836

Naturalidade	Homens	Mulheres	S/I	Total
Africanos	726	348	1	1.075
Brasileiros	1.005	898	-	1.903
S/I	210	206	1	417
Total	1.941	1.452	2	3.395

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

No tocante à naturalidade dos escravos nascidos no Brasil, há referências aos termos genéricos “crioulo(a)” ou Brasil e indicações de origem como: Província de Minas Gerais (15,2% do total geral), da Província de São Paulo (10,4%) e do município de Franca (10,4%). As cativas naturais de Franca ultrapassavam em números absolutos e proporcionais seus pares homens. A porcentagem de mulheres cativas provenientes de São Paulo (inclusive Franca) chegava a 24,3% e as naturais de Minas Gerais a 15,8% (tabela 2.8).

Tabela 2.8
População escrava por naturalidade segundo sexo
Vila Franca do Imperador, 1835-1836

Naturalidade	Homens	Mulheres	S/I	Total
Prov. de São Paulo	365	353		718
Prov. de Minas Gerais	287	229		516
África	727	349	1	1.077
Crioulos/Brasil	353	315	1	668
S/I	210	206		416
Total	1.941	1.452	2	3.395

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Como visto, os proprietários de escravos adquiriam mão de obra escrava, não só nascida no Brasil, mas também africana. O dinamismo da economia local de abastecimento interno justificava tal investimento. Bacellar encontrou situação semelhante ao analisar a posse de escravos em Sorocaba no ano de 1810, localidade envolvida no abastecimento interno. E de acordo com este historiador, “a renda obtida pela venda de produtos no mercado interno justificava o gasto na aquisição do braço escravo” (BACELLAR, 2001, p.142).

Na Lista Nominativa analisada neste estudo, encontramos 15 cativos (3 homens e 12 mulheres) mencionados como “brancos”. Dos homens escravos citados como brancos dois apresentavam como naturalidade *de Nação*. Certamente, nestes casos, houve erro por parte do recenseador. Gutiérrez (1988) também encontrou escravos arrolados como brancos, no Paraná entre 1798 e 1830.

“Branco e índios seguramente foram também escravizados, mas os recenseamentos são omissos. No levantamento de 1804 figuram oito cativos de cor branca no Paraná (...). Também em 1824 compareceram oito brancos na condição de escravos nas *listas* do Paraná. (...). A presença de escravos brancos pode dever-se a um lapso dos recenseadores no registro da cor, embora seja plausível cogitar tratarem-se de índios locais reduzidos ao cativeiro” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 165-166).

Ao consultar a bibliografia sobre a história da região do norte paulista, verificamos que no século XVIII a escravização de índios também ocorreu nesta área.

“Ainda em 1726, um bando do capitão-general de São Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, ordena que todo “*carijó, bastardo e índio administrado*” que fosse

encontrado não servindo a um senhor seria preso e, por serem “*muito necessarios para o Certão*” seriam “...*mandados para os Batataes do Certão dos Guayazes, e servirem a Sua Magestade ou para a povoação do Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catharina, e para as mais partes aonde me parecer conveniente para o serviço do dito senhor*” (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p. 6 Apud Bando de 19/06/1726, in Documentos Interessantes, vol. XIII, 1895, p. 95-96).

Para o Paraná, Gutiérrez menciona a autorização para se escravizar os índios de Guarapuava¹⁵, contudo, evidências da presença de indígenas na região de Franca no século XIX não nos dizem muito¹⁶, o que não nos leva a descartar a hipótese de índios terem sido escravizados também no norte paulista no século XIX.

A naturalidade de pessoas livres em 1836 comprova o que já havíamos escrito anteriormente. Predominavam os mineiros (40% dos moradores do sexo masculino de Franca)¹⁷, seguidos de paulistas inclusive os nascidos em Franca (36,4%)¹⁸. Em relação às demais possíveis naturalidades mencionadas estão: África, *crioula* (ex-escravo nascido no Brasil), *Bugre* (indígena), Portugal e Ilhas, Europa, Goiás e Rio de Janeiro que não atingem 1% de casos.

Se no tocante à naturalidade entre os homens livres havia predominância de mineiros, o mesmo não ocorria na mesma proporção em relação às mulheres. As paulistas representavam 36% das mulheres livres, seguidas das mineiras (30,2%), sendo que quase um terço não apresenta informação da naturalidade (muito provavelmente deveriam ser francanas). As demais naturalidades citadas para as mulheres livres são: África, “*crioula*”, Brasil, Goiás e Ilhas Portuguesas.

¹⁵ A permissão data de 1808 (GUTIÉRREZ, 1988, p. 166).

¹⁶ A Lista de 1836 se refere a apenas um índio de nome Joaquim presente na Vila Franca do Imperador. Joaquim vivia em um domicílio sem a presença de cativos juntamente com mais 8 pessoas todas brancas. O domicílio era composta pelo chefe Teodoro de Moraes Serqueira e oito indivíduos sem relação explícita de parentesco com o chefe. A naturalidade de Joaquim é mencionada como *bugre*. No Censo de 1872, 4,7% de indivíduos livres (829 pessoas) são arrolados como caboclos (mestiços de índio com branco).

¹⁷ Neste caso, não estamos considerando os efeitos indiretos da migração (filhos de imigrantes nascidos em Franca). Levando em conta que a chance das crianças de até 10 anos serem nascidas em Franca é grande, realizamos um exercício ao considerarmos apenas as pessoas livres com 11 anos e mais a fim de verificar a naturalidade. Encontramos 54,5% do total de homens e 42,4% das mulheres livres com 11 anos e mais naturais de Minas Gerais.

¹⁸ Quase um quinto dos homens não apresenta informação sobre a naturalidade.

A Lista Nominativa de Habitantes não especifica (com raras exceções) o local de nascimento das pessoas naturais de Minas Gerais. Encontramos apenas 48 pessoas livres cujos termos ou municípios de origem em Minas Gerais foram mencionados, destacando-se Juruoca [cujo local consideramos ser Ayuruoca]¹⁹, Barbacena, Pitangui (integrava a Comarca do Rio das Velhas em 1833), Bomfim (fazia parte da Comarca do Rio das Velhas em 1833), Tamanduá (pertencia à Comarca do Rio das Mortes em 1833), Campanha e Jacuí (estes últimos pertencentes à Comarca do Rio Sapucahy em 1833 que por sua vez integrava a Comarca do Rio das Mortes em 1821)²⁰.

Os dados que apresentamos, apesar de pouco representativos, reforçam o que Chiachiri Filho (1986) já havia destacado sobre a origem dos entrantes do Sertão do Rio Pardo entre 1804 e 1824 a partir dos registros paroquiais de casamento. Chiachiri Filho verificou que aproximadamente dois terços dos mineiros que afluíram para Franca e seus arredores nas primeiras décadas do século XIX eram oriundos da Comarca do Rio das Mortes (40,6%) e Comarca do Rio das Velhas (27,9%). A Comarca de Ouro Preto e de Paracatu conjuntamente foram os locais indicados por um quinto dos noivos que se casaram na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca. Os nubentes oriundos de São Paulo representam 6,3% do total, os de Goiás e Portugal 1,3% e do Rio de Janeiro (0,5%). Apenas um nubente é da Comarca do Serro do Frio, especificamente de Villa do Príncipe (CHIACHIRI FILHO, 1986, p. 43-46).

A origem dos migrantes mineiros que se dirigiam à Freguesia de Franca não se alterou em 1836 em relação ao verificado por Chiachiri Filho (1986). As Comarcas do Rio das Mortes e Rio das Velhas predominavam como o local de origem dos imigrantes mineiros, ou seja, os mineiros que povoaram Franca e região não estavam saindo das antigas áreas mineradoras decadentes e esgotadas e sim de áreas onde predominavam a economia voltada para o abastecimento interno (produção de alimentos e a criação de gado bovino e vacum). O que variou em 1836 em relação ao período 1804-1824, e o que já era esperado, refere-se ao

¹⁹ Em 1854 encontramos Ayruoca pertencente à Comarca de Baependy, que por sua vez, pertencia à Comarca do Rio Parahybuna em 1833. Barbacena também pertence à Comarca do Rio Parahybuna em 1833. Sobre as divisões administrativas de Minas Gerais ver Apêndice C páginas 333-343 in BERGAD, 2004.

²⁰ “A comarca de Parahybuna de 1833 foi criada a partir de um pedaço da de Vila Rica e boa parte da de Rio das Mortes de 1821. A comarca de Rio das Mortes de 1833 diminuiu bastante em relação à de 1821, quando toda a sua zona oeste foi separada para formar a nova comarca de Sapucahy; a região leste foi dividida para formar parte desta última” (BERGAD, 2004, p. 337).

aumento de pessoas provenientes de São Paulo (cerca de 19,1% de homens e 17,1% das mulheres) e os nascidos em Franca (17,3% dos homens e 18,8% de mulheres), num total de 36,4% dos homens e 36% das mulheres naturais de São Paulo (inclusive Franca)²¹. Neste caso, se os pais se casaram entre 1804-1824, seus filhos já eram naturais de Franca em 1836.

A lista nominativa trabalhada informa a ocupação apenas de um escravo e uma cativa como lavradores e de um sapateiro. Dessa forma ficamos impossibilitados de discorrer sobre a ocupação dos mesmos. Certamente a grande maioria de cativos estava envolvida em atividades ligadas à lavoura e criação de animais. Dadas às características da economia francana e que muitos fogos possuíam apenas um escravo, acreditamos que a participação de cativos em atividades manuais (como ferreiros, seleiros, sapateiros, etc), não fosse desprezível.

A ocupação dos habitantes livres também não recebeu muita atenção do recenseador. Cerca de 80% das pessoas livres com 11 anos e mais não apresentavam profissão arrolada. As atividades ligadas à lavoura ou roça predominaram entre os habitantes e as ocupações que conjugam a lavoura a uma segunda ou terceira ocupação (lavrador e carpinteiro, lavrador e engenheiro, etc) aparecem na Lista Nominativa, com menor frequência (5,4% do total). Ocupações manuais especializadas e as manuais não especializadas (alfaiate, carpinteiro, ferreiro, sapateiro, costureira, fiandeira, seleiro, carreiro, roupeiro, paneleiro) e ocupações que podemos considerar “liberais” ou assemelhadas (advogado, juiz de paz, coletor, recenseador, padre, professor, músico, etc) chegavam a 3% do total.

Enfim, estas foram as características possíveis de serem trabalhadas e que marcavam a população escrava e livre da Vila Franca do Imperador na primeira metade do século XIX. As mudanças ocorridas posteriormente apresentaremos a seguir, com a análise das informações disponíveis no censo de 1872.

²¹ As localidades de São Paulo citadas são: Apiaí, Jacareí, Porto Feliz, Bragança, Mogi.

Com salientamos anteriormente, entre 1836 e 1872, a Vila Franca do Imperador passou por uma série de desdobramentos territoriais. Mas para podermos comparar as características de sua população nesse período, agregamos os dados dos municípios que se desmembraram do de Franca entre 1836 e 1872. Ou seja, os dados que apresentamos para o ano de 1872 procuram manter a mesma área geográfica da Vila Franca do Imperador em 1836, assim, quando for mencionado *antigo território de Franca* estamos nos referindo aos municípios de Franca, Batatais e Cajuru conjuntamente.

Por outro lado, quando trabalhamos com as informações do censo de 1872, precisamos ter em mente que esse recenseamento só foi realizado na Província de São Paulo em 1874, ou seja, três anos após a Lei do Ventre Livre (1871). Embora a norma fosse considerar o ano de 1872 como referência na coleta das informações censitárias, ela parece não ter sido obedecida pelos recenseadores em Franca, pelo menos no que diz respeito à população escrava, uma vez que naquele censo só foram contabilizadas as crianças escravas com 3 anos e mais. De qualquer forma mesmo que os dados sejam relativos ao ano de 1874, nossa referência é o Recenseamento Geral do Império de 1872.

Ao analisar os dois momentos censitários, 1836 e 1872/74, observamos mudanças significativas na população escrava e livre de Franca no período, a começar pelas taxas de crescimento anual. Ambos os segmentos cresceram no período, mas com intensidades diferentes. O cativo quase que dobrou seu tamanho, cresceu a uma taxa de 1,7% a.a. (valor próximo ao verificado em São Paulo como um todo, 1,75% a.a.), enquanto o livre expandiu-se de forma muito mais acelerada, a uma taxa de 4,4% a.a., crescimento inclusive superior ao observado na Província de São Paulo como um todo (3,5% a.a.).

No vasto território do município de 1836, viviam 10.370 pessoas das quais 1/3 eram escravas (3.395). Quase quatro décadas após, nesse mesmo território encontravam-se 40.277 habitantes, dos quais 6.461 ainda eram cativos. Embora estes tenham quase que dobrado seu volume em relação a 1836, sua participação no total da população em 1872/74 reduziu-se para 16% (no município de Franca propriamente dito, 18,9%). Nos anos finais da escravidão, os cativos estavam ainda mais reduzidos no conjunto da população francana (em 1886 somavam 3.912 pessoas). Enquanto isso, a população livre no território quadruplicou em função não só

do crescimento vegetativo e da migração, mas também pela incorporação de ex-escravos alforriados ou beneficiados pelas leis abolicionistas.

Tabela 2.9
População por condição social segundo sexo
Antigo Território de Franca - 1872

Condição social	Homens	Mulheres	Total
Escravos	3.440	3.021	6.461
Livres	17.620	16.196	33.816
Total	21.060	19.217	40.277

Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

Na população escrava recenseada no território de Franca em 1872/74, a proporção de homens apresentava-se menor que em 1836 (respectivamente 53,2% e 57,2%). No que diz respeito aos livres ocorreu apenas um ligeiro aumento na proporção de homens, que passou de 51,8% em 1836 para 52,1% em 1872/74.

A estrutura etária da população escrava também se alterou e muito em relação a 1836. Estava mais velha. A participação de crianças de 0 a 10 anos na população escrava reduziu-se então para 15,3%, certamente por influência da Lei do Ventre Livre (1871)²² e aumentou a presença de escravos com mais de 50 anos (gráfico 2.4, tabela 2.10). O desenho da pirâmide etária dos livres mostra, de um lado, uma diferença muito grande em termos de estrutura etária e por sexo do desenho obtido para a população escrava e, por outro lado, maior semelhança com o da população livre de 1836. A base da pirâmide de livres de 1872/74 apresenta-se um pouco mais estreita que em 1836 revelando a diminuição da proporção de crianças com até 10 anos (31,6% do total da população)²³, mesmo com a entrada de filhos livres de mães escravas (é possível que tenha ocorrido erros de agregação em 1836 e/ou em 1872/74, mas no momento não temos como saber). De qualquer forma, a população livre em 1872 estava mais envelhecida, mais gente estava proporcionalmente ocupando as faixas relativas a 71 anos e mais. A população livre envelheceu no período, mas em escala bem menor que a população escrava (gráficos 2.4 e 2.5, tabela 2.10).

²² As crianças com menos de 3 anos não foram contabilizadas.

²³ Em 1836, a proporção de crianças menores de 10 anos no total da população chega a 35,9%.

Gráfico 2.4

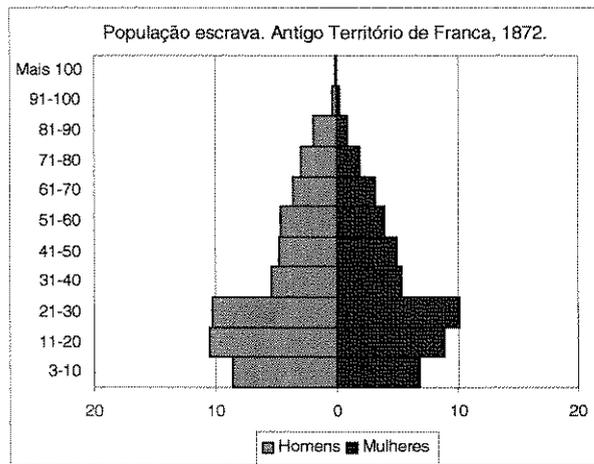


Gráfico 2.5

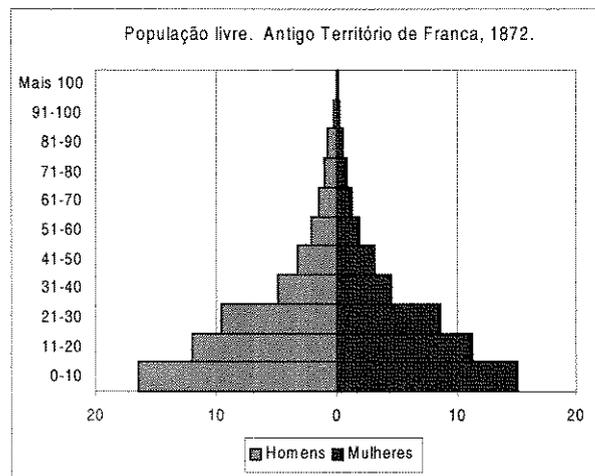


Tabela 2.10
População por idade segundo condição social e sexo
Antigo Território de Franca - 1872

Grupos etários*	Escravos			Livres		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-10	550	441	991	5.559	5.125	10.684
11-20	679	576	1.255	4.027	3.836	7.863
21-30	657	657	1.314	3.233	2.930	6.163
31-40	345	348	693	1.667	1.544	3.211
41-50	306	325	631	1.107	1.074	2.181
51-60	300	252	552	744	670	1.384
61-70	234	204	438	514	420	934
71-80	190	120	310	358	294	652
81-90	122	59	181	255	184	439
91 e +	27	18	45	105	114	219
S/I	30	21	51	51	35	86
Total	3.440	3.021	6.461	17.620	16.196	33.816

Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

Quando analisamos as informações sobre o estado conjugal observamos que a proporção de cativos casados ou viúvos sofreu uma aparente queda entre 1836 e 1872. Neste último ano, apenas 12,2% das cativas com 11 anos ou mais aparecem como casadas, 1,8% viúvas e 86% solteiras. Entre os homens cativos observamos a mesma proporção de casados, 1,3% de viúvos e 86,5% de solteiros. A diminuição na proporção de casados e viúvos no segmento escravo entre 1836 e 1872 (observamos comportamento semelhante entre os livres), seria reflexo da imigração de cativos solteiros (vindos de outros locais do Império), de um crescimento vegetativo ocorrido em décadas anteriores? Ou, no levantamento de 1836 foram consideradas as uniões consensuais e no de 1872 apenas as uniões formalizadas? Isto inclusive afetaria a proporção de livres e escravos alguma vez casados, já que as uniões consensuais eram presentes nestes dois segmentos da população.

Entre 1836 e 1872 o estado conjugal de livres, segundo os dados censitários, alterou-se consideravelmente. Se em 1836, 32,9% dos homens eram solteiros, trinta e seis anos depois, esse valor aumenta para a 61,1%. O mesmo ocorreu com as mulheres, na qual 57,7% eram solteiras em 1872. A proporção de pessoas casadas entre os livres era de 35,7% entre os homens e 38,5% entre as mulheres e de viúvos era praticamente igual para ambos os sexos, respectivamente 3,2% viúvos e 3,8% viúvas. Quais os possíveis motivos da diminuição dos casados e viúvos entre a população livre entre 1836 e 1872? Desconhecemos no momento.

Tabela 2.11
População com 11 anos ou mais por estado conjugal segundo condição social e sexo
Antigo Território de Franca - 1872

Estado conjugal	Escravos			Livres		
	Homens	Mulheres	Total.	Homens	Mulheres	Total
Solteiro	2.501	2.220	4.721	7.366	6.389	13.755
Casado	352	314	666	4.310	4.264	8.574
Viúvo	37	46	83	385	418	803
Total	2.890	2.580	5.470	12.061	11.071	23.132

Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

Os pretos continuavam como maioria da população escrava em 1872. Certamente esta categoria compreendia crioulos e africanos. Destacamos a participação dos pardos entre livres e escravos, significativa em 1872. Os pretos e pardos representavam 26,4% da população livre.

Tabela 2.12
População por cor segundo condição social e sexo
Antigo Território de Franca - 1872

Cor	Escravos			Livres		
	Homens	Mulheres	Total.	Homens	Mulheres	Total
Branca				12.093	11.316	23.409
Parda	1.072	1.121	2.193	3.678	3.241	6.919
Preta	2.368	1.900	4.268	1.020	973	1.993
Cabocla				829	666	1.495
Total	3.440	3.021	6.461	17.620	16.196	33.816

Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

A participação de africanos caiu para 7,5% no total do segmento escravo em 1872/74, em razão do fim do tráfico transatlântico de cativos na primeira metade do século XIX. O território de Franca recorreu não só ao crescimento vegetativo, mas também ao tráfico intra-provincial e inter-provincial para repor mão de obra escrava e, aparentemente, não perdeu braços escravos para regiões mais dinâmicas de São Paulo.

Dentre os escravos nascidos no Brasil, 78% eram naturais de São Paulo (o censo especifica apenas a província de origem e não o município), muitos dos quais nascidos na região; 12,4% eram oriundos do Nordeste, principalmente da Bahia (5,9%) e Pernambuco (3,2%). Como sabemos, a região Nordeste figurou como uma das principais áreas produtoras de cana-de-açúcar no Brasil colonial e utilizou a mão de obra escrava ativamente. Com a

decadência da produção de açúcar, essa região passou a alimentar o tráfico interno de escravo em direção ao sudeste. Na segunda metade do século XIX percebemos o quão importante foi o tráfico interno de escravos para São Paulo. Os escravistas de Franca adquiriram escravos de diversas províncias e regiões: Rio de Janeiro, Espírito Santo, região Sul (especialmente Paraná) e centro oeste (com destaque para Góias).

Tabela 2.13
População escrava por naturalidade segundo condição social e sexo
Antigo Território de Franca - 1872

Naturalidade	Escravos			Livres		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Africano				28	6	34
Estrangeiro	317	165	482	124	24	148
Brasil						
Norte				22	19	41
Nordeste	403	351	754	367	180	547
Centro-Oeste	18	36	54	317	126	443
Sul	9	18	27	235	176	411
Sudeste						
São Paulo	2.416	2.259	4.675	15.579	14.985	30.564
Rio de Janeiro	102	83	185	140	86	226
Minas Gerais	118	109	227	806	594	1.400
Espírito Santo	57		57	2		2
Total	3.440	3.021	6.461	17.620	16.196	33.816

Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

Quanto aos livres, diferentemente do que se observou em 1836, diminuiu o número de mineiros em 1872 (4,2% dos habitantes do território de Franca). Os homens provenientes de Minas Gerais (4,6%) continuavam superando as mulheres da mesma província (3,7%), ao contrário do que ocorria entre os paulistas (92,7% das mulheres eram paulistas assim como 89,2% dos homens). Certamente, entre esses paulistas estavam os filhos de mineiros nascidos em território francano, assim como aqueles vindos de outras regiões da Província de São Paulo. Em relação à Província de origem, além dos paulistas e mineiros, encontramos uns poucos goianos, baianos e paranaenses. Em relação aos estrangeiros, os portugueses, os africanos livres e os italianos constituíam os principais grupos de imigrantes, mas ainda que em números reduzidos naquele momento²⁴.

²⁴ Em 1872 o Censo arrola no território de Franca: 110 portugueses (94 homens e 16 mulheres), 34 africanos livres (28 homens e 6 mulheres), 19 italianos (14 homens e 5 mulheres), 8 alemães (7 homens e 1 mulher) e 9 franceses (7 homens e 2 mulheres).

Se em 1836 pouco conseguimos mostrar sobre a ocupação exercida pelos cativos de Franca, para 1872 as informações são mais generosas, embora 1/5 da população escrava apareça na categoria “sem profissão”, provavelmente crianças e idosos. A maioria dos escravos continuava trabalhando na lavoura (dois terços dos homens e metade das mulheres estavam alocados nessa ocupação). Outros eram criados e jornaleiros, operários (em madeiras, em tecidos, em edificações, de calçados etc). Entre as mulheres escravas, os serviços domésticos eram exercidos por 14,9% delas; as costureiras e operárias em tecidos chegavam a 13,9%, o que indica que a manufatura têxtil ainda era uma atividade com relativa importância na região (tabela 2.14).

Os lavradores também predominavam entre homens e mulheres livres, respectivamente 40,5% e 14,8%. Estes valores referem-se à população total (inclusive crianças) o que eleva a proporção dos *sem profissão* (superior a 45% entre homens e mulheres). Como era de se esperar, as mulheres predominavam na ocupação “serviços domésticos” (25,9%) e entre as costureiras (5,3%, se contabilizarmos as mulheres operárias em tecidos chegamos a 7,4%). A especificação de criadores era baixa (0,4% de homens e 0,3% de mulheres), o que denota que a criação de animais não era uma atividade exclusiva nas fazendas de Franca e que estaria conjugada com a agricultura.

Tabela 2.14
População segundo condição social em relação às profissões
Antigo Território de Franca - 1872

Profissões	Livres	Escravos	Total
Profissões Liberais	97	0	97
Artistas	229	11	240
Militares	36	0	36
Pescadores	46	18	64
Capitalistas e Operários	51	0	51
Profissões Industriais e Comercias	356	0	356
Costureiras	858	301	1.159
Profissões Manufatureiras ou Mecânicas	1.015	290	1.305
Lavradores	9.532	3.806	13.138
Criadores	127	0	127
Criados e Jornaleiros (assalariados)	1.456	310	1.856
Serviços Domésticos	4.212	487	4.699
Sem Profissão	15.801	1.238	17.039
Total	33.816	6.461	40.277

Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

Como foi possível verificar, tanto o segmento livre como o escravo cresceram até 1872, mas em intensidade diferente. A população livre cresceu mais aceleradamente que a cativa, que a partir de então inicia o seu declínio em direção ao seu fim. A evolução e as características da população francana foram fortemente marcadas pelo movimento migratório, que por sua vez alimentou também o crescimento vegetativo. Nas primeiras décadas, do período analisado, observamos forte presença de mineiros livres e suas famílias, que deixaram impressa sua marca na cultura local, como pode ser observado até hoje. No entanto, os escravos nascidos em Minas Gerais eram proporcionalmente em menor volume. Pode ser que muitos mineiros tenham trazido seus escravos, mas a origem desses estava em outros locais, com importante parcela nascida em São Paulo.

Os homens eram em maior número que as mulheres em ambos os segmentos livre e cativo, mas entre estes a razão de sexo era bem mais elevada, principalmente nas idades produtivas, resultado de um movimento migratório que privilegiava homens adultos. Ainda que vislumbrássemos a ocorrência da reprodução natural, esse padrão migratório, associado às leis abolicionistas faziam com que população escrava se apresentasse também mais velha que a livre. Os escravos casavam-se proporcionalmente menos que os livres, o que não significa que as uniões consensuais inexistissem, mas que enfrentavam maiores obstáculos à realização de uma união formal. Enfim, ser escravo implicou em vivenciar um comportamento demográfico fortemente marcado por todos os constrangimentos que essa condição lhe impunha.

CAPÍTULO 3

FOGOS, CHEFES E ESCRAVOS –

UMA ANÁLISE TRANSVERSAL

3.1. Fogos com e sem escravos

Os levantamentos populacionais de 1836 e 1872 proporcionaram o conhecimento das principais características da população escrava de Franca, assim como sobre sua evolução e as mudanças ocorridas, no decorrer desse período intercensitário.

O primeiro levantamento, a Lista Nominativa de Habitantes 1836, no entanto, ofereceu-nos ainda uma série de outras informações, em nível de fogo (domicílio), não disponíveis no censo de 1872, que permitem avançar um pouco mais sobre aquele conhecimento, embora apenas para um ponto específico do tempo: 1836. Nessa época, a escravidão era marcada pelo tráfico africano e a lavoura de exportação expandia-se a passos largos na Província. O município de Franca abrangia um extenso território no norte da Província de São Paulo, expandia sua economia para o mercado interno e a sua população era acrescida por um grande contingente migratório, sobretudo de mineiros.

Antes, porém, consideramos oportuno ressaltar o significado do termo “fogo” (unidade base de coleta de dados das Listas Nominativas).

O significado deste termo tem várias interpretações dadas por diferentes autores¹. Para Iraci del Nero da Costa (1982), em estudo sobre as estruturas populacionais de algumas localidades em Minas Gerais nos primórdios do século XIX, o fogo ou residência corresponde

“a edificação (ou conjunto de edificações) que se pode considerar como uma “unidade habitacional”. (...) Parcela substancial dessas residências pode ser subdividida em domicílios e enquadrada juntamente com as demais residências, as quais podemos, sem restrições, assimilar ao conceito de *Domicílio*, ou seja: conjunto de pessoas coabitantes que mantêm laços de parentesco e/ou subordinação e vivem sob a autoridade do *Chefe do Domicílio* – indivíduo a encabeçar a lista nominativa correspondente ao domicílio e que podia ou não ser chefe de família”(COSTA, 1982, p. 85).

A definição de fogo é semelhante ao conceito de domicílio. Este autor distingue domicílio de família e ressalta que

¹ Sobre um apanhado das definições de domicílio ver SCOTT, 1987, p. 66-99 e TEIXEIRA, 2004, p. 48-50.

“para o Brasil (...) o estudo da estrutura familiar, vincula-se, necessariamente, àquele concernente aos domicílios, pois, sistematicamente, encontramos várias famílias coabitantes a guardar vínculos de subordinação ou dependência; vale dizer, podiam viver num mesmo domicílio famílias “independentes”, de agregados e de escravos” (COSTA, 1982, p.23-24).

Assim como para os fogos, Costa apresenta a definição de família como o casal (unido ou não perante a Igreja) com ou sem filhos, os (as) solteiros (as) com filhos e os (as) viúvos (as) com filhos, sendo que os filhos que coabitam com os pais devem ser solteiros e sem prole (COSTA, 1982, p. 24).

Nas palavras de Marcílio, o “fogo ou o grupo doméstico constitui-se, fundamentalmente, do casal e seus filhos, célula de produção e de reprodução biológica e social, grupo de trabalho e de manutenção da sobrevivência dos indivíduos” (MARCÍLIO, 1986, p. 130).

Samara definiu o fogo ou domicílio como o grupo doméstico co-residente e este último como “a unidade básica de reconstrução da família” (SAMARA, 1989, p. 27)². Esta autora ainda complementa “o fogo também pode ser denominado: casa, domicílio, grupo doméstico e unidade familiar de produção” (SAMARA, 1989, p. 25).

O fogo também foi considerado como um grupo de pessoas economicamente interdependentes, sem corresponder necessariamente à moradia física (EINSENBURG, 1989, p.333). Para Freitas, a noção de domicílio e fogo é coincidente. O domicílio é uma unidade de produção e moradia e seus membros estão relacionados conforme o grau de dependência com o chefe (FREITAS, 1986, p. 206).

Citamos somente uma parte dos trabalhos que se propuseram a definir o “fogo”, e reconhecemos que há outros diversos estudos. No entanto, consideramos os autores citados como referências para outros pesquisadores e suficientes para dar uma idéia geral de como este termo foi empregado nos estudos sobre a população do passado.

Consideramos que o termo fogo coincide com domicílio, e adotamos a definição de Iraci Costa para quem domicílio é o “conjunto de pessoas coabitantes que mantêm laços de parentesco e/ou subordinação e vivem sob a autoridade do *Chefe do Domicílio* – indivíduo a

² Ver também SAMARA, 1989, p. 13, 22, 26.

encabeçar a lista nominativa correspondente ao domicílio e que podia ou não ser chefe de família” (COSTA, 1982, p. 85). Acrescentamos a esta definição, a condição do fogo como unidade de produção e consumo do grupo coabitante.

Desta forma, empregamos os termos “fogos” e “domicílios” como sinônimos. Partimos da perspectiva, já destacada por Costa (1982) e Scott (1987), de que domicílio e família constituem-se em dois conceitos diferenciados, uma vez que não fazem parte da família todos os membros coabitantes do domicílio.

Para o estudo do domicílio (e da família) foram pioneiros os trabalhos de Peter Laslett e do Grupo de Cambridge que datam da década de 1960. Estes estudos mostraram que a família nuclear já era predominante na Inglaterra pré-industrial e o tamanho médio dos domicílios era de 4,7 pessoas. Laslett também chamou a atenção para a baixa proporção de domicílios com famílias extensas nas comunidades inglesas examinadas. Além destes resultados, também foi elaborada uma tipologia dos domicílios que permitisse uma análise comparativa entre diferentes regiões. Após a divulgação destes resultados, muitas críticas foram dirigidas a Laslett e ao Grupo de Cambridge.

“As críticas mais comuns (...) diziam respeito à utilização generalizada de médias, que muitas vezes simplificam as realidades tratadas e deixam escapar diferenças importantes, especialmente ao nível qualitativo ligados, por exemplo, aos tipos de agricultura predominante, aos costumes relacionados à distribuição e redistribuição da terra, às leis e tradições de herança, dando-se uma ênfase exagerada à comparação quantitativa” (SCOTT, 2004, p. 5).

Ainda que o debate tenha sido afluído, as pesquisas de Laslett romperam paradigmas com novas evidências calcadas em dados sólidos sobre a família inglesa no período pré industrial (SCOTT, 2004, p. 7). Uma das grandes contribuições de Laslett, dentre outras, foi sua tipologia, que empregada e adaptada por diversos autores à realidade brasileira deu origem a importantes trabalhos sobre a família e os domicílios de outrora.

Costa, Marcílio, Samara, Scott e outros, além daqueles que neles se inspiraram, se propuseram a caracterizar os domicílios e as famílias no Brasil baseados em Peter Laslett, a fim de analisar a composição e tamanho dos mesmos. Para a construção de suas tipologias, os

autores citados adequaram a tipologia inglesa à realidade brasileira como a presença de agregados e escravos.

É sobre esses domicílios e seus moradores, da forma como são apresentados naquela Lista Nominativa, que recai nossa análise neste item da dissertação.

Os fogos francanos encontravam-se distribuídos de maneira não uniforme pelos seis distritos que compunham o município na época, apresentavam tamanho e composição diversas que refletiam a heterogeneidade desses distritos em termos populacionais, econômicos e geográficos³, o que seria interessante e pertinente analisar (tabela 3.1). No entanto, optamos por fixarmo-nos no município de Franca, como um todo, uma vez que uma análise por distrito, não caberia no tempo disponível para a conclusão dessa dissertação.

Por outro lado, buscamos em nossa análise diferenciarmos os fogos francanos quanto à posse ou não de escravos. Aliás, uma recomendação antiga de Louis Henry (1988, p. 35), considerado o pai da Demografia Histórica, e que vem sendo seguida pelos historiadores-demógrafos brasileiros (MARCÍLIO, 1973 e 2000; SCOTT, 1987; entre outros).

“(…) numa sociedade escravista, é lícito separar inicialmente os domicílios em duas grandes categorias, com ou sem escravos, e a partir daí, fazer as análises concernentes, inclusive verificar se a quantidade de escravos por fogo teria influência na organização familiar” (SCOTT, 1987, p.92).

³ O distrito de Cana Verde, por exemplo, caracterizava-se mais pela criação de gado, enquanto o distrito da vila, tinha como moradores, além de agricultores, pessoas de ocupações consideradas urbanas (comércio, ocupações liberais, administrativas e eclesiásticas).

Tabela 3.1
Distribuição da população e dos fogos por distrito segundo a condição social
Vila Franca do Imperador, 1835-1836

Distritos	Pop.		Total	Fogos		Fogos		Total	%
	Livre	Escrava		com escravos	%	sem escravos	%		
Vila	1.474	591	2.065	137	40,4	202	59,6	339	100,0
Santa Bárbara (Patrocínio Paulista)	607	386	993	62	48,4	66	51,6	128	100,0
Chapadão (Igarapava)	1.021	595	1.616	102	43,4	133	56,6	235	100,0
Carmo (Ituverava)	459	156	615	43	32,8	88	67,2	131	100,0
Cana Verde (Batatais)	1.628	1.109	2.737	153	44,0	195	56,0	348	100,0
Cajuru	1.786	558	2.344	133	34,1	257	65,9	390	100,0
Total	6.975	3.395	10.370	630	40,1	941	59,9	1.571	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Dos 1.571 domicílios, arrolados no município de Franca em 1835-1836, 40,1% contavam com o braço escravo (tabela 3.1), uma proporção maior que em outras localidades paulistas para as quais dispomos de informação. Em 25 localidades de São Paulo, analisadas por Luna, a presença de escravos era realidade em aproximadamente 30% dos fogos (LUNA, 1992, p. 447); em Sorocaba (1810), Areias (1829) e Ubatuba (1830), os escravos estavam presentes em 20,4% (BACELLAR, 2001, p. 144), 38% (LUNA, 1992, p. 447) e 35% (MARCÍLIO, 1986, p. 134) dos fogos respectivamente. Em Areias e Ubatuba, naquele momento, predominava a cafeicultura, enquanto em Sorocaba, a agricultura de subsistência e as trocas comerciais.

Como podemos ver, em meados da década de 1830, a porcentagem de escravos em Franca foi significativa, no entanto, é preciso avançar na análise do número de escravos e também de livres nos fogos, antes de qualquer conclusão. É o que faremos a seguir.

Os fogos de Franca arrolados na Lista Nominativa de 1835-36 não eram tão grandes; metade deles tinham entre 2 e 8 moradores e, em média, apresentavam um número menor de pessoas do que o encontrado para o conjunto da Província como um todo (6,7 e 7,2 pessoas respectivamente). As pessoas livres no total dos fogos somavam 4,4 pessoas, valor mais próximo ao encontrado para a Província (4,6) (Quadro 3.1).

No conjunto dos fogos “sem escravos” aproximadamente $\frac{3}{4}$ dos mesmos tinham entre 1 e 5 pessoas; nos “com escravos”, os fogos nessa faixa de tamanho chegavam próximos a $\frac{2}{3}$ do total. Em outras palavras, o segmento de pessoas livres em média era menor nos domicílios

que não possuíam escravos do que nos que possuíam (4,2 e 4,8 respectivamente). Nesses últimos a média de escravos girava em torno de 5,4 pessoas, sendo que metade dos fogos com escravos possuíam entre 1 e 3 cativos (tabelas 3.2 a 3.4).

Os valores encontrados para Franca e para outros municípios paulistas na primeira metade do século XIX (Quadro 3.1), mostram algumas variações entre si, provavelmente relacionadas à economia desenvolvida no local e/ou ao segmento populacional analisado e à fase do ciclo de vida do fogo. Franca e Sorocaba apresentavam uma economia voltada para o mercado interno. Ubatuba passava por um rápido momento de crescimento da cafeicultura e Campinas era um grande produtor de cana-de-açúcar⁴. Já os valores relativos ao Vale do Paraíba dizem respeito a domicílios de elite, com 40 ou mais escravos.

Quadro 3.1
Número de pessoas por fogo
Municípios paulistas
1810-1836

Localidades	N. médio de pessoas por fogo (livres+escravos)	N. médio de pessoas livres por fogo	N. médio de pessoas escravas por fogo
Franca (1835-36)	6,7	4,4	5,4
Sorocaba (1810) (a)	5,4	4,3	5,4
Ubatuba (1830) (b)	7,2	-	7,5
Ubatuba (1836)	8,9	-	-
Campinas (1829) (c)	8,9	3,5	14,7
Vale do Paraíba (1829) (d)	-	5,9	-
São Paulo e arredores (1829) (d)	-	3,8	-
Província de São Paulo (1836) (e)	7,2	4,6	-

Fontes: (a) BACELLAR, C.A.P. *Viver e Sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. p. 144. Estimamos o total de domicílios (1.765) a partir de informações dadas pelo autor de que 20,4% (360) dos domicílios possuíam escravos, do número total de habitantes e de escravos em Sorocaba em 1810. (b) MARCÍLIO, M. L. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986. p.105 (número médio de escravos por domicílio em 1830) e p. 139 (número médio de pessoas por fogo em 1830 e 1836). (c) TEIXEIRA, P. E. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 93. (d) SCOTT, A.S.V. *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 1987. p. 154. Os valores referem-se aos livres presentes nos domicílios dos proprietários de 40 ou mais escravos, portanto, a elite proprietária do Vale do Paraíba e de São Paulo e arredores. (e) MARCÍLIO, M. L. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000. p. 97.

⁴ Os números médios de escravos por domicílio apresentados para Franca, Sorocaba e Campinas consideraram apenas o total de domicílios com escravos.

Tabela 3.2
Pessoas livres nos fogos com e sem escravos - Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

N. Pessoas Livres	Fogos com escravos	%	Fogos sem escravos	%
1-5	402	63,8	690	73,3
6-10	203	32,2	238	25,3
10 ou +	25	4,0	13	1,4
Total	630	100,0	941	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Tabela 3.3
Pessoas livres + escravas nos fogos com escravos - Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

N. Pessoas Livres+Escravas	Fogos com escravos	%
2-8	322	51,1
9-12	148	23,5
13-20	108	17,1
21-30	36	5,7
31 e +	16	2,6
Total	630	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Tabela 3.4
Pessoas escravas nos fogos - Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

N. Pessoas Escravas	Fogos com escravos	%
1-3	342	54,3
4-10	200	31,7
11-20	70	11,1
21 e +	18	2,9
Total	630	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Os fogos com escravos da Vila Franca agregavam mais pessoas livres que os fogos sem escravos, em razão de um maior número médio de filhos presentes (3,8 e 3,3

respectivamente)⁵ e de outras pessoas livres, como os parentes do chefe e agregados vivendo ali naquele momento (2,2 em média em 50 fogos com escravos e 1,6 em média em 56 fogos sem escravos)⁶. Retornaremos a eles a seguir, quando analisarmos a composição dos fogos (tabelas 3.5 e 3.6).

É possível que o número de agregados⁷ e parentes fosse maior, uma vez que muitas pessoas arroladas não informam a relação com o chefe, sendo esta anotada da seguinte forma na lista informatizada: “sem relação explícita de parentesco com o chefe” (total de 244 pessoas nos domicílios com escravos e 222 nos sem escravos). Em alguns casos é possível intuir tratem-se de filhos e/ou cônjuge⁸, mas em outros não. As tabelas 3.5 e 3.6, dão ao leitor uma visão mais clara do tipo e volume de pessoas que além do chefe, cônjuge e filhos eram encontrados vivendo nos fogos francanos.

⁵ No cálculo dessa média, consideramos somente os domicílios onde constavam filhos, assim como na de parentes e agregados.

⁶ No universo dos fogos com escravos, encontramos 29 pessoas parentes do chefe e 80 agregados/camaradas vivendo em 50 destes domicílios. Nos fogos sem escravos havia 20 pessoas aparentadas e 69 agregados em 56 dos fogos. Na Lista Nominativa de Habitantes de 1835-1836 informatizada que trabalhamos, os agregados e camaradas formam uma só categoria “agregados/camaradas”. Aqui agregamos a estes os fâmulos (criados, serviçais) em número de 31 nos domicílios com escravos e 10 nos domicílios sem escravos.

⁷ A designação agregados está presente na fonte que analisamos em 3 diferentes quesitos: 1) relação com o chefe (agregado/camarada), 2) ocupação (foram arrolados 21 chefes de domicílios com escravos cuja ocupação era agregado (ou agregado/lavrador, agregado/criador etc) e 67 chefes de domicílios sem escravos) e 3) no item observações havia a indicação “agregado”. Um total de 15 pessoas foi arrolado como chefes de fogo, na Lista Nominativa, com a observação final “agregado”, como é o caso de João Antonio de Macedo, morador do distrito 5, quarteirão 4 e fogo 2, dono de 2 escravos, era roceiro, 23 anos e no “presente ano não teve rendimento” e do mineiro Simplicio (um dos 14 chefes de domicílios sem escravos, com a observação “agregado”), morador do distrito 3, quarteirão 1, fogo 6, de 40 anos que “vive de jornais e lavoura” com a esposa Antonia da Silva e um casal de filhos pequenos, Ignacia e Joaquim, todos pardos. Mantivemos como agregados na tipologia que propomos apenas aqueles designados como tal na relação com o chefe, ou seja, para os agregados que habitavam o mesmo fogo do chefe. Para os demais casos, os chefes foram arrolados em fogos independentes juntamente com seus familiares ou coabitantes no fogo. Desta forma, como não podemos identificar a qual fogo estes indivíduos estavam agregados, nossa hipótese é de que os agregados assim designados na ocupação ou observação se encontravam em fogos separados, mantendo atividades à parte como agricultura, negócios (comércio), criação de animais. O que não significa que muitos não estivessem subordinados aos chefes dos domicílios proprietários das terras em que viviam. Quando observamos a disposição dos fogos, encontramos exemplos interessantes que podem corroborar nossa hipótese. No distrito do Chapadão, encontramos quatro fogos listados seguidamente, no primeiro vivia um chefe, mulher e filhos cuja ocupação foi anotada como agregado, no fogo seguinte se encontrava um casal e filhos onde o chefe tinha como atividade “offício”, no terceiro e quarto fogos encontramos novamente seus respectivos chefes com ocupação “agregado”, todos estes fogos sem escravos eram compostos por famílias conjugais (distrito 3, quarteirão 5, fogos 11, 12, 13 e 14). O mesmo ocorre no distrito de Batatais, onde encontramos 4 agregados em domicílios sem escravos (2 cujas ocupações eram agregados/lavradores e 2 agregados/jornaleiros) que moravam em fogos listados em seqüência, certamente vizinhos (distrito 5, quarteirão 6, fogos 11, 12, 13 e 14).

⁸ Como é o caso do fogo chefiado por Manoel Francisco Ferreira de 30 anos em que estava presente sua esposa, Francisca Dias de 24 anos, duas crianças de 1 e 2 anos de idade listadas como indivíduos sem relação explícita de parentesco com o chefe e um escravo (distrito 2, quarteirão 1, fogo 31).

Lamentavelmente, a Lista Nominativa de Habitantes para a Vila Franca não identifica as relações de parentesco entre os indivíduos que compunham o fogo entre si a não ser com o chefe, em consequência, não nos é possível identificar famílias de outros parentes, agregados e escravos. Identifica apenas seis casais: um de escravos e outro composto por um escravo e uma mulher livre⁹ e quatro casais de agregados e um agregado com seus dois filhos. Nestes casos havia a explicitação de se tratarem do “cônjuge do escravo”, do “cônjuge do agregado/camarada” e do “filho do agregado/camarada”¹⁰.

⁹ Fizemos um exercício de cruzar informações de senhores que batizaram filhos de suas escravas no período próximo à data da Lista Nominativa e encontramos o chefe do fogo 7 no segundo quarteirão do distrito de Santa Bárbara, Antonio Francisco Lopes, que levou ao batismo Leonardo filho de um casal de escravos de sua posse. De acordo com a Lista, em 1835, este chefe era proprietário de 16 escravos, dentre eles Vicente e Zeferina pais do pequeno Leonardo de apenas um ano. Esta família escrava estava presente no fogo de Antonio Lopes, mas não houve qualquer menção ao parentesco dos cativos por parte do recenseador. Segundo o registro paroquial Leonardo foi batizado em 26/02/1835 com 50 dias (Livro de Batizados n. 2).

¹⁰ Na Lista Nominativa há a indicação de dois “pai(s) de escravo”, no entanto, não conseguimos identificar quem eram os filhos nos dois casos, sendo que um possível pai tinha apenas 10 anos de idade (distrito 6, quarteirão 3, fogo 4), e em outro fogo onde havia provavelmente pai e filho escravos há 5 cativos todos homens de 35 a 18 anos (distrito 6, quarteirão 7e fogo 21).

Tabela 3.5**Pessoas presentes nos fogos com escravos e sua relação com o chefe****Vila Franca do Imperador, 1835-1836.**

Relação das pessoas no fogo com o chefe	Número	%
Chefe do domicílio	630	9,8
Cônjuge do chefe	476	7,4
Filho do chefe	1.570	24,4
Exposto	1	0,0
Pai do chefe	1	0,0
Irmão do chefe	9	0,1
Neto do chefe	7	0,1
Afilhado do chefe	4	0,1
Genro/nora do chefe	2	0,0
Cunhado do chefe	1	0,0
Enteado do chefe	5	0,1
Indivíduo sem relação explícita de		
Parentesco com o chefe	244	3,8
Agregado/camarada	43	0,7
Cônjuge do agregado/camarada	4	0,1
Filho do agregado/camarada	2	0,0
Fâmulo	31	0,5
Escravo	3.392	52,8
Pai do escravo (condição social escravo)	2	0,0
Cônjuge do escravo (condição social escravo)	1	0,0
Cônjuge do escravo (condição social livre)	1	0,0
Total	6.426	100

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Tabela 3.6
Pessoas presentes nos fogos sem escravos e sua relação com o chefe
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Relação das pessoas no fogo	Domicílios	
	sem escravos	%
Com o chefe		
Chefe do domicílio	941	23,9
Cônjuge do chefe	724	18,4
Filho do chefe	1.964	49,8
Primo do chefe	1	0,0
Exposto	1	0,0
Enjeitado	3	0,1
Sobrinho neto do chefe	1	0,0
Mãe do chefe	1	0,0
Irmão do chefe	6	0,2
Neto do chefe	4	0,1
Sobrinho do chefe	2	0,1
Sogro do chefe	1	0,0
Afilhado do chefe	1	0,0
Genro/nora do chefe	1	0,0
Cunhado do chefe	1	0,0
Enteado do chefe	1	0,0
Indivíduo sem relação explícita de		
Parentesco com o chefe	222	5,6
Agregado/camarada	52	1,3
Filho do agregado/camarada	7	0,2
Fâmulo	10	0,3
Total	3.944	100

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Conhecidos o tamanho dos fogos, e o número de moradores de livres e escravos é preciso verificar a sua composição. Como classificar os fogos, além do que já vimos fazendo, isto é em “com” e “sem” escravos? Que tipologia utilizar, dado que na lista, com a qual trabalhamos, não nos informa a existência de famílias aparentadas, famílias de agregados e famílias de escravos?

Na dúvida, e para melhor informar nossa análise e também ao leitor, optamos por uma classificação mais detalhada (tabela 3.7), onde inclusive podemos identificar onde ocorre com maior frequência a falta de informação sobre a variável relação com o chefe. Ao mesmo tempo, visando tornar os nossos dados comparáveis a outros estudos já realizados, optamos por elaborar uma tipologia, adaptando outras já criadas por outros autores (tabela 3.8). Em

ambos os casos, agrupamos os familiares do chefe (com exceção de cônjuges e filhos) em “parentes” (PA) e os agregados/camaradas e fâmulos¹¹ em “agregados” (A).

Nesse momento, antes de avançar na análise da composição dos fogos, achamos oportuno lembrar que da forma em que os dados nos são apresentados pela Lista Nominativa, não temos como saber, no momento, se filhos casados do chefe ou famílias aparentadas e agregadas moravam em fogos contíguos ao do pai ou outro chefe parente ou quais as redes sociais e/ou de subordinação que interligavam diversos fogos. A Lista fornece alguns indícios¹², mas é preciso ainda um investimento em levantamento e cruzamento de fontes diversas para obtermos respostas a estas questões.

Um primeiro olhar nos dados da tabela 3.7 mostra que a proporção de casais e casais com filhos era maior nos fogos sem escravos (18,4% e 51,9% respectivamente) do que nos com escravos (14,0% e 50,8%) e, em consequência, os chefes vivendo só e um chefe com apenas filhos, encontravam-se em maiores proporções nos domicílios com escravos, embora em números absolutos houvesse mais deles nos fogos sem escravos. Nesta tabela, podemos identificar em que casos a variável “relação com o chefe” está mais ausente. Isto ocorre justamente nos casos que agregam apenas o casal, ou só o chefe com alguém que desconhecemos.

¹¹ Estes foram agregados nesta categoria em função do seu pequeno número e também porque a lista informatizada com a qual trabalhamos não distingue agregado de camarada.

¹² Acreditamos que pessoas da mesma família, talvez irmãos ou pais/filhos, fossem vizinhos, apesar de habitarem seus próprios fogos com suas respectivas famílias e seus escravos, como os chefes: Joaquim Ferreira dos Santos (distrito 2, quarteirão 1, fogo 46) e Antonio Ferreira dos Santos (distrito 2, quarteirão 1, fogo 47), ou os três chefes também moradores no distrito de Santa Bárbara e no quarteirão 3: Jose Poncianno de Figueiredo, Jose Eduardo de Figueiredo e Jose Alves de Figueiredo (fogos 1, 2 e 3).

Tabela 3.7

Composição dos fogos segundo a presença ou não de escravos – Porcentagem Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Composição dos domicílios	Fogos com escravos		Composição dos domicílios	Fogos sem escravos	
	N. absolutos	%		N. absolutos	%
C	88	14,0	C	173	18,4
C+F	320	50,8	C+F	488	51,9
C+F+PA	5	0,8	C+F+PA	3	0,3
C+F+PA+I	1	0,2	C+F+PA+I	1	0,1
C+F+PA+A	1	0,2	C+F+PA+A	0	0,0
C+F+A	15	2,4	C+F+A	14	1,5
C+F+I	1	0,2	C+F+I	1	0,1
C+I	38	6,0	C+I	36	3,8
C+I+A	1	0,2	C+I+A	2	0,2
C+A	5	0,8	C+A	5	0,5
C+PA	1	0,2	C+PA	2	0,2
CH	51	8,1	CH	63	6,7
CH+F	60	9,5	CH+F	82	8,7
CH+F+PA	3	0,5	CH+F+PA	2	0,2
CH+F+A	5	0,8	CH+F+A	7	0,7
CH+F+I	1	0,2	CH+F+I	0	0,0
CH+I	21	3,3	CH+I	42	4,5
CH+PA	3	0,5	CH+PA	4	0,4
CH+A	9	1,4	CH+A	14	1,5
CH+I+A	1	0,2	CH+I+A	1	0,1
CH+F+PA+A	0	0,0	CH+F+PA+A	1	0,1
Total	630	100,0	Total	941	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

C = Casal (chefe + cônjuge), CH = Chefe, F = Filho (a) do chefe, PA = Parente do chefe, I = Indivíduo sem relação explícita de parentesco com o chefe, A = Agregado/camarada.

Como os dados contidos nesta tabela (3.7), dificilmente podem ser comparados com os obtidos em outras pesquisas, resolvemos adotar uma tipologia construída a partir da elaborada por Scott (1987), com algumas modificações e incluindo duas novas categorias: domicílios com estrutura ampliada (incluem a presença dos agregados e parentes do chefe) e, na ausência de um termo melhor, os que definimos como “domicílios de estruturas incompletas”, ou seja, aqueles que dão conta dos fogos onde há ausência de informações da relação dos indivíduos com o chefe.

Quadro 3.2**Tipologia proposta por SCOTT (1987, p. 93)**

Categoria	Classes
1 – Solitários	- indivíduo só, viúvo, solteiro ou com estado civil indeterminado;
2 – Sem Estrutura Familiar	- co-residentes irmãos e/ou irmãs - co-residentes com outros laços de parentesco e/ou pessoas não aparentadas;
3 – Domicílios de Família Conjugal	- casais sós, casais com filhos, viúvos (as) com filhos ou solteiros (as) com filhos;
4 – Domicílios de Família Extensa	- idem 3, mais a presença de parentes, ascendentes, descendentes ou colaterais, desde que sós, sem filhos;
5 – Domicílios de Famílias Múltiplas	- idem 3, mais a presença de outros casais com ou sem filhos ou viúvos (as) com filhos, ou solteiros (as) com filhos, aparentados ou não ao chefe.

Quadro 3.3**Tipologia de fogos****Vila Franca do Imperador**

Categoria	Classes
1 – Solitários	- indivíduo só, viúvo, solteiro ou com estado civil indeterminado;
2 – Sem Estrutura Familiar	- a) co-residentes irmãos e/ou irmãs, - b) co-residentes com outros laços de parentesco e/ou pessoas não aparentadas;
3 – Domicílios de Família Conjugal	- casais sós, casais com filhos, viúvos (as) com filhos ou solteiros (as) com filhos;
4 – Domicílios de Estrutura Ampliada	- a) viúvo, solteiro, ou com estado civil indeterminado sem filhos mais a presença de agregados/camaradas sem filhos; - b) idem 3 com a presença ou não de parentes, ascendentes, descendentes ou colaterais mais a presença de agregados/camaradas desde que sós, sem filhos;
5 – Domicílios de Família Extensa	- idem 3, mais a presença de parentes, ascendentes, descendentes ou colaterais, desde que sós, sem filhos;
6 – Domicílios de Famílias Múltiplas	- idem 3, mais a presença de outros casais com ou sem filhos ou viúvos (as) com filhos, ou solteiros (as) com filhos, aparentados ou não ao chefe;
7 – Domicílios de Estrutura “Incompleta”	- a) idem 3, idem 4 a, idem 4 b mais a presença de indivíduos sem relação de parentesco com o chefe; - b) viúvo, solteiro, ou com estado civil indeterminado sem filhos com a presença de indivíduos sem relação de parentesco com o chefe.

Tabela 3.8
Estruturas dos Fogos e Famílias/ Categorias - Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Categoria	Fogos com escravos	%	Fogos sem escravos	%
1 – Solitários	51	8,1	63	6,7
2 – Sem Estrutura Familiar	11	1,7	18	1,9
3 – Domicílios de Família Conjugal	467	74,1	743	79,0
4 – Domicílios de Estrutura Ampliada	25	4,0	27	2,9
5 - Domicílios de Família Extensa	8	1,3	7	0,7
6 – Domicílios de Famílias Múltiplas	4	0,6	0	0,0
7 – Domicílios de Estrutura “Incompleta”	64	10,2	83	8,8
Total	630	100,0	941	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Os fogos francanos eram predominantemente formados pela família conjugal (com o casal, o casal e filhos e o chefe e filhos) e chegavam a 74,1% entre os fogos com escravos e a 79,0% nos sem escravos. A maior presença de pessoas aparentadas e agregadas, assim como os indivíduos sem relação explícita de parentesco com o chefe em fogos com escravos explica a menor proporção de arranjos simples nestes.

O que observamos sobre a composição dos fogos para Franca em 1835-36, era resultado de um processo que, de acordo com Brioschi (1995), remontava ao início do século XIX. A partir de cinco censos realizados entre 1801 e 1835, a autora obteve um panorama das estruturas dos fogos de Franca e Batatais.

“Em todos os anos, nota-se uma predominância dos fogos simples, ou seja, aquele abrigando um casal ou um viúvo (a) e seus filhos solteiros, estrutura à qual a sociologia dá o nome de “família nuclear” ou “família conjugal”. No entanto, cabe notar que no início do século XIX, os fogos simples representavam um pouco menos da metade do total de domicílios (41,4%) e aqueles abrigando outros parentes, solteiros ou casados, além da família do chefe somavam mais da metade (53,5%). Ao longo do período, observado, percebe-se uma diminuição gradual dos domicílios ampliados e múltiplos, dando lugar ao crescimento dos fogos com indivíduos solitários, casais sós e, em

menor proporção, aos fogos simples, abrigando uma família nuclear” (BRIOSCHI, 1995, p. 170)¹³.

Com vimos, os fogos francanos possuíam relativamente pequeno número de pessoas coabitantes e a prevalência de arranjos simples. De acordo com Marcílio, em seu estudo sobre a Capitania/Província de São Paulo no século XVIII e meados do XIX, as condições de vida (elevada mortalidade) e de produção dificultavam a existência de fogos com muitos membros.

“A própria organização da produção agrícola, fundada em larga escala no sistema de roça de alimentos aberta na mata, não permitia a existência de casas com numerosas pessoas, de famílias extensas ou múltiplas. O precário patrimônio do camponês da roça de subsistência, a rusticidade de seu rancho de sapé – erguido para durar alguns poucos anos (pelo tempo que durasse a fertilidade do solo de suas culturas) – as sucessivas mudanças de local da roça, todo esse sistema requeria a prevalência de agrupamentos familiares simples” (MARCÍLIO, 2000, p. 98).

Outros estudos sobre os domicílios do passado brasileiro também ressaltaram a preponderância de arranjos simples nos fogos (indivíduo só, casal, casal com filhos, viúvos, solteiros ou indivíduos sem estado conjugal identificado com filhos), ainda que a análise dos resultados destes estudos seja dificultada pelas diferentes tipologias empregadas.

Teixeira (2004) utilizou a classificação proposta por Eni de Mesquita Samara (1989) e sobre esta tipologia esclareceu,

“a primeira consideração sobre esse modelo é que a categoria singular representa apenas as pessoas que moravam sós. O tipo nuclear representa tão-somente pessoas livres, casais e indivíduos com filhos e netos, mas sempre sem a presença de escravos e/ou agregados. O tipo extenso seria o nuclear acrescido de mais parentes. Assim, essas três categorias representam domicílios constituídos apenas por pessoas livres. Os tipos aumentado e desconexo caracterizam-se pela presença marcante de escravos e/ou

¹³ Brioschi não especifica a presença de escravos nos domicílios que analisa, apenas agregados e parentes do chefe, ou seja, os domicílios de pessoas livres. Para classificação dos domicílios, a autora utiliza a categorização proposta por Iraci del Nero da Costa (*Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982):

agregados vinculados a eles. A distinção entre ambos se faz, no caso dos domicílios aumentados pela presença de um núcleo familiar composto pelo casal/indivíduo e sua prole (filhos e netos), seguido ou não de parentes. [Nos domicílios desconexos não há a presença de filhos/netos ou parentes, apenas o indivíduo ou casal com agregados e escravos]. Finalmente o tipo fraterno corresponde a domicílios sem chefe definido, mas com elementos aparentados, seguidos ou não de escravos e agregados” (TEIXEIRA, 2004, p.134-135).

A tipologia a qual se refere Teixeira diferencia-se da empregada neste trabalho, no entanto, tentaremos realizar comparações. Os domicílios nucleares, de acordo com essa tipologia, consideram além do casal só ou com filhos e os indivíduos com filhos, a prole dos filhos que moram com seus pais.

Em Campinas, no ano de 1829, 46,7% dos domicílios eram formados por famílias nucleares (TEIXEIRA, 2004, p.95). Na capital da Província de São Paulo estes domicílios representavam 35,4% em 1836 (SAMARA, 1989, p.28). Em Franca, 47,3% do total de domicílios eram formados pelo casal sozinho ou com filhos e por indivíduos com filhos em 1835-1836.

Ainda que não consideremos a prole dos filhos que habitavam os fogos de seus pais, podemos confirmar a importante representatividade da família conjugal no município de Franca, superior a Campinas e São Paulo (capital).

Em Ubatuba, três quartos dos domicílios em 1801 eram de famílias simples (seguidas dos chefes solitários em 12% dos domicílios), assim como, em 1831, as famílias simples mantiveram a mesma proporção (seguidas das famílias extensas e múltiplas ambas com 8%) (MARCÍLIO, 1986, p.133).

Scott encontrou 68,5% dos domicílios de famílias nucleares entre os grandes proprietários de escravos no Vale do Paraíba e 61,6% entre os da Capital paulista e arredores no ano de 1829 (SCOTT, 1987, p.160-161).

Motta distribuiu os escravistas de Bananal de acordo com o tipo de domicílio em que viviam e também encontrou a predominância dos domicílios simples em 1801 (86,4%), 1817

domicílios singulares, domicílios simples, domicílio familiar ampliado, domicílios sem estrutura familiar e domicílios com estrutura indeterminada (BRIOSCHI, 1995, p. 169-170).

(79,4%) e 1829 (80,0%), a baixa proporção dos domicílios múltiplos, apenas 0,5% em 1829 e a elevada porcentagem dos domicílios singulares (constituídos por viúvos, solteiros ou casados solitários) que de 6,8% em 1801 chegou a um quinto em 1817 e 1829 (MOTTA, 1999, p.125).

Marcílio mostrou-nos que na Província de São Paulo como um todo, no ano de 1828, os domicílios de família simples (casal, casal mais filhos, viúvos ou solteiros com filhos) chegavam a 83,3% do total, sendo que os domicílios com escravos eram 74,4% e os sem escravos, 86,7% (MARCÍLIO, 2000, p.102-103).

Esta autora, ao analisar as estruturas domiciliares e familiares na Capitania/Província de São Paulo entre 1798 e 1828, conclui que

“quase três quartos de todos os domicílios paulistas, possuindo ou não escravos, eram constituídos por estruturas familiares simples: casais com ou sem filhos, pais ou mães que – viúvos, solteiros ou casados- dirigiam sós os seus fogos. Receber parentes próximos ou afastados em suas casas, ou conviver em um mesmo teto com vários núcleos familiares eram situações excepcionais e temporárias. O modelo do domicílio paulista antigo era o de uma casa, uma família. Esta era a regra, o padrão que se mantém e se acentua mesmo com a introdução do setor de agricultura da grande lavoura de exportação. Este sistema é recorrente e prevalecente em todas as regiões da capitania paulista” (MARCÍLIO, 2000, p.102)

Como podemos ver, a Vila Franca está bem próxima a este padrão. Possuir ou não escravos não alterou de modo significativo as estruturas domiciliares francanas. As famílias simples também imperaram, assim como na Província de São Paulo como um todo.

Os domicílios de famílias múltiplas eram reduzidos a apenas 4 (0,6%) na Vila Franca, o que é muito pouco se considerarmos os resultados encontrados em outros locais. De uma maneira geral, as famílias múltiplas apresentaram proporções sempre inferiores a 10% nos domicílios paulistas e em outras regiões do Brasil. Em 1798 as famílias múltiplas estavam presentes em 2,3% dos domicílios da Capitania de São Paulo, em 1828 subiram para 3,9% (MARCÍLIO, 2000, p.100-101). Motta não encontrou nenhum escravista vivendo em família múltipla em Bananal em 1817, sendo que em 1801 os domicílios com estas famílias eram 6,8% do total e, em 1829, apenas 0,5% (MOTTA, 1999, p. 125). Se a penetração do café em

Bananal fez declinar a participação dos escravistas em famílias múltiplas, em Ubatuba para a população como um todo, elevou-se a proporção de famílias extensas e múltiplas, onde foram observadas as maiores proporções entre os domicílios de famílias múltiplas e de famílias extensas que passaram ambos de 5% em 1801 a 8% em 1830, elevação que se explicaria, segundo a autora, pelo sucesso da agricultura escravista de exportação (MARCÍLIO, 1986, p. 133). Em Minas Gerais, no ano de 1804, os domicílios múltiplos oscilaram entre 3,0% na área urbana e a ausência destes nas áreas rurais mineradora e de autoconsumo (LUNA, 1981, p. 28, 46, 64 e 79).

Os chefes de fogos vivendo solitários (6,7%) ou apenas com escravos (8,1%) constituíam um grupo representativo nos domicílios francanos. Para os fogos com escravos, os chefes sós apresentaram proporcionalmente valor semelhante ao encontrado entre os grandes proprietários de escravos da Capital e arredores (8,2%) e superior para os também grandes proprietários do Vale do Paraíba (7,1%) no último ano da década de 1820 (SCOTT, 1987, p. 159-160). Em 1828, 14,1% dos fogos que tinham escravos da Província de São Paulo como um todo eram de pessoas solitárias e nos domicílios sem cativos, 4,7%. Para o total dos domicílios da Província este valor era de 7,2% (MARCÍLIO, 2000, 102-103).

Os chefes que viviam apenas com escravos residiam preferencialmente no distrito da Vila (29,4%)¹⁴. Para os chefes de domicílios sem escravos, viver sozinho no fogo mostrou-se ser a condição de 63 indivíduos (6,7% dos domicílios sem escravos). Morar sozinho em uma área com grande extensão geográfica poderia significar estar “isolado”. Mas, tal isolamento pode ter sido superado em razão destes chefes viverem nos distritos mais desenvolvidos e “urbanizados”, o que facilitava o convívio social. Os chefes sós concentravam-se nos distritos da Vila e de Cana Verde (respectivamente 23,8% e 28,6%)¹⁵ e exerciam atividades comerciais

¹⁴ Dos 51 chefes de domicílios que viviam somente com seus escravos, 15 (29,4%) residiam no distrito da Vila, 4 (7,8%) em Santa Bárbara, 9 (17,6%) no Chapadão, 6 (11,9%) no Carmo, 10 (19,6%) em Cana Verde e 7 (13,7%) em Cajuru. Quanto à ocupação, 23 eram lavradores, 1 criador, 2 fazendeiros, 3 ferreiros, 1 costureira, 1 clérigo, 1 padre, um agregado (roceiro), 2 homens que “viviam de seu negócio”, 1 mulher que “vivia de lavoura” e outra que “vivia de seu trabalho” (para os demais não há informação). Isto nos leva a considerar que possuir um ou mais escravos era uma garantia de manutenção da mão de obra e por que não de amparo na velhice, ou companhia, para os proprietários solteiros, casados ou viúvos cujos filhos já tinham partido do domicílio. Dentre estes chefes, 18 eram solteiros, 26 viúvos, 1 não apresentava informação do estado conjugal e 6 casados, num total de 29 homens e 22 mulheres.

¹⁵ De um total de 63 chefes (31 homens e 32 mulheres), 15 (23,8%) residiam no Distrito da Vila, 8 (12,7%) no Chapadão, 9 (14,3%) no Carmo, 18 (28,6%) em Cana Verde e 13 (20,6%) em Cajuru. Nenhum chefe solitário foi arrolado em Santa Bárbara. As ocupações listadas foram: 5 jornaleiros, 8 costureiras, 7 lavradores, 2 lavradoras, 1

ou eram costureiras, seleiros, carpinteiros e jornaleiros. Como o caso da costureira Maria Meneses Limas, de 24 anos, preta e livre. Solteira, natural de Serrano, habitava um fogo no distrito de Cana Verde e vivia de seu ofício¹⁶.

Até o momento, e de acordo com os estudos já realizados, os domicílios com escravos em que o chefe era a única pessoa livre apresentavam maior proporção do que os chefes solitários de fogos sem escravos. A sobrevivência de uma pessoa sozinha poderia estar ameaçada pela ausência de força de trabalho? Essas pessoas contavam com a solidariedade dos vizinhos para a sua sobrevivência? De qualquer forma, ainda que fosse difícil ser solitário em um fogo, esta foi a realidade, em uma ou mais fases da vida, de uma parcela da população paulista de outrora.

Ser um senhor de escravos na sociedade colonial e imperial não apenas somava braços para o trabalho contribuindo para a melhoria da produção de um fogo¹⁷, como conferia status e diferenciação social (LUNA; KLEIN, 2003).

Mesmo inserida em uma economia de subsistência e abastecimento interno, uma parcela importante dos chefes dos fogos utilizava-se de mão de obra escrava, mas na sua maioria em pequenas quantidades.

Se avançamos pouco no conhecimento das relações familiares de agregados e escravos que habitavam o mesmo fogo do chefe em virtude das fontes trabalhadas, avançamos no conhecimento da composição familiar e domiciliar do chefe do fogo ao especificar as relações de parentesco e dependência entre os membros do fogo. Verificamos a predominância da família conjugal entre os fogos com e sem escravos. Viver sozinho ou apenas com escravos era a realidade de uma parcela menor de domicílios. Já os fogos de famílias extensas e múltiplas eram muito pouco representativos e apareciam com maior frequência em fogos com escravos.

Esses últimos apresentaram maior número de pessoas livres coabitando nesse local, o que seria explicado em virtude dos chefes dos fogos com escravos serem, como veremos a

carpinteiro, 1 negociante, 2 seleiros, 1 alfaiate, 1 agências, 1 oficial sapateiro, 1 vivia de seu trabalho e para os demais não constou informação da ocupação.

¹⁶ Distrito 5, quarteirão 1, fogo 39.

¹⁷ Como constatou Bacellar, “a evolução das safras em geral era diferenciada caso houvesse ou não escravos na força de trabalho dos domicílios observados. O milho era o produto mais sensível à introdução do escravo no conjunto da mão de obra doméstica tendo sua safra média ampliada em cerca de 50%” (BACELLAR, 2001, p. 151).

seguir, mais velhos, portanto com maior chance de terem mais filhos e acumular riqueza. Por serem mais abastados podiam acolher parentes e alojar agregados¹⁸.

Apesar disso, não havia diferenças muito significativas na composição familiar e domiciliar dos fogos com e sem escravos. A principal diferença ficava por conta do tamanho dos domicílios, de uma melhor condição econômica e social que o possuir escravos dava aos chefes.

3.2. Chefes de fogos

Nosso objetivo neste item é o de destacar as principais características sócio-demográficas dos chefes de fogos, de modo especial dos que possuíam escravos e demonstrar se essas características tinham alguma influência no tamanho e na estrutura da posse de cativos.

Em uma sociedade em que o poder político e econômico concentravam-se nas mãos dos homens, a chefia dos fogos, assim como a posse de escravos, foi predominantemente masculina, ainda que com variações no tempo e no espaço. Em Franca não foi diferente, 87,3% dos fogos eram chefiados por homens, uma proporção superior à verificada para a Província de Minas Gerais no ano de 1831 e para a Província de São Paulo em 1829 (respectivamente 77% e 80%) (LUNA; KLEIN, 2003, p. 112) e de localidades como Campinas em 1829 (TEIXEIRA, 1829, p. 100) e da cidade de São Paulo em 1836, respectivamente 76,1% e 61,3% (SAMARA, 1989, p. 37).

Em conseqüência, a chefia feminina em Franca apareceu em apenas uma pequena parcela dos fogos, ou seja, em 13,2% daqueles que possuíam escravos e 12,4% nos sem escravos (tabela 3.9).

¹⁸ De acordo com Scott, Berkner “constatou que havia diferenças quanto à estrutura familiar segundo critérios econômicos, registrando que entre os mais abastados a porcentagem de famílias extensas era maior que em domicílios menos favorecidos” (SCOTT, 1987, p.75 Apud Berkner, 1972).

Tabela 3.9
Chefes dos fogos por sexo segundo distrito - Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Distritos	Domicílios por sexo dos chefes					
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Vila	279	82,4	60	17,6	339	100,0
Santa Bárbara	118	92,2	10	7,8	128	100,0
Chapadão	216	92,0	19	8,0	235	100,0
Carmo	107	81,7	24	18,3	131	100,0
Cana Verde	301	86,5	47	13,5	348	100,0
Cajuru	350	89,8	40	10,2	390	100,0
Total	1.371	87,3	200	12,7	1.571	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

A baixa participação das mulheres chefes de fogos em Franca (12,7%) em relação a Campinas (23,9%) em 1829 e a cidade de São Paulo em 1836 (36,8%) pode estar relacionada ao incipiente desenvolvimento do núcleo urbano na Vila Franca e seus distritos, o que acabava por dificultar às mulheres viverem de seus trabalhos, negócios, costuras e de outras atividades. Foram nos distritos da Vila e do Carmo que a porcentagem de mulheres no conjunto dos domicílios era mais alta (tabela 3.9).

A parcela das mulheres chefes de fogos e proprietárias de escravos em Franca também era reduzida, mas não tão desprezível, elas detinham 13,1% dos cativos do município. De um total de 444 escravos destas senhoras, 55,4% eram homens e 44,6% mulheres. As senhoras não tinham preferência por escravas mulheres. No entanto, é preciso lembrar que 79,5% das chefes proprietárias de escravos eram viúvas e herdaram os cativos de seus maridos, o que não lhes permitia opção de escolha. Além disso, a posse de escravos homens por parte de chefes mulheres pode estar relacionada à economia predominante em Franca nesse momento - a produção agrícola e a pecuária.

O trabalho na manufatura têxtil, atividade desenvolvida especialmente por mulheres, estava presente em Franca e, ao que tudo indica, quase não utilizava a mão de obra escrava, como podemos verificar pela baixa participação das mulheres chefes de domicílio que tinham escravos e alguma ocupação ligada à atividade têxtil arrolada na Lista (apenas uma costureira e uma mulher que “viviam de seus algodões” eram chefes de domicílios com escravos). Dentre as mulheres chefes de domicílios sem escravos foram arroladas 11 como costureiras e uma que fiava algodão. O que nos leva a concluir que a manufatura têxtil em Franca empregava mão de obra familiar, principalmente feminina.

De qualquer forma, Franca apresentou uma proporção menor de mulheres proprietárias de escravos que as encontradas pela maioria dos estudos realizados.

Para Minas Gerais, Luna demonstrou que:

“(…) nos vários anos e locais analisados, ocorreu franco predomínio masculino. Entretanto, ao longo do século dezoito e início do dezenove, nota-se uma gradativa tendência ao equilíbrio. De uma primeira fase, ainda de consolidação da atividade e na qual o espírito da aventura levava à preponderância masculina nos centros mineratórios, vê-se que, lenta, mas persistentemente, as mulheres ampliaram sua participação no segmento dos proprietários de escravos. (...). Na freguesia de Congonhas de Sabará, verificou-se aumento na importância relativa das mulheres: 22,6% em 1771 e 30,6% em 1790. Por fim, em Vila Rica e Distrito de São Caetano (1084), o sexo feminino correspondeu a 37,3% e 28,9%, respectivamente” (LUNA, 1981, p. 130).

Motta , a partir de um balanço da historiografia sobre população escrava que realizou, ressaltou:

“Nas dez localidades paulistas em 1804, estudadas por Luna e Costa, essa preponderância manifestava-se, em todos os casos, em percentuais superiores a 77%. Em Sorocaba, Luna verifica que o percentual correlato, para dez anos entre 1778 e 1836, esteve sempre acima dos 75%. Em Jacareí, o mesmo autor calcula em cerca de quatro quintos a parcela dos proprietários homens em 1777, 1804 e 1829. Essa parcela, consoante Costa e Nozoe, supera ligeiramente os três quartos (75,9%) em Lorena em 1081. Nas nove localidades paranaenses analisadas por Gutiérrez, os percentuais correspondentes alçaram-se a 80,3% em 1804 e 77,2% em 1829. Por fim, na Bahia, Schwartz quantifica o predomínio masculino entre os escravistas em 80%” (MOTTA, 1999, p. 98).

“Embora as mulheres de elite que controlavam grandes engenhos constituíssem um exemplo marcante do poder e das atividades femininas, as proprietárias representavam apenas 20% dos proprietários de escravos, tendendo enquanto grupo a possuir contingentes médios menores do que os homens. Três quartos das mulheres possuíam

menos do que 5 deles, ao passo que apenas metade dos homens integrava esta categoria. A propriedade de escravos em pequena escala, e provavelmente mais para fins domésticos, era especialmente comum nas áreas urbanas (...)” (SCHWARTZ, 1983, p.267).

Em Bananal, município cafeeiro do Vale do Paraíba, no entanto, as proporções de escravistas homens (84,1% em 1801, 87,6% em 1817 e 88,7% em 1829) (MOTTA, 1999, p. 115), aproximavam-se mais da encontrada para Franca, um município voltado para o abastecimento interno.

Quanto ao número de cativos possuídos pelos senhores de Franca, tanto os chefes homens como as mulheres eram na sua maioria proprietários de pequenas escravarias (1 a 5 escravos). As mulheres no seu conjunto concentravam-se um pouco mais que os homens na faixa entre 1 a 5 e na de 11 a 20 escravos.

Tabela 3.10
Tamanho das posses de escravos por sexo dos proprietários –
Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Tamanho das posses	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
1-5	372	68,0	59	71,1	431	68,4
6-10	101	18,5	10	12,0	111	17,6
11-20	57	10,4	13	15,7	70	11,1
21-40	14	2,6	1	1,2	15	2,4
41 e +	3	0,5	-	0,0	3	0,5
Total	547	100,0	83	100,0	630	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

A estrutura etária dos chefes de domicílios com e sem escravos era relativamente distinta. A idade média encontrada para os homens chefes de fogos com escravos foi de 43,6 anos. Dentre estes, 83,5% tinham mais de 30 anos (66,8% entre 30-59 anos). As mulheres chefes de domicílios e proprietárias de escravos apresentaram idade média superior a dos homens (49 anos), sendo que 53% destas tinham idade igual ou superior a 50 anos. Essas mulheres encontravam-se em uma fase mais envelhecida do ciclo de vida que os homens proprietários, assim como em relação àqueles que não tinham escravos, isto porque entre elas predominavam mulheres viúvas.

Os chefes de fogos sem escravos, em Franca, eram em média 6 anos mais novos do que os proprietários de escravos, ou seja, 38 anos (77,4% tinham entre 20 e 49 anos). O mesmo se verificou entre as mulheres chefes e não proprietárias de escravas, que eram mais jovens que as proprietárias (em média tinham 41 anos). Acumular riqueza para adquirir escravos era um processo mais lento do que a formação de um domicílio.

Tabela 3.11
Chefes dos fogos por sexo e idade
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Grupos Etários	Domicílios com escravos			Domicílios sem escravos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
15-19	2	1	3	14	3	17
20-29	88	8	96	233	22	255
30-39	124	15	139	238	22	260
40-49	148	15	163	167	30	197
50-59	93	23	116	81	29	110
60 e +	88	21	109	90	11	101
S/I	4	0	4	1	0	1
Total	547	83	630	824	117	941

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Em Lorena, no primeiro ano do século dezenove, os proprietários de escravos tinham em média 49,3 anos e quase um quinto apresentavam idade superior a 60 anos (COSTA; NOZOE, 1989, p. 321). Os proprietários de escravos da Província de São Paulo como um todo, em 1829, apresentavam idade média de 47 anos e eram dez anos mais velhos do que os não proprietários. As mulheres proprietárias, por muitas serem viúvas, tinham idade média de 52 anos (LUNA; KLEIN, 2003, p. 112). Motta também encontrou idades médias das mulheres proprietárias (45,7 anos) superiores às dos homens que tinham escravos (42,5 anos) em Bananal no ano de 1829 e relacionou tal evidência ao estado conjugal predominante entre os homens (casados) e as mulheres (viúvas) (MOTTA, 1999, p. 120-21). Nesse conjunto, embora a mesma tendência fosse observada para Franca, as idades médias dos proprietários de escravos nesse município eram mais velhas que as verificadas para Bananal e mais jovens em relação aos demais locais.

Como o estudo sobre Bananal contemplou três momentos consecutivos, o autor verificou que os escravistas estavam mais jovens em 1817 comparados a 1801, em virtude da expansão da cafeicultura e o desenvolvimento demográfico nesta localidade

“Quanto à evolução populacional, a localidade estudada, muito embora constitua, nos três anos selecionados, uma população aberta, apresenta-se claramente como pólo de atração demográfica entre 1081 e 1817, caráter esse que, ao que parece, atenua-se entre 1817 e 1829. Talvez o afluxo populacional direcionado para Bananal entre os dois anos referidos privilegiasse em certa medida os elementos mais jovens, iniciando sua vida adulta – ou há pouco tendo nela adentrado – em uma região de povoamento relativamente recente” (MOTTA, 1999, p. 118-119).

Consideramos que os resultados referentes à idade média dos escravistas de Franca estejam relacionados ao importante fluxo migratório mineiro (de criadores de gado e produtores de gêneros de subsistência) para esta região nas três primeiras décadas do oitocentos, formado certamente por pessoas mais jovens, e que irão compor o importante quadro dos escravistas em 1835-1836, como veremos em relação à naturalidade dos chefes de fogos com escravos.

Em Franca, a maioria dos chefes de domicílios com escravos era casado (88,8%). Entre cada dez mulheres proprietárias de escravos, oito eram viúvas e as solteiras somavam 12%. Havia ainda 7,2% chefes casadas em domicílios com escravos, sendo que em nenhum caso foi listado o cônjuge (tabela 3.12).

O estado conjugal dos homens chefes de domicílios sem escravos não apresentou diferenças com aqueles com escravos. Cerca de nove em cada dez chefes eram casados, seguidos dos solteiros (5,2%). Entre as mulheres chefes de domicílios as diferenças eram maiores. As chefes de fogos sem escravos solteiras somavam um terço e as viúvas não chegavam à metade (44,4%). Enquanto uma parcela majoritária das mulheres chefes de domicílios com escravos assumiam o comando de um fogo apenas quando viúvas, as mulheres despossuídas de escravos o faziam em maior proporção casadas e solteiras, e em conjunto, estas últimas predominavam na chefia dos fogos sem cativos (tabela 3.12).

Estes resultados nos mostraram que mulheres solteiras, casadas, concubinadas, amantes ou viúvas assumiram a chefia do fogo tendo sob sua responsabilidade filhos (legítimos ou não), parentes, agregados e escravos. As mulheres chefes de domicílios solteiras e com filhos estavam presentes em 18 fogos sem escravos e em apenas 4 fogos com escravos.

Tabela 3.12
Chefes dos fogos por sexo e estado conjugal
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Estado Conjugal	Domicílios com escravos			Domicílios sem escravos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Solteiro	30	10	40	43	39	82
Casado	486	6	492	750	25	775
Viúvo	26	66	92	29	52	81
S/I	5	1	6	2	1	3
Total	547	83	630	824	117	941

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Como já era esperado, 92% dos chefes de ambos os sexos dos fogos com escravos eram brancos. Os chefes não brancos (preto, crioulo ou pardo) somavam 52 (8%), na sua maioria eram pardos e entre eles haviam três homens e uma mulher libertos.

As mulheres não brancas possuíam em seu conjunto apenas 10 cativos e os homens 126. Os chefes de domicílios com escravos e não brancos tinham em média 2,6 escravos enquanto os brancos chegavam a ter em média 5,6 cativos. Como o quesito cor é bastante subjetivo e controverso até os dias atuais e como não trabalhamos com listas nominativas anteriores a 1836, não podemos dizer se houve um embranquecimento dos proprietários de escravos à medida que se enriqueciam (e se “branqueavam” aos olhos dos recenseadores).

Os chefes brancos também eram maioria nos fogos sem escravos (60,3%), mas não na mesma proporção que entre os proprietários de cativos. As mulheres chefes dos domicílios sem escravos e não brancas estavam à frente de 47% dos domicílios (nos domicílios com escravos elas não alcançavam 10%).

Tabela 3.13
Chefes dos fogos por sexo e cor
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Cor	Domicílios com escravos			Domicílios sem escravos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Branco	502	76	578	497	62	559
Preto	3	1	4	21	15	36
Crioulo	3	2	5	15	0	15
Pardo	39	4	43	272	35	307
Cabra				2	0	2
Mulato				6	5	11
S/I				11	0	11
Total	547	83	630	824	117	941

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

A participação de migrantes mineiros como chefes de domicílios com escravos demonstrou-nos mais uma vez o quão significativo foi o componente migratório na sociedade francana nas primeiras décadas do século XIX. Entre os homens com naturalidade conhecida, os provenientes de Minas Gerais chegavam a 77,8% e os paulistas (inclusive francanos) apareceram como chefes em cerca de 13,4% dos domicílios com escravos. A proporção de mineiras entre as mulheres chefes e que tinham escravos era ainda maior, 90,9%, seguidas das paulistas, 6,5%¹⁹ (tabela 3.14).

Os mineiros também eram maioria entre os chefes dos domicílios sem escravos. Chegavam a 70,6% entre os chefes homens e a 72,7% entre as mulheres, seguidos de longe pelos paulistas (19,8% homens e 18,8% mulheres, inclusive francanos). Africanos e portugueses estavam representados próximo a 1% dos chefes homens sem escravos e as africanas encabeçavam 2,6% dos fogos com chefia feminina.

¹⁹ Porcentagens em relação às mulheres com naturalidade conhecida, ou seja, exclusive aquelas sem informação do local de origem.

Tabela 3.14
Chefes dos fogos por sexo segundo naturalidade
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Naturalidade	Domicílios com escravos			Domicílios sem escravos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Minas Gerais	406	70	476	582	85	667
São Paulo	44	5	49	104	18	122
Franca	26	0	26	59	4	63
Brasil	24	2	26	37	1	38
Rio de Janeiro	0	0	0	1	0	1
Goiás	1	0	1	0	0	0
Crioulo	0	0	0	4	1	5
Portugal e Ilhas Atlânticas	13	0	13	7	1	8
Europa	7	0	7	3	1	4
África	1	0	1	11	3	14
S/I	25	6	31	16	2	18
Total	547	83	630	824	117	941

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Quanto à ocupação do chefe do fogo, a Lista Nominativa trabalhada não traz informação para 18,7% dos homens e 24,1% das mulheres que tinham escravos, valores que se elevaram quando considerados os chefes que não tinham escravos, 28,8% para os homens e 59,8% para as mulheres. Os chefes sem informação da ocupação foram excluídos dos resultados que se seguem.

Para efeito de nossa análise, no tocante à ocupação, de início ressaltamos que nos casos em que aparecia mais de uma ocupação para um determinado chefe, consideramos como a principal ocupação a primeira listada na fonte. Desta forma, se um chefe era carpinteiro/lavrador foi considerado como carpinteiro e incluído na categoria “trabalho manual especializado”.

Os lavradores, ou seja, aqueles cuja primeira ocupação foi assim mencionada, dominavam entre os chefes de fogos e senhores e senhoras de escravos (respectivamente, 72,8% e 68,3%). As regiões agroexportadoras apresentaram as maiores proporções de proprietários de escravos que se ocupavam da agricultura, como o Vale do Paraíba (76,0%) e o Oeste Paulista (71,0%). Considerando o total de domicílios com escravos, a participação dos chefes que atuavam na lavoura em Franca era de 72,2%, valor superior ao verificado para a Província de São Paulo como um todo em 1829, que foi de 69%, assim como ao encontrado para as áreas de abastecimento interno e com fortes atividades comerciais, como o Caminho do Sul (59%) e a Capital (65%) (LUNA; KLEIN, 2003, p.118).

Ainda que a lavoura fosse uma importante atividade econômica em Franca, ela não operou sozinha. A criação de animais, embora tenha aparecido timidamente na Lista Nominativa de Habitantes de 1835-1836²⁰, não foi de forma alguma desprezível. Muito provavelmente era desenvolvida conjuntamente com as atividades da lavoura. Saint Hilaire já observava que em 1838 a Vila Franca possuía um dos rebanhos de gado vacum mais importantes da Província de São Paulo (SAINT HILAIRE, 1972, p. 101), o que também mostrou Daniel Muller em seu *Ensaio* de 1836.

Após examinarmos a produção da Vila, especificamente a criação de animais relacionados na Lista Nominativa de 1835-1836, comprovamos a importância do gado bovino para o norte paulista²¹. Ao cruzarmos os nomes dos chefes dos fogos com escravos e a relação dos nomes dos criadores nos Assentamentos de Gados da Vila Franca (1825-1836), encontramos 168 nomes presentes nas duas fontes²².

Além da lavoura e criação, chefes de fogos ferreiros, sapateiros, alfaiates, costureiras, seleiros, que classificamos como “trabalho manual especializado” compunham o segundo grupo em importância ocupacional. Para os chefes de fogos com escravos, o terceiro grupo em importância eram os “agregados”, sendo a maioria destes arrolados na fonte trabalhada como agregado lavrador. Como já dissemos, não houve possibilidade de identificar a quem estes chefes com escravos estavam agregados, mas o que é o mais importante, situavam-se na qualidade de proprietários de escravos.

²⁰ Encontramos apenas dois chefes de fogos com escravos citados como criador/ “vive de criar de gado” e 15 lavradores/criadores.

²¹ Foram listadas aproximadamente 3.600 cabeças de gado bovino e vacum.

Tabela 3.15
Chefes dos fogos por sexo e ocupação
Vila Franca do Imperador, 1835-1836

Ocupações	Domicílios com escravos			Domicílios sem escravos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Lavrador	324	43	367	332	16	348
Trabalho manual especializado (*)	45	3	48	81	12	93
Trabalho manual não especializado (**)	4	0	4	15	0	15
Profissionais liberais (***)	17	0	17	19	0	19
Jornaleiro/agências/vive de seu trabalho	5	8	13	64	12	76
Negócios/negociantes	21	1	22	11	4	15
Agregado	25	6	31	65	2	67
Outros (****)	4	2	6	0	1	1
Total (*****)	445	63	508	587	47	634

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

(*) Inclui administrador, alfaiate, carpinteiro, feitor, ferreiro, marceneiro, sapateiro, paneleiro, pedreiro, roupeiro, seleiro, pescador, tecelão, telheiro.

(**) Inclui carreiro e carapina.

(***) Inclui funcionários públicos, eclesiásticos e militares.

(****) Inclui 5 criadores, 1 proprietário, 2 “indústrias” (desta última categoria 1 era chefe de fogo sem escravo).

(*****) Excluímos 102 homens e 20 mulheres chefes de fogos com escravos e 237 homens e 70 mulheres chefes de fogos sem escravos pela falta de informação sobre a ocupação.

A omissão da informação para os chefes de domicílios sem escravos superou aqueles com escravos, especialmente as chefes mulheres sem escravos (cerca de 60%). Dentre as ocupações conhecidas, 56,6% dos homens chefes de domicílios sem escravos eram lavradores, 13,5% exerciam atividades manuais especializadas e 12,0% apareceram como jornaleiros ou que viviam de seu trabalho e de suas agências. Entre as chefes mulheres, destacavam-se as costureiras e aquelas que viviam de seus jornais, agências e seu trabalho.

A lavoura, sendo a principal atividade econômica, concentrava parcela significativa da mão de obra escrava, o que não significa que os chefes lavradores tivessem grandes escravarias. Ao contrário, pouco mais da metade dos fogos (54,3%) contavam com a presença de um a três cativos, três quartos tinham até 6 escravos e apenas uma pequena minoria (3,2% dos fogos) possuía mais de 20 cativos. Os lavradores possuíam 83,4% dos escravos do município, seguidos dos que chamamos de “trabalhadores manuais especializados” (proprietários de 6,3% dos escravos), profissionais liberais (3,2%) e agregados (3,2%).

²² Esta listagem dos Assentamentos dos Criadores de Gado se encontra in BRIOSCHI et al., 1991, p. 277-293.

Todas as atividades ocupacionais estavam representadas nas posses de 1 a 5 escravos, ou estavam presentes apenas nesta faixa, como os jornaleiros e os trabalhadores manuais não especializados (tabela 3.16).

Luna e Klein (2003) mostraram que 81% dos escravos da Província de São Paulo em 1829 trabalhavam na agricultura. Neste sentido, Franca se assemelhava mais ao Vale do Paraíba (88% dos escravos estavam na agricultura), Oeste Paulista (89%) e ao Litoral (81%), uma vez que 83,4% de seus cativos exerciam atividades ligadas à lavoura. Na Capital, os profissionais liberais concentravam 14% da mão de obra escrava, no Caminho do Sul o transporte era responsável por 26% desse contingente, o que já era de se esperar, uma vez que a Capital concentrava atividades de prestação de serviços e o Caminho do Sul era a área onde se realizava a feira anual de muare, cujos animais provenientes do Sul, eram comercializados com as demais regiões do país.

A pequena posse de escravos constatada na Vila Franca do Imperador não necessariamente implicava pouca extensão em terras das propriedades rurais, ou seja, a média de escravos por proprietário era de 5 cativos, mas suas fazendas poderiam corresponder a consideráveis hectares²³. Se a criação de gado necessitava, por um lado, de extensas áreas de pastagens, por outro, exigia menor número de escravos nesta atividade.

²³ Inferimos tal afirmativa de acordo com o tamanho das fazendas descrito por Brioschi para Batatais. Consideramos que a ocupação da terra observada em Batatais tenha sido semelhante para o município de Franca como um todo, uma vez que muitos proprietários batataenses possuíam terras em outros termos, como o francano. (BRIOSCHI et al., 1991, Parte II – Fazendas e Fazendeiros p. 69-230).

Tabela 3.16
Tamanho da posse de escravos por ocupação do chefe
Vila Franca do Imperador, 1835-1836

Ocupação	Tamanho da posse					Total
	1-5	6-10	11-20	21-40	41 e +	
Lavrador	524	673	723	373	132	2.425
Trabalho manual especializado (*)	65	37	81	0	0	183
Trabalho manual não especializado (**)	11	0	0	0	0	11
Profissionais liberais (***)	34	6	28	26	0	94
Jornaleiros/agências/vive de seu trabalho	25	0	0	0	0	25
Negócios/Negociantes	38	23	0	0	0	61
Agregados	72	6	16	0	0	94
Outros (****)	16	0	0	0	0	16
Total (*****)	785	745	848	399	132	2.909

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

(*) Inclui administrador, alfaiate, carpinteiro, feitor, ferreiro, marceneiro, sapateiro, paneleiro, pedreiro, roupeiro, seleiro, pescador, tecelão, telheiro.

(**) Inclui carreiro e carapina.

(***) Inclui funcionários públicos, eclesiásticos e militares.

(****) Inclui 5 criadores, 1 proprietário, 2 "indústrias" (desta última categoria 1 era chefe de fogo sem escravo).

(*****) Excluímos 102 homens e 20 mulheres chefes de fogos com escravos e 237 homens e 70 mulheres chefes de fogos sem escravos pela falta de informação sobre a ocupação.

Para concluir, podemos caracterizar os chefes de fogos e proprietários de escravos da Vila Franca em meados da década de 1830 como: em sua maioria brancos, mineiros, casados e relativamente jovens, com até 50 anos. As mulheres chefes e proprietárias de escravos eram em geral brancas, viúvas, mineiras e com mais de 60 anos.

Entre os chefes de domicílios sem escravos também sobressaíram-se os brancos e casados, mas havia uma proporção razoável de pardos, e eram em média mais jovens do que os chefes de fogos com escravos. Entre as mulheres chefes de domicílios sem escravos aparecem diferenças marcantes com aquelas que tinham escravos: em sua maioria eram brancas (mas as não brancas eram quase metade (47%)), eram viúvas (mas conjuntamente solteiras e casadas ultrapassavam 50%).

Em relação à ocupação, os chefes de fogos com escravos estavam principalmente atuando na lavoura e/ou criação de gado e concentravam a terra, ao passo que os chefes sem escravos necessitavam, em maiores proporções, de viverem de seu trabalho como jornaleiros e como agregados, ainda que parcela significativa fosse lavrador. As características demográficas dos chefes de fogos com escravos (sexo e naturalidade) não parecem ter influenciado nos cativos possuídos. Como vimos as mulheres não eram proprietárias de mais escravas que escravos homens e apesar de Minas Gerais destacar-se como o principal local de

nascimento dos proprietários, o mesmo não ocorreu com os escravos, sendo que a proporção de cativos mineiros (de ambos os sexos) não ultrapassou 15%.

Na categoria ocupação verificamos maior número de lavradores, que eram 7 em cada dez chefes com escravos, e esses, por sua vez concentraram 8 em cada dez escravos. Os grandes proprietários de escravos (e de terras) foram os lavradores. Como podemos ver, Franca não estava diretamente envolvida na agroexportação, mas apresentava uma economia dinâmica de subsistência e abastecimento interno que permitia aos seus chefes empregarem mão de obra escrava em 40% dos fogos.

Enfim, este panorama dos chefes de fogos fotografou com maior clareza as características de dois grupos diversificados, mas que circulavam no mesmo espaço: os proprietários e os despossuídos de escravos. Sobre eles sabemos agora um pouco mais.

3.3. Escravos

Na segunda parte deste trabalho, preocupamo-nos em apresentar as características da população escrava em 1836. Nosso objetivo, neste item, consiste em analisar a estrutura de posse escrava em 1835-1836, identificando as características dos cativos segundo o tamanho da escravaria em que se encontravam. Como vimos, havia correlação entre o número de escravos por fogo e a atividade ocupacional do chefe. E este número, por sua vez, influenciava as características demográficas dos escravos?

Acreditamos que o tamanho da posse não alteraria apenas a demografia escrava. Ser o único escravo, vários ou muitos em um fogo, certamente fazia a diferença, pois facilitaria, ou não, ao homem ou mulher cativo estabelecer laços afetivos e de solidariedade com seus pares, garantir o cuidado e a socialização de suas crianças, e até de se rebelarem.

Iniciamos por lembrar que a propriedade de escravos em Franca era caracterizada pelo pequeno número de cativos possuídos. Os chefes de domicílios com posses de até cinco escravos representavam 68,4% dos proprietários e com até 10 cativos, 86%, e por sua vez, estes escravistas detinham respectivamente 29,3% e 53,8% do total de cativos. A média de escravos por domicílio foi de 5,4 cativos, a mediana 3 e a moda 1 (tabela 3.17)²⁴.

²⁴ Consideramos apenas o total de domicílios com escravos, 630.

Tabela 3.17
Proprietários de escravos e escravos por tamanho da posse – Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Tamanho da posse	Proprietários	%	Escravos	%
1	165	26,2	165	4,9
2	98	15,6	196	5,8
3	79	12,5	236	7,0
4	47	7,5	188	5,5
5	42	6,7	210	6,2
1-5	431	68,4	995	29,3
6-10	111	17,6	833	24,5
11-20	70	11,1	992	29,2
21-40	15	2,4	399	11,8
41 e +	3	0,5	176	5,2

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

A distribuição dos escravos entre os escravistas de Franca não se distinguiu do observado para outras regiões do Brasil.

“The pattern of slave ownership we have discerned for São Paulo was probably generalized throughout Brazil, and even North America, in this period [1836]. One-third of households owned slaves, and slaves made up a fifth to a third of the local population. In the area of food production (which accounted for the major part of land usage), some 20 percent of households owned slaves and **small slave owners predominated among slave holders**” (LUNA; KLEIN, 2003, p. 109, grifo nosso).

Outros autores também chegaram a resultados semelhantes. Em Minas Gerais, no ano de 1804, Luna verificou que os proprietários de escravos com até cinco cativos eram 70,2% em São Caetano (distrito de Mariana) e 82,3% em Vila Rica e os proprietários com até 10 cativos, 85,6% e 94,5% respectivamente (LUNA, 1981, p. 125). Nestas duas localidades mineratórias predominaram as pequenas posses, uma vez que as posses com até 5 cativos abrangeram 26,3% dos cativos (São Caetano) e 47,1% (Vila Rica). Esta última possuía pequenos proprietários em maior proporção do que São Caetano, assim como seus cativos estavam também concentrados nas posses com até 10 escravos (71,2%) *vis-à-vis* São Caetano (45%).

“De um modo geral, os resultados apresentados, quanto à estrutura de posse de cativos, demonstram uma sociedade na qual predominavam, incontestavelmente, os pequenos proprietários; indivíduos possuidores de escravaria de um, dois ou, no máximo, cinco escravos. Raros os proprietários de grande escravaria; assim, por exemplo, dentre todos os senhores computados neste trabalho, que compreendem cerca de 3.400, apenas vinte e seis possuíam mais de quarenta cativos; acima de sessenta anotaram-se seis pessoas e com massa superior a cem, encontramos, tão somente, um proprietário (com 126 cativos). Assim, a nosso ver, as grandes lavras devem ter constituído a exceção e não a regra quanto à organização da estrutura produtiva” (LUNA, 1981, p.126).

Este autor, após analisar cinco localidades em Minas Gerais entre 1718 e 1804, concluiu que não ocorreram mudanças na estrutura da posse de escravos neste período, apesar das diferentes fases da economia mineira.

Em nove localidades do Paraná, de acordo com as Listas Nominativas de Habitantes de 1804, 85,6% das posses tinham até nove cativos e respondiam por 48,2% dos escravos (Gutiérrez, 1987, p.310). Este estudo revelou que nas posses paranaenses predominavam os pequenos escravistas.

“Em 1804 residiam no Paraná 894 proprietários de escravos que detinham, em conjunto, quase 5.000 cativos. Tratava-se, na verdade, de pequenos senhores. Os possuidores de 1 a 3 cativos alcançavam a larga cifra de 56% do total; em contrapartida, os proprietários de 10 ou mais escravos eram pouco numerosos – 130 ao todo – e representavam 15% dos conjunto dos senhores” (GUTIÉRREZ, 1987, p. 310).

Os escravistas com um a nove escravos no Recôncavo baiano chegavam a 83,6% em 1816-1817 (SCHWARTZ, 1983, p.285). A proporção de proprietários de apenas um cativo encontrada por Schwartz no Recôncavo foi relativamente semelhante ao verificado em Franca, respectivamente, 23% e 26%.

Em Lorena, 46,6% dos escravos estavam em posses com até 9 cativos e os escravistas que detinham estes escravos chegavam a 83,4% do total de proprietários de escravos (COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987, p. 247).

Motta constatou que, em Bananal, 70,5% do total de escravistas em 1801 tinham de um a nove escravos, em 1817 essa porcentagem era de 78,5% e, em 1829, 70,7%. (MOTTA, 1999, p. 168). Nesta localidade, o avanço da agricultura agroexportadora cafeeira elevou a proporção de escravos possuídos pelas grandes posses (com 40 ou mais cativos) de 30,9% em 1801 a 33,0% em 1817 e 48,9% em 1829.

“De fato, a hipótese aventada neste trabalho, de que o primeiro dos períodos mencionados ter-se-ia, ao que parece, consubstanciado em fase favorável à proliferação em Bananal dos indivíduos quantitativamente pior aquinhoados em escravos, fenômeno que se reverteria já no segundo interregno considerado, encontra particular corroboração quando se tomam os plantéis compostos por 4 ou menos cativos. Entre 1801 e 1817, os senhores desses plantéis de menor porte, de um lado, têm aumentada sua importância relativa no total de escravistas, de 52,3% para 60,3% e, de outro, têm elevada sua importância relativa no total da massa escrava possuída, de 9,2% para 15,1%. Entre 1817 e 1829, contudo, os valores percentuais em ambos os casos, declinam, respectivamente, para 49,7% do total de proprietários e para 8,6% do total de cativos possuídos” (MOTTA, 1999, p.169).

Como podemos verificar, em diferentes regiões do Brasil desde áreas onde a mineração estava em decadência, em áreas de abastecimento interno e agricultura exportadora, a estrutura da posse de escravos se caracterizava pela significativa participação dos pequenos proprietários de cativos (com 10 ou menos cativos)²⁵.

Um escravo vivendo e trabalhando ao lado de seu proprietário e outros membros livres do fogo (familiares do chefe, agregados e outros indivíduos) era uma realidade em 165 domicílios de posses unitárias, como no fogo do lavrador Antonio Garcia de Andrade morador

²⁵ A distribuição dos cativos segundo os escravistas e o tamanho da posse nos sul dos Estados Unidos também se caracterizou pela pequena propriedade. Em 1830, 28,5% de escravos estadunidenses estavam em posses com até 9 cativos. Os escravistas de propriedades de mesmo tamanho chegavam a quase três quartos. A diferença do tamanho da propriedade de escravos nos Estados Unidos e França encontrou-se na participação dos cativos em posses com mais de 20 escravos, 44% nos Estados Unidos. Os escravistas no sul dos Estados Unidos com mais de 20 cativos representavam 9,5% do total e os francanos, 2,9%. Um caso que se diferenciou do Brasil e Estados Unidos se tratou da Jamaica, que apresentou elevada proporção de posses com mais de 100 cativos, ainda que 69,1% dos proprietários estivessem entre aqueles que possuíam de 1 a 9 escravos, no entanto, detinham apenas 8,7% dos cativos. Cerca de um décimo dos escravos jamaicanos viviam em posses com mais de 100 escravos e os escravistas que possuíam 100 cativos ou mais chegavam a 7,6% no ano de 1832 (SCHWARTZ, 1983, p. 285).

no distrito da Vila, 40 anos, natural de Minas Gerais, casado e pai de sete filhos com idades entre 14 e 2 anos, que possuía apenas o escravo Francisco de 25 anos²⁶.

A posse de escravarias superiores a 21 escravos na Vila Franca, no entanto, ainda que presente, eram raras, apenas dezoito. Mais raro ainda era possuir 41 escravos ou mais²⁷.

Como já era de se esperar, o desequilíbrio entre os sexos, com déficit de mulheres, predominava em todos os tamanhos das posses, mas era mais acentuado nas posses maiores (21 escravos e mais). Franca não apresentava mais mulheres do que homens escravos nas posses unitárias, como em Lorena no ano de 1801, cuja razão de sexo pra o total de escravos de posses unitárias foi de 66,7 e em Franca, 126. A razão de sexo (total) verificada entre os cativos presentes em Franca era inclusive mais alta do que a de Lorena, respectivamente 134 e 120 (COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987, p. 249). De acordo com o Daniel Muller (1923), a razão de sexo entre os escravos da Província de São Paulo em 1836 era de 134, como vimos, valor igual ao de Franca, no entanto, inferior ao verificado em Areias (197), Bananal (237), Piracicaba (184), para citar alguns exemplos.

²⁶ Distrito 1, quarteirão 8, fogo 43.

²⁷ Um dos domicílios com mais de 40 escravos foi arrolado no distrito da Vila. Antonio Barbosa Sandoval natural de Minas Gerais vivia com esposa, filhos e uma agregada e possuía 44 escravos (distrito 1, quarteirão 7, fogo 19). Os outros dois domicílios ficavam no distrito de Cana Verde (Batatais) cujos chefes eram João Francisco Junqueira e João Jose de Carvalho.

João Francisco Junqueira era lavrador e dono de um engenho de serrar madeira. Possuía a maior posse de escravos da região - 70 cativos (distrito 5, quarteirão 4, fogo 9). Em seu testamento, aberto em 02/10/1862, o então Capitão João Francisco Junqueira “mandou rezar 50 missas por sua alma, 50 pelas almas de seus pais e 30 pelas almas de seus escravos falecidos (...)”. Quando seu inventário foi aberto em 1862, seu monte-mor foi avaliado em 120:514\$130 e deixou dentre diversos bens: 51 escravos, terras e benfeitorias em diversas fazendas e madeiras serradas em estoque (BRIOSCHI et al., 1991, p.175).

João Jose de Carvalho, foi arrolado como lavrador fazendeiro, com 61 escravos em 1835 (distrito 5, quarteirão 8 e fogo 1). Era o maior proprietário de terras da região em 1848 e casado com Helena Francisca Diniz Junqueira (aparentada de João Francisco Junqueira) (BRIOSCHI et al., 1991, p. 65 e 171).

Tabela 3.18
Razão de sexo dos escravos por tamanho da posse
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Tamanho da posse	Razão de sexo
1	126
2	113
3	103
4	119
5	133
1-5	118
6-10	138
11-20	133
21-40	164
41 e +	159
Total	134

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

O predomínio de homens em todas as faixas de tamanho das posses era comum em áreas voltadas para a agroexportação. Em Bananal, no ano de 1801, as mulheres eram mais representativas do que os homens nas posses de 1 a 4 cativos (59,5%), a partir de 1817 (com o desenvolvimento do café) os homens passaram a constituir a maioria dos escravos em qualquer tamanho de posse (MOTTA, 1999, p.175).

Tabela 3.19
População escrava por sexo e tamanho da posse – Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Tamanho da posse	Homem	Mulher	Total
1-5	54,2	45,8	100,0
6-10	58,0	42,0	100,0
11-20	57,1	42,9	100,0
21-40	61,9	38,1	100,0
41 e +	61,4	38,6	100,0
Total	57,2	42,8	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Em qualquer que fosse o tamanho da posse havia mais escravos adultos em idade produtiva (15 a 49 anos), do que crianças e velhos, cuja porcentagem dos adultos variou entre 69,2% (nas posses com até 5 cativos) e 58,4% (11-20 cativos) (tabela 3.20). A participação

das crianças (menores de 15 anos) não se elevou com o tamanho da posse, apesar de ser mais significativa nos fogos com 11 escravos ou mais.

Tabela 3.20
Distribuição etária da população escrava segundo grandes grupos de idades
– Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Tamanho da posse	0-14	%	15-50	%	51 e +	%	Total	%
1-5	273	27,4	689	69,2	33	3,3	995	100,0
6-10	281	33,7	516	61,9	36	4,3	833	100,0
11-20	386	38,9	579	58,4	27	2,7	992	100,0
21-40	139	34,8	236	59,1	24	6,0	399	100,0
41 e +	50	28,4	121	68,8	5	2,8	176	100,0
Total	1.129	33,3	2.141	63,1	125	3,7	3.395	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Ser homem ou mulher, brasileiro ou africano, pertencer a uma posse com maior ou menor número de cativos, condicionavam também o acesso ou não a uma união conjugal para o escravo na sociedade francana da primeira metade do século XIX. A Capitania/Província de São Paulo, como já foi demonstrado em outros estudos, apresentou índices de escravos casados e viúvos superiores às outras regiões do Brasil. Quais explicações para este comportamento? Para Slenes, a diferença entre a proporção de escravos casados ou viúvos em São Paulo e Rio de Janeiro (superior em território paulista) se daria em razão dos escravos de São Paulo terem mais acesso ao casamento religioso em razão da maior presença da Igreja Católica (forte contingente de párocos). Os escravistas de São Paulo também se preocupavam mais em casar seus escravos, pois viam o casamento como uma “instituição benéfica e moralizadora para todas as classes sociais” (SLENES, 1999, p. 91).

Quanto maior a posse de cativos, mais possibilidade tinha o escravo de Franca em contrair uma união conjugal, como atestam os dados das tabelas que se seguem. Tais resultados assemelham-se com os de outros estudos realizados no âmbito das áreas de *plantation* no Sudeste do Brasil, que encontraram a mesma correlação positiva entre tamanho da posse e participação de escravos casados e viúvos (MOTTA, 1999; SLENES, 1999).

As médias posses (11-20 cativos) e grandes (21 ou mais) apresentavam mais parceiros disponíveis para o matrimônio, apesar de possuírem elevada razão de sexo. Em função desta razão, as mulheres tinham mais opções matrimoniais e se casavam proporcionalmente mais do

que seus parceiros homens. O casamento de escravos pertencentes a proprietários diferentes era raro no Brasil como um todo²⁸.

Os escravos africanos em Franca também se uniam em proporções mais elevadas do que aqueles nascidos no Brasil. Através das uniões conjugais, buscavam estabelecer laços de parentesco, que ajudassem a enfrentar as duras condições na nova terra e no intuito de se integrarem à comunidade escrava (COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987, p. 286), uma vez que os aqui nascidos tinham maior probabilidade de participarem de redes de sociabilidade já estabelecidas (tabelas 3.21 a 3.24).

Tabela 3.21
População masculina africana de 11 anos e mais segundo estado conjugal e tamanho da posse.
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Tamanho da posse	Solteiro	Casado	Viúvo	S/I	Total
1-5	74,0	18,7	0,0	7,3	100,0
6-10	70,3	26,9	0,0	2,9	100,0
11-20	60,2	36,9	1,9	1,0	100,0
21-40	60,2	39,8	0,0	0,0	100,0
41 e +	62,1	34,5	0,0	3,4	100,0
Total	66,9	29,2	0,6	3,3	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Tabela 3.22
População feminina africana de 11 anos e mais segundo estado conjugal e tamanho da posse – Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Tamanho da posse	Solteira	Casada	Viúva	S/I	Total
1-5	60,9	27,8	1,7	9,6	100,0
6-10	52,4	39,3	3,6	4,8	100,0
11-20	40,9	51,1	1,1	6,8	100,0
21-40	33,3	66,7	0,0	0,0	100,0
41 e +	13,6	81,8	0,0	4,5	100,0
Total	47,8	44,1	1,7	6,4	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

²⁸ Fizeram observações a este respeito SCHWARTZ, 1988; METCALF, 1990; SLENES, 1999. Ver também o

3.23

População masculina nacional de 11 anos e mais segundo estado conjugal e tamanho da posse – Porcentagem

Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Tamanho da posse	Solteiro	Casado	Viúvo	S/I	Total
1-5	85,2	7,9	0,0	6,9	100,0
6-10	82,1	12,1	0,0	5,8	100,0
11-20	75,4	16,4	0,6	7,6	100,0
21-40	80,6	18,3	1,1	0,0	100,0
41 e +	57,1	42,9	0,0	0,0	100,0
Total	80,8	13,1	0,3	5,7	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Tabela 3.24

População feminina nacional de 11 anos e mais segundo estado conjugal e tamanho da posse – Porcentagem

Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Tamanho da posse	Solteira	Casada	Viúva	S/I	Total
1-5	84,2	11,7	0,5	3,6	100,0
6-10	72,7	19,4	2,9	5,0	100,0
11-20	62,7	34,0	0,0	3,3	100,0
21-40	65,2	34,8	0,0	0,0	100,0
41 e +	37,5	62,5	0,0	0,0	100,0
Total	72,6	23,1	0,9	3,4	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Na Vila Franca do Imperador, os africanos e africanas proporcionalmente se casavam mais do que os nacionais, crioulos e crioulas. Dentre os homens, os africanos com 11 anos e mais casados ou viúvos chegavam a 29,8% e dentre os nacionais, 13,4%. Para as mulheres, a porcentagem de casadas ou viúvas abrangia 45,8% das africanas com mais de 10 anos e 24,0% das nascidas no Brasil. A partir da coleta dos registros de casamentos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, verificamos a forte endogamia de cor/origem na escolha dos cônjuges²⁹, o que pode nos levar a considerar que as africanas se casavam mais do que as nacionais em virtude do excedente de homens africanos. No entanto, houve casamentos entre

item *Casamentos* no capítulo 4 deste trabalho.

²⁹ Recolhemos os registros paroquiais de apenas uma paróquia, e não descartamos a possibilidade de diferenças entre o comportamento nupcial da população escrava dos diferentes distritos que compunham a Vila Franca, no entanto, consideramos nossos dados representativos. Ver *Casamentos* no capítulo 4 deste trabalho.

homens crioulos e africanas assim como o contrário, e havia também mais homens entre a população escrava nacional.

Os escravos africanos também se casavam mais do que os coloniais em Bananal. A porcentagem de africanos casados entre os homens escravos com 15 anos ou mais variou de 76,4% (1801), 86,2% (1817) a 94% (1829) e entre as mulheres africanas de mesmo grupo etário as casadas eram 85,4% em 1801, 79,8% em 1817 e 88,8% em 1829 (MOTTA, 1999, p.342-343).

O padrão nupcial observado em Franca (e também em Bananal) se diferiu do encontrado por Slenes em Campinas.

“Ora, tanto em 1081 quanto em 1829 os homens crioulos têm um índice de nupcialidade mais alto do que o dos africanos; já entre as mulheres, são as africanas que se casam mais. Essas diferenças são especialmente grandes nas posses maiores (com 10 ou mais escravos). Na população acima de 15 anos nessas posses em 1801, 43,3% dos homens crioulos eram casados/viúvos, contra 26,5% dos africanos; enquanto isso, 52,8% das mulheres crioulas apresentavam esses estados, versus 79,8% das africanas. Nas posses maiores em 1829, essas cifras eram 47,1% para homens crioulos contra 23,9% para africanos, e 61,5% para mulheres crioulas, versus 66,7% para africanas” (SLENES, 1999, p.76).

Os dois autores consideraram ser difícil explicar o porquê de diferenças entre a participação de africanos e nacionais casados nas diferentes localidades analisadas (esses últimos denominados de coloniais por Motta e crioulos por Slenes), sendo necessário considerar outros fatores na análise da escolha conjugal dos escravos.

Em 1836, os escravos de Franca eram nascidos principalmente na própria Província de São Paulo (inclusive Franca), em Minas Gerais e na África. Os cativos homens e africanos representaram 37,5% do total, e, dentre as mulheres, as africanas eram 24,0%. Os africanos diminuía sua participação nas posses de acordo com o aumento de tamanho destas. As posses com maior número de cativos (11 a 40 cativos)³⁰ parecem ter recorrido muito mais ao

³⁰ Nas posses com 41 ou mais cativos houve elevado número de omissões quanto à naturalidade. A ausência de informação acabou por prejudicar nossa análise, pois nas posses com 41 e mais cativos, verificamos a falta de informação para 60,2% dos homens e para quase 50% das mulheres cativas. Com a exclusão dos casos de sem

tráfico interno e possivelmente à reprodução natural. Era no interior destas que as uniões conjugais eram mais freqüentes.

Tabela 3.25
População escrava masculina por naturalidade e tamanho da posse – Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Naturalidade	1-5	6-10	11-20	21-40	41 e +	Total
Africanos	41,2	36,2	37,3	36,8	26,9	37,5
Nacionais	50,3	56,5	51,4	63,2	13,0	51,7
S/I	8,5	7,2	11,3	0,0	60,2	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Tabela 3.26
População escrava feminina por naturalidade e tamanho da posse – Porcentagem
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

Naturalidade	1-5	6-10	11-20	21-40	41 e +	Total
Africanos	25,6	24,3	20,9	23,8	32,4	24,0
Nacionais	62,8	65,1	59,9	75,5	19,1	61,8
S/I	11,6	10,6	19,2	0,7	48,5	14,2
Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1835-1836.

Ainda que encontrássemos os escravos como importante segmento da mão-de-obra nos 630 fogos, eles só ultrapassavam o número de livres nos domicílios em que a posse era superior a 4 cativos, o que indica também a presença da mão de obra livre na grande maioria dos domicílios de Franca. O mesmo foi verificado em outras áreas ligadas diretamente ao abastecimento interno como Sorocaba em 1810³¹. As pessoas livres em idade produtiva³² só passavam a ser inferiores aos escravos a partir das posses com 5 escravos.

informação, os homens africanos nas posses com 41 e mais escravos representavam 67,4% do total masculino e as mulheres, 62,9%.

³¹ A análise feita por Bacellar (2001) sobre o escravo em uma economia de abastecimento se baseia na Lista Nominativa de 1810. Segundo o historiador, “Sorocaba contava, então com 9.581 habitantes. Destes, 1.938 (20,2%) eram escravos, numa proporção relativamente baixa, típica de comunidades não intensamente envolvidas com a grande lavoura escravista. Esta força de trabalho se encontrava inserida em somente 360 domicílios (20,4% do total), com uma média de 5,4 escravos cada um” (BACELLAR, 2001, p. 144).

³² Consideramos como idade produtiva os 8 aos 50 anos, assim como Bacellar o fez (2001), afim de compararmos os resultados entre Franca e Sorocaba.

“De qualquer forma, o escravo era adquirido pelos pequenos proprietários com o objetivo de complementar a mão de obra doméstica. (...) A presença de apenas um, dois ou três cativos geralmente era sobrepujada, no interior do domicílio, pelo contingente de livres e agregados disponíveis e em idade produtiva [8-50 anos]. Percebe-se, portanto, que somente nos domicílios possuidores de 5 escravos ocorria a virada no equilíbrio entre ambas as forças de trabalho. Isto significa que os escravos, na faixa de posse aqui considerada [1-5 escravos], seriam adquiridos para reforçar a mão de obra disponível, e não para serem a principal fonte de mão de obra. Trabalhavam, certamente, lado a lado com seus senhores, na mesma faina agrícola. Tal constatação leva, inevitavelmente à indagação: compensaria despende capital para obter um aumento da força de trabalho dessa ordem?” (BACELLAR, 2001, p. 148-149).

De acordo com este autor, as crianças cativas sugeririam a viabilidade de se dispor da posse escrava.

“Alguns domicílios optavam por adquiri-las, provavelmente por ser o único caminho disponível para se ascender à posse de um cativo, mesmo que fosse necessário aguardar que atingisse uma idade onde fosse capaz de participar efetivamente da força de trabalho” (BACELLAR, 2004, p. 149).

Ainda que encontremos crianças escravas nas posses unitárias, verificamos que a preferências dos senhores de um único escravo em Franca era por homens e em idade produtiva (15-49 anos)³³.

³³ Infelizmente não há como sabermos quando o escravo foi adquirido.

Gráfico 3.1
Escravos homens por grupos etários - Posses unitárias.
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.

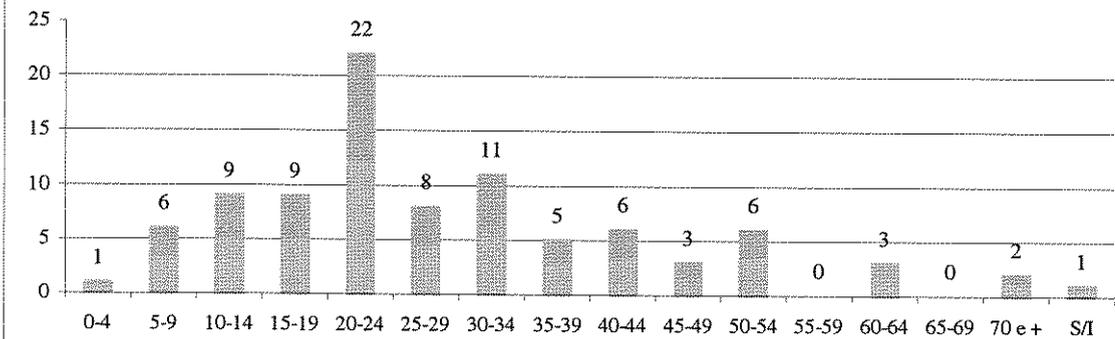
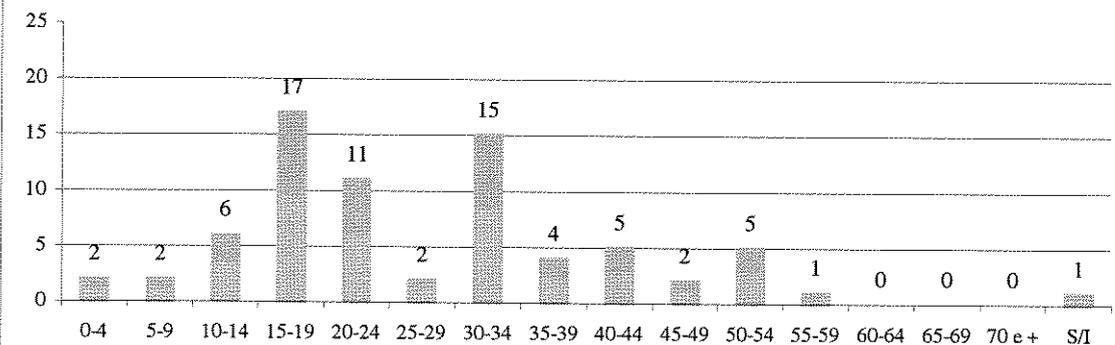


Gráfico 3.2
Escravas mulheres por grupos etários - Posses unitárias.
Vila Franca do Imperador, 1835-1836.



Apesar do custo despendido para adquirir escravos, os chefes de fogos do norte paulista recorreram a essa mão de obra (e de preferência em idade produtiva). A escravidão no Brasil era uma instituição altamente difundida, também em economias de subsistência e abastecimento interno, como era o caso de Franca. Homens e mulheres, abastados ou nem tanto, na sua maioria adquiriam um, dois, três ou cinco escravos no máximo, e certamente, as vidas de livres e escravos seguiram muito próximas. O que não quer dizer que escravos se iguallassem a livres e, muito menos, retirar do sistema escravista seu autoritarismo e violência, e nem do escravo sua condição de bem comercializável.

Apresentar as características demográficas dos cativos de acordo com o tamanho da posse em que estavam inseridos permitiu se conhecer um pouco mais de uma importante parcela da força de trabalho empregada do norte paulista. Força de trabalho, que em momento algum se perde num sentido abstrato, pois se constituía de homens e mulheres escravizados, que se distribuíram pelo vasto território da Vila Franca do Imperador, trabalharam, deixaram suas marcas e tentaram levar suas vidas ainda que sob as condições (adversas) de um cativo.

CAPÍTULO 4

MOMENTOS DA VIDA DO ESCRAVO:

NASCER, CASAR E MORRER

O caminhar em busca de mais conhecimento sobre a população escrava francana no século XIX, levou-nos inicialmente a identificar o seu volume e composição no decorrer do tempo. Em seguida, fixamo-nos em um ponto desse tempo (1836) e caracterizamos os domicílios onde viviam os cativos e seus proprietários. Nessa caminhada, trabalhando com os levantamentos populacionais de 1836 e 1872, tivemos duas preocupações: a de analisar também, como contraponto, a população livre e os fogos que não possuíam cativos e de privilegiar como espaço de análise, o território do município de Franca no ano de 1836, de modo a tornar os dados censitários comparáveis.

Neste capítulo, afinilamos nosso espaço de análise à Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca entre 1806-1888 e focalizamos apenas a população escrava tendo como fonte básica de análise os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito. Em outras palavras, os resultados aqui apresentados referem-se aos escravos que foram batizados, que se casaram e/ou tiveram seus óbitos registrados naquela paróquia e período. Não haveria tempo hábil para percorrer as demais paróquias que foram criadas no período e nem para levantar os registros relativos à população livre. Mesmo assim, julgamos ser oportuno debruçarmo-nos sobre essa fonte, que na ausência do registro civil, permite darmos mais um passo no conhecimento da dinâmica demográfica dos escravos e de outros aspectos sócio-culturais envolvidos nessa dinâmica.

“Seria quase dispensável frisar que tais fenômenos [do nascer, do casar e do morrer] refletem, em dimensões e formas diversas, o contexto social circundante. A religiosidade, os costumes e tradições, as atividades econômicas e, eventualmente, até mesmo a maior presença ou ausência de assistência da Igreja, eram elementos a exercer influência considerável sobre o calendário de batismos, casamentos e óbitos” (BACELLAR, 2001, p.73).

4.1. Nascimentos

Certamente o universo de batizados arrolados nos livros da paróquia não correspondia ao total de nascimentos de cativos ou filhos de cativos ocorridos na Franca do Imperador. Muitas crianças morriam antes mesmo de receberem o sacramento do batismo e outras, apesar do empenho da Igreja e dos senhores que tinham interesse em documentar esse nascimento, podiam não estar sendo batizadas na paróquia ou em lugar algum. Mesmo assim, pelo fato dos registros de batismo trazerem a idade do batizando, seus dados cruzados com as informações dos registros de casamento e óbitos e outras fontes, podem nos fornecer um conhecimento aproximado da reprodução natural, da natalidade e/ou fecundidade da população escrava. Esse, no entanto, não é o caso dessa parte de nosso trabalho que se atém apenas aos limites do registro de batismo.

Entre 1806 e 1888 foram registrados 4.705 batizados de escravos na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, dos quais apenas 27 eram de adultos. Nesse período, ocorreu também o batismo de 63 crianças filhas de mães forras ou libertas¹, elevando o universo dos batizados aqui analisados para 4.768².

Os escrivinhos de Franca na sua imensa maioria eram batizados na faixa etária de 8 dias a 11 meses (90,0%). Pouco mais da metade deles recebiam o sacramento do batismo com até 1 mês de vida (53,3%). Raros foram aqueles batizados com até 7 dias de vida (tabela 4.1).

Os escravos de Franca não seguiam de perto os mesmos costumes, em relação à idade ao batismo, observados para os caiçaras de Ubatuba entre 1786-1830.

“Em parte, devido ao alto risco de morrer nos primeiros dias de vida, os pais costumavam batizar seus filhos com poucos dias de idade. Em uma amostra que fizemos, verificamos que a média de tempo entre o nascimento e o dia do batizado era de 20 dias apenas, com intensidade maior entre o segundo e o décimo quinto dia” (MARCÍLIO, 1986, p.202).

¹ As forras/libertas batizaram 63 crianças: 15 filhos e 14 filhas legítimos (total 29 ou 46%) e 14 meninos e 20 meninas ilegítimos (total 34 ou 54%).

² Como os batismos de adultos escravos (maiores de 12 anos) e filhos de ex-escravas foram pouco representativos (1,9%), para efeito de nossa análise iremos considerá-los conjuntamente com os batizados de crianças filhas de mães ou pais escravos.

A idade ao batizar de uma criança escrava dependia não só da orientação da Igreja e da vontade dos pais. Dependia da distância do local onde viviam até a paróquia, da presença mais ou menos constante do padre e, sobretudo da permissão, do interesse e da disponibilidade do senhor em levar seus escravos para a pia batismal.

Tabela 4.1
Período transcorrido entre o nascimento e o batizado dos filhos de escravos
Paróquia de Franca, 1806-1888.

Idade	Batismos	%
Recém nascido/inocente	120	2,5
1-7 dias	158	3,3
8-14 dias	968	20,3
15-29 dias	1.392	29,2
30 dias – 11 meses	1.924	40,4
1 ano – 11 anos	29	0,6
12 anos ou mais	27	0,6
S/I	150	3,1
Total	4.768	100,0

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de batismo 1806-1888.

Referindo-se ainda aos batizados entre os caiçaras, Marcílio comenta:

“Havia ainda, a crença entre nossos caiçaras de que o batismo exercia, não apenas o meio de ingresso na *vida* do espírito, a iniciação na vida cristã e da Igreja, mas era ainda um meio de se conseguir a vida do corpo. A criança deve ser levada logo à pia batismal, para assegurar sua saúde e sobrevida à primeira e mais difícil fase de sobrevivência. Enfim, a própria Igreja incentivava a prática do batismo nos primeiros dias da criança” (MARCÍLIO, 1986, p.202).

Em Franca, mesmo não sendo a regra batizar as crianças escravas logo nos seus primeiros dias de vida, mas a partir do 15º dia após o nascimento, a morte de uma criança escrava não batizada era uma preocupação, se não para pais escravos, mas para pessoas próximas a eles, escravos ou livres, já que na época era difundida a crença de que a alma infantil que morresse pagã iria para o limbo³. A própria Igreja Católica reconhecia os batizados realizados por pessoas não pertencentes ao clero em caso de risco de morte de uma

pessoa não batizada (*in articulo mortis*). Este foi, por exemplo, o caso de Vicente, filho da escrava Izabel, batizado em agosto de 1829 aos dois meses de idade por João Manuel da Costa por “artículo de morte” (João Manuel também consta como padrinho do menino)⁴. Ou da pequena Maria, batizada aos oito dias de vida pelo proprietário de sua mãe Joaquina, João Paulo de Souza em junho de 1830. Como no registro anterior João Paulo também foi o padrinho da criança. No registro de batismo de Maria, o padre Manoel Coelho Vital anotou “*este [JPS] baptizou em articulo de morte a que dei por válido*”⁵.

Os batizados de escravos em Franca ocorriam com uma boa frequência durante todos os meses do ano, mas com intensidade maior nos meses de dezembro e junho, seguidos por abril e maio. Nos meses de fevereiro e março batizavam-se menos e nos demais meses em uma quantia intermediária entre os primeiros e os últimos.

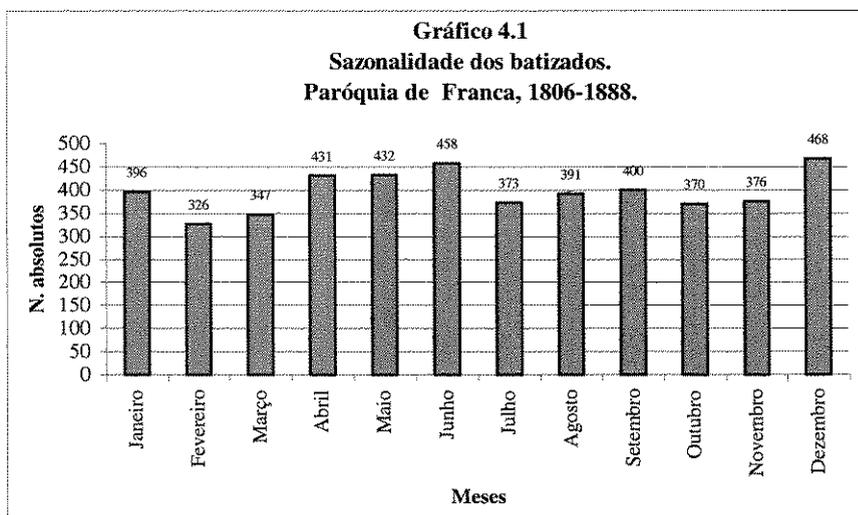
A maior ou menor frequência dos batizados, em parte pode ser explicada pelo calendário litúrgico. O período da quaresma, “tempo proibido” (fevereiro e março), de maior recolhimento na vida dos cristãos era menos preferido para batizados, terminada a quaresma, verificava-se um novo pico nos meses de abril e maio, que pode, inclusive coincidir com o fim da colheita dos cereais. Em Junho realizavam-se as festas em comemoração aos Santos Antônio (13), João (24) e Pedro (29) e dezembro havia o Natal. O tempo do advento não implicou em quedas dos batizados (gráfico 4.1).

Marcílio encontrou crianças escravas sendo batizadas, principalmente, nos meses de agosto e de junho e, com menor frequência em abril, fevereiro e março (período do “tempo proibido, ou de penitencia”) (MARCÍLIO, 1986, p. 206).

³ Encontramos como definição de limbo “lugar onde, segundo a teoria católica posterior ao séc. XIII, se encontram as almas das crianças muito novas que, embora não tivessem alguma culpa pessoal, morreram sem o batismo que as livrasse do pecado original” (FERREIRA, Nova Fronteira: São Paulo, 1999).

⁴ Livro de Batizados n. 1.

⁵ Livro de Batizados n. 2.



O dia preferido para o batismo de escravos em Franca era o domingo (41,9%), dia de descanso semanal e de ir à igreja cumprir as obrigações religiosas. Mas também ocorriam batizados em proporção razoável na segunda-feira (13,3%), terça-feira (10,7%) e sábado (9,3%); o dia menos procurado era a sexta-feira (7,3%). Bacellar (2001) também encontrou o domingo como o dia preferido para o batismo de livres em Sorocaba no período entre 1679 e 1830.

Quanto às características demográficas dos batizados, conseguimos apurar que do total dos 4.768, 2.404 eram do sexo masculino (50,4% e razão de sexo igual a 102), número que de certa forma corresponde ao já constatado pela ciência, de que nascem mais homens que mulheres (em uma proporção de cerca de 105 homens para cada 100 mulheres) e que menos da metade eram filhos legítimos (45,1%), nascidos dentro de uma união conjugal sacramentada pela Igreja (tabelas 4.2 e 4.3).

Tabela 4.2
Escravos batizados segundo sexo
Paróquia de Franca, 1086-1888.

Sexo	N. absolutos
Masculino	2.404
Feminino	2.360
S/I	4
Total	4.768

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de batismo 1806-1888.

Tabela 4.3

**Filiação legítima e ilegítima dos escravos batizados segundo sexo
Paróquia de Franca 1086-1888.**

Filiação	Homens	Mulheres	S/I	total
Legítima	1.076	1.072	4	2.152
Ilegítima	1.295	1.261		2.556
S/I	33	27		60
Total	2.404	2.360	4	4.768

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de batismo 1806-1888.

Sobre os pais dos batizados, sabemos muito pouco. A maioria dos registros não traz informações a respeito, como mostram as tabelas 4.4 e 4.5. Inclusive, fica difícil analisar esses poucos dados, uma vez que alguns registros trazem informação apenas sobre a origem e outros sobre a cor. Enfim, ficam as tabelas para dar uma idéia ao leitor dessa dificuldade.

Tabela 4.4

**Filiação legítima e ilegítima dos escravos batizados segundo a origem ou cor da mãe
Paróquia de Franca, 1086-1888.**

Filiação	Africana	Crioula	Preta	Parda	S/I	Total
Legítima	112	252	224	24	1.540	2.152
Ilegítima	108	559	147	111	1.631	2.556
S/I		1			60	61
Total	220	811	371	135	3.231	4.768

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de batismo 1806-1888.

Tabela 4.5

**Filiação legítima dos escravos batizados segundo a origem ou cor dos pais
Paróquia de Franca, 1086-1888.**

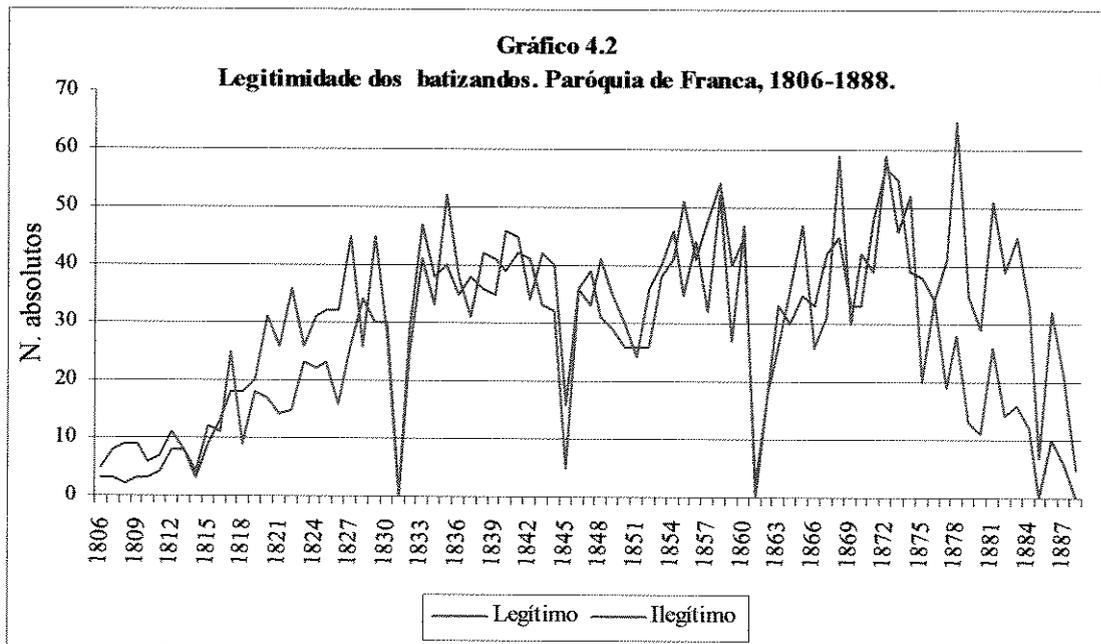
Mãe \ Pai	Africana	Crioula	Preta	Parda	S/I	Total
Africana	56	32		5	19	112
Crioula	72	140	9	8	23	252
Preta		3	215	1	5	224
Parda	3	7	1	11	2	24
S/I	52	10	3	4	1.471	1.540
Total	183	192	228	29	1.520	2.152

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de batismo 1806-1888

De qualquer forma, os registros nos mostram que o casamento formal ocorria em uma parcela razoável da população escrava, mas não nos mostram que os filhos ilegítimos pudessem estar vivendo no interior de uniões consensuais estáveis. Seria preciso um

cruzamento de fontes para poder observar esta realidade, já verificada por outros pesquisadores.

Em Franca também observamos que a frequência dos batizados de escravos filhos legítimos e ilegítimos oscilou consideravelmente no tempo. Pudemos identificar períodos em que predominavam as crianças ilegítimas (1806 até meados de 1850, e final da década de 1870 a 1888).



Ao que indica, a união formal dos escravos perante a Igreja foi incentivada após o fim do tráfico atlântico de escravos, o acabou por refletir no aumento de filhos legítimos. Considerando o contexto sócio-econômico local e provincial e o conjunto de leis promulgado pelo Estado concernente ao elemento cativo e as implicações sobre os interesses dos senhores e as possibilidades permitidas aos escravos, dividimos os registros paroquiais em três períodos: 1806-1850 (compreende o início dos registros no livro de batizados até o fim do tráfico africano); 1851 – 1871 (momento posterior ao encerramento do tráfico à promulgação da Lei do Ventre Livre); 1872-1888 (período pós Lei do Ventre Livre e os últimos anos da escravidão).

Tabela 4.6
Legitimidade entre os filhos de escravos
Paróquia de Franca, 1806-1888.

Legitimidade/Períodos	1806-1850	1851-1871	1872-1888
N. Legítimos	1.019	766	366
%	44,9	50,9	36,9
N. Ilegítimos	1.198	733	626
%	52,8	48,6	63,1
Não consta	53	7	0
%	2,3	0,5	0,0
Total	2.270	1.506	992
%	100,0	100,0	100,0

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de batismo 1806-1888.

A primeira metade do século XIX foi o período em que ocorreu a formação e povoamento efetivos da localidade estudada. A pecuária, o comércio do sal e a produção de gêneros alimentícios eram as suas principais atividades econômicas.

Entre 1806-1850, a proporção de filhos legítimos de escravos foi relativamente significativa, 44,9%. A localização geográfica de Franca como área fronteiriça com Minas Gerais, não teria estimulado o casamento de escravos em virtude da necessidade de povoamento do norte paulista? É possível que os senhores se interessassem em promover o casamento de seus escravos, em parte para povoar a região e como forma de garantir a ampliação de suas posses, mesmo em um período em que o tráfico externo era responsável pela maior parte da reposição de mão de obra na Província.

Datam do segundo período, 1851-1871, as leis que passaram a interferir na relação senhor-escravo, quais sejam, a Lei de 1869 que proibia a separação de famílias escravas perante venda ou doação, ou seja, a separação de escravos casados e de crianças pequenas de seus pais (esta lei impedia a separação de um pai ou uma mãe de seus filhos menores de 15 anos, idade que caiu para 12 anos em 1872) e a Lei de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, que considerava livre toda criança nascida de mãe escrava. Estas poderiam estar influenciando na ausência de casamentos formais de escravos? Os dados parecem indicar que sim. O incentivo aos casamentos pode ter diminuído com a lei de 1869, pois o tráfico intraprovincial seria prejudicado ao impedir a separação de casais e de pais de seus filhos pequenos. No entanto, o efeito dessa lei será sentido no próximo período, 1872-1888.

Entre 1851-1871 que vislumbramos a maior proporção de filhos legítimos de escravos na Paróquia de Franca (50,9%), sendo superior ao conjunto dos anos anteriores (1806-1850).

De acordo com Faria, a única localidade carioca, que apresentou aumento na legitimidade entre 1860-1870, foi São Salvador que de 18,9% em 1860 se elevou a 29,1% em 1870 (FARIA, 1998, p. 342). A explicação deste acréscimo, segundo a autora, estaria na concorrência de áreas açucareiras próximas, que devem ter contribuído para que a legalidade e estabilidade dos casamentos de escravos fossem permitidas, a fim de ampliar as posses de escravos após o fim do tráfico africano.

As áreas que produziam café no Velho Oeste paulista e no Vale do Paraíba concorriam para a compra de escravos de Franca?

No terceiro momento, 1872-1888, as crianças nascidas nesse período já eram consideradas de condição social livre. Observamos uma considerável queda na proporção de legítimos entre os filhos de escravos em relação ao período anterior (-14,0%).

Ainda sim, a proporção de filhos legítimos de escravos em Franca (36,9%) foi superior à encontrada em Montes Claros (16,7%) entre 1872-1876 (BOTELHO, 1994, p. 144).

Campinas, em 1872, tinha um dos mais altos valores de legitimidade, cerca de 80% das crianças de 1 a 9 anos presentes nas posses médias (10-49 escravos) e grandes (50 e mais) eram legítimas (SLENES, 1999, p. 102). No entanto, se o valor de legitimidade fosse revisto alguns anos depois, poderia declinar, uma vez que Slenes observou queda na proporção de escravos casados e viúvos entre 1872-1887.

Rocha (2004 b) destacou que para Campinas, as mudanças na legitimidade escrava ocorreram no “controlar” branco e não no “lar” negro, ou seja, as mudanças estavam mais ligadas à postura senhorial perante a oficialização das uniões cativas do que ao caráter passageiro de tais relacionamentos, o que pode também ter ocorrido em Franca.

Desta maneira, o período entre 1872-1888 parece ter sido desfavorável ao casamento de escravos sacramentado pela Igreja. Aparentemente, as leis de 1869 e 1871 diminuíram o interesse dos senhores de escravos em unir formalmente seus cativos, sem, no entanto, desestimulá-los a batizarem as crianças filhas de suas escravas, certamente por ser esta a única maneira de certificar a posse do bebê.

Os Escravos de Joaquim Gonçalves Valim: um caso ilustrativo

Joaquim Gonçalves Valim foi o proprietário que mais batizou cativos na Paróquia N. S. da Conceição de Franca, num total de 31 crianças registradas entre 1841 e 1887. Este proprietário chamou nossa atenção não apenas por ter apresentado o maior número de batizados, mas por ter aparecido nos três períodos considerados (1806-1850; 1851- 1871; 1872-1888).

A proporção de filhos legítimos de escravos da posse deste senhor era de 71%. Apenas 29% das crianças batizadas eram ilegítimas e todas nasceram no último período, 1872-1888. Listamos os casais escravos deste senhor, seus respectivos filhos e ano em que as crianças foram batizadas⁶:

Casal 1) André e Filisbina Congos⁷ - Filhos: Filicia (1841), Misael (1843), Filizarda (1846), Porfina (1848), Eva (1850), Cassiano (1852), Antonio (1853) e Lourenço (1858);

Casal 2) Francisco e Rita pretos - Filhos: João (1846) e Cipriano (1848);

Casal 3) Jose crioulo e Sabina – Filhos: Adão (1847), Filipe (1848), Silvestre (1854) e Poncianno (1856);

Casal 4) Miguel e Rita Africanos – Filhos: Francisco (1855) e Pio (1860);

Casal 5) Manoel e Rita – Filha: Izidora (1858);

Casal 6) Jerônimo e Filicia - Filha: Rozaria (1865);

Casal 7) Elias e Prudencianna pretos – Filhos: Florência (1860), Laura (1866), Francisco (1877) e Igues (1880).

A ilegitimidade entre os filhos de escravos deste senhor acompanhou a tendência da paróquia como um todo, ou seja, foi mais expressiva no período 1872-1888⁸. Em seguida, citamos os nomes das mães solteiras, o de seus filhos e a data do batizado da criança.

⁶ Livros de Baptisados n. 3, 4, 5, 6 e 9.

⁷ André e Filisbina (casal 1) no registro de batismo de sua primeira filha (1841), Filicia, são citados como Congos, ou seja, africanos. Em 1846, quando levam para o batismo Filizarda, são mencionados como pretos. Nos registros dos demais filhos não há menção à nacionalidade ou cor. O mesmo ocorre com Francisco e Rita (casal 2). No registro de João são mencionados como pretos e no de Cipriano nada consta sobre a cor. Jose (casal 3) foi citado como crioulo apenas no registro de seu filho Silvestre, Elias e Prudencianna (casal 7) são mencionados como pretos somente no registro de Francisco. Consideramos que os registros se referem ao mesmo casal quando se menciona ou não a cor ou nacionalidade.

⁸ Livros de Baptisados n. 9, 11 e 12.

- Cezaria crioula – Filhos: Urias (1875) e Marcelina (1878);
- Lizaria - Filho: Filício (1876);
- Filícia preta – Filhos: André (1878) e Justino (1881);
- Thomazia crioula – Filho: Porfírio (1880);
- Dorotheia – Filha: Maria (1883);
- Laura – Filho: Elias (1886);
- Gracianna – Filho: João (1887);

Ainda não podemos afirmar até que ponto a reprodução natural dos escravos ampliou o número de cativos de Joaquim Valim. Temos que considerar a elevada taxa de mortalidade infantil predominante neste período e não descartar que uma parte destas crianças não chegou a completar um ano de idade. No entanto, é provável que o crescimento vegetativo foi importante para a ampliação e reposição da mão de obra escrava. Os escravos africanos foram responsáveis por, no mínimo, 1/3 dos registros de batizados dentre esta escravaria⁹.

Boa parte das crianças nascidas na posse de Joaquim Gonçalves Valim foi batizada com a presença de pai e mãe. Mas tiveram a oportunidade de conhecer seus avós? Ao que nos parece, algumas famílias dessa posse chegaram a terceira geração, demonstrando a relativa estabilidade na escravaria deste proprietário.

O casal André e Filisbina teve uma filha de nome Filícia em 1841. Em 1865, Jerônimo e Filícia, casados, batizaram a filha Rozaria. Em 1878, Filícia preta então com 37 anos, levou ao batismo seu filho André.

É possível que a Filícia, filha de André e Filisbina, tenha sido a mesma que se casou com Jerônimo, tido uma filha, ficado viúva, e como não se recasou na Igreja, seus filhos André e Justino eram ilegítimos? Estaríamos nos referindo a uma mesma escrava? Muitas dúvidas persistem, para as quais não temos respostas.

No momento, não podemos provar a existência de parentesco entre estes escravos, mas a conservação do nome André em duas gerações, supostos pai e filho de Filícia, permite que façamos especulações.

⁹ Consideramos no mínimo 1/3, em razão da possibilidade de outros escravos de Joaquim Valim serem africanos, mas que não vieram mencionados como tal nos registros de batismo.

Outro caso semelhante foi o de Laura, que batizou seu filho com o nome de Elias em 1886. Vinte anos antes, Elias e Prudencianna tiveram uma filha cujo nome era Laura. Como dito anteriormente, não há como verificar a existência de parentesco entre esses escravos.

Esses dois exemplos, de Filícia e Laura, podem ser evidências de que a “permanência e estabilidade levaram a comportamentos ainda mais elaborados por parte dos escravos no que diz respeito à preservação dos valores familiares. Um exemplo é a transmissão de nomes comuns entre sucessivas gerações de cativos” (BOTELHO, 1994, p.161).

O agrupamento de registros de batismo de um mesmo senhor nos permitiu verificar a maior proporção de legítimos entre os filhos de escravos¹⁰ de Joaquim Valim em comparação com a proporção da Paróquia nos três períodos considerados. O proprietário Joaquim constou nos registros paroquiais por 46 anos!, o que parece ter garantido a estabilidade e permanência entre seus escravos verificada com a presença de pelo menos uma terceira geração, se nossas hipóteses a respeito de Filícia e Laura estiverem corretas.

Franca apresentava uma economia voltada para o abastecimento interno nos períodos considerados. No entanto, os valores apresentados pela legitimidade cativa em sua Paróquia foram significativamente mais elevados do que em áreas de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e ainda que inferiores a Campinas (com economia agroexportora), aproximou-se mais à *plantation* paulista (tabela 4.7).

Tabela 4.7

Proporção de filhos legítimos de escravos em Paróquias do Sudeste. Século XIX.

Paróquias	Período	Legítimos (%)	Paróquia	Período	Legítimos (%)
Montes Claros (MG) (a)	1840-1844	11,3	Franca (SP) (d)	1840-1844	44,8
	1872-1876	16,7		1872-1876	48,6
Campinas (SP) (b)	1872	60,0	Franca (SP)	1872	50,9
Marapicu (RJ – Nova Iguaçu – rural) São Salvador (RJ – rural) (c)	1834-1840	32,7	Franca (SP)	1834-1840	50,0
	1851-1858	13,6		1851-1858	50,8
	1870	29,1		1870	56,0

Fontes: (a) BOTELHO, 1994, p. 144; (b) SLENES, 1999, p. 101; (c) FARIA, 1998, p. 342; (d) Arquivo da Cúria Diocesana de Franca – Registro de batismo 1806-1888.

Os resultados que apresentamos confirmam que em São Paulo os escravos se casavam mais do que em qualquer outro lugar do Brasil, refletindo na legitimidade de seus filhos.

¹⁰ A proporção de filhos legítimos de escravos deste senhor (71%) é bastante elevada quando consideramos a legitimidade entre as crianças de 1 a 9 anos de idade nas posses médias e grandes de Campinas em 1872, 80%.

Ainda que Franca e Campinas se encontrassem na mesma província, houve diferenças entre esses dois locais quanto a legitimidade. O tamanho das posses de escravos em Campinas por ser superior às posses francanas possibilitava aos escravos encontrarem parceiros no local onde viviam e se unirem perante a Igreja Católica em maior proporção do que em Franca.

4.2. Casamentos

O ato de casar é eminentemente social. A escolha de um cônjuge não se restringe a uma necessidade biológica de reproduzir-se, mas envolve imperativos sócio-culturais que vão desde a cor, origem, condição social (em uma sociedade escravista), nível de riqueza, a posição social dos indivíduos. O casamento, além de legitimar a prole advinda da união de um casal, pode abarcar estratégias sociais como os casamentos realizados entre parentes no seio de uma elite econômica para a manutenção dos bens, e mesmo de sobrevivência entre os mais empobrecidos.

E entre os escravos, o que significava se casar, por que se casavam? Quantos se casavam? Com quem se casavam? Quando se casavam? Para responder estas questões, tomamos como base os 828 registros paroquiais de casamento de escravos e ex escravos que se uniram entre 1807 e 1888 na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca.

Certamente o casamento para um escravo era vantajoso. Além de um companheiro (a) para compartilhar alegrias e tristezas, havia a chance de conseguir uma habitação própria (separada das senzalas) como nos mostra Slenes (1999) e, no caso, de ser um escravo homem implicava em ter uma parceira, oportunidade restrita a alguns poucos em posses com elevadas razões de masculinidade.

No capítulo 2 identificamos já alguns aspectos ligados ao estado conjugal da população escrava, a partir dos levantamentos populacionais de 1836 e 1872. Agora através dos registros de casamento da Paróquia acrescentamos mais informações sobre os casamentos entre os cativos, principalmente no que diz respeito às escolhas matrimoniais e à sazonalidade dos mesmos. Lamentavelmente, os registros não trazem a idade dos noivos, o que impossibilita de verificarmos o calendário da nupcialidade entre os escravos, ou seja, a idade ao casar. A naturalidade, por sua vez foi raramente mencionada e o nome dos pais dos nubentes também não aparecem.

Dos casamentos realizados em Franca no período, que envolveram pelo menos um cônjuge escravo ou ex-escravo, 88% uniram um escravo a uma escrava, 4,7% um cônjuge livre/forro/liberto/ex escravo e o outro escravo e os demais (7,2%) envolviam as uniões entre cônjuges forros/libertos/ex escravos casados entre si ou com livres e pessoas sem informação da condição social.

Escravos casando-se com ex-cativos indicam que a liberdade destes últimos não encerrava seu contato com a comunidade cativa, uma vez que este era (re)estabelecido através da união com cônjuge cativo. No entanto, esta situação não foi tão expressiva em Franca como na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias em Vila Rica no período 1727-1826, onde 25% dos casamentos se deram entre forros e escravos (de um total de 200 casamentos entre escravos ou escravos e forros) (LUNA; COSTA, 1981, p. 106). Se considerarmos apenas as uniões no qual ambos cônjuges eram escravos ou ao menos um, na Paróquia de Franca, teríamos um total de 751 uniões, das quais apenas 22 (2,9%) entre escravos e forros/libertos. Os forros/libertos/ex escravos preferiam casar-se entre si (40 casamentos).

Os escravos homens casavam-se proporcionalmente mais com mulheres livres ou ex escravas do que as escravas, garantindo, desta forma, que seus filhos fossem livres. Mas a explicação para o menor número de livres casarem-se com escravas estaria na condição social de seus filhos, também escravos? Certamente isto poderia influenciar na escolha do cônjuge, mas é preciso levar em conta também a razão de sexo entre os escravos que impedia muitos deles encontrarem parceiras no seu grupo social.

Tabela 4.8**Condição social dos noivos. Paróquia de Franca, 1807-1888.**

Condição social da noiva	Condição social do noivo						S/I	Total
	Escravo	Forro	Liberto	Livre	Ex escravo			
Escrava	729	9	2	3			2	745
Forra	6	20	1	3			2	32
Liberta	4	1	15	4	1			25
Livre	10		6		2			18
Ex escrava	1				2			3
S/I	2	1	1		1			5
Total	752	31	25	10	6		4	828

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de casamento 1807-1888.

Apenas 11 casais escravos pertenciam a proprietários diferentes. Isto demonstra que a endogamia quanto a essa variável, em Franca foi mais significativa do que na paróquia paulista de Santana de Parnaíba no período 1726-1820, onde 94% dos casamentos entre escravos ocorreram entre escravos do mesmo senhor (METCALF, 1990, p. 206). No entanto, o casamento de cativos de diferentes proprietários foi um evento incomum no Brasil.

Nos registros paroquiais, a cor ou naturalidade eram mencionadas logo após o nome dos nubentes, desta forma decidimos manter conjuntamente por ter sido relativamente pouco mencionada a naturalidade de origem africana. Os casamentos na Paróquia de Franca ocorreram também de forma mais acentuada entre os cativos de mesma origem ou cor. Dentre os grupos de pretos, crioulos, pardos e mulatos, a maioria se casou com pessoas da mesma categoria. Os africanos apareceram casando-se mais com crioulas, uma vez que na população africana havia também mais homens que mulheres.

Tabela 4.9**Cor/naturalidade dos noivos. Paróquia de Franca, 1807-1888.**

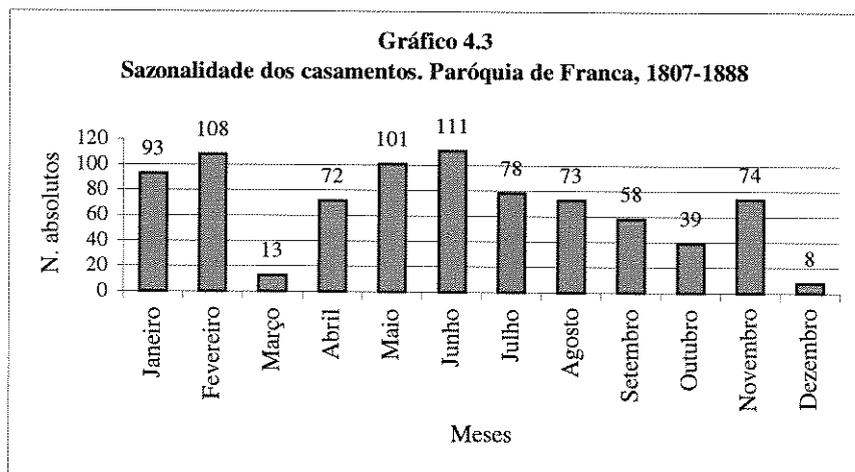
Cor/naturalidade da noiva	Cor/naturalidade do noivo								S/I	Total
	Preto	Crioulo	Pardo	Africano (*)	Benguela	Angola	Congo	Mulato		
Preta	274								1	275
Crioula	6	171	2	47		1			7	234
Parda	1	9	9	2			1		1	23
Africana(*)	1	9		26					3	39
Benguela		1			1	1				3
Mina		1								1
Mulata		1		1				1		3
Libolo			1							1
S/I	11	13	3	11					211	249
Total	293	205	15	87	1	2	1	1	223	828

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de casamento 1807-1888.

(*) Somados africanos + de nação.

Em uma das duas paróquias de Vila Rica (a de Antônio Dias), os escravos coloniais também se casavam em maior proporção com as escravas também nascidas no Brasil, assim como bantos e sudaneses buscavam seus pares entre os originários de sua mesma região (LUNA; COSTA, 1981, p.107).

Ao contrário do que se observa para os batizados, a sazonalidade dos casamentos indicou claramente o respeito ao calendário litúrgico, uma vez que a população livre e escrava pouco se casava na Quaresma e no Advento (respectivamente março e dezembro). Junho era o mês com maior frequência de casamentos de escravos, certamente em razão das festas juninas que ocorrem neste mês. Em segundo lugar ficava fevereiro (o mês que antecedia a quaresma).



Além do calendário litúrgico, temos que considerar o calendário agrícola local. Para as áreas de produção de gêneros de subsistência (feijão, milho, arroz) o período do plantio ocorria entre setembro e novembro, em janeiro ocorria a colheita do milho, e entre maio e junho se preparava a terra para o plantio. O período janeiro-abril, meses de chuvas, o trabalho agrícola abrandava (MARCÍLIO, 1986, p. 191; BACELLAR, 2001, p. 76).

Em Franca, a distribuição mensal dos casamentos de escravos indicou queda entre julho e outubro. A sazonalidade do casamento de escravos, certamente, sofria com maior intensidade as épocas de trabalho na lavoura e no cuidado com o gado do que a população livre.

Ainda que o calendário agrícola influenciasse na distribuição dos casamentos, os

momentos desaconselhados pela Igreja para festas ou o “período proibido” eram evitados para realização de cerimônias matrimoniais, sendo rigorosamente respeitados por escravos e livres. Os registros paroquiais de casamentos recolhidos da Paróquia da Sé na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX), evidenciaram que livres e escravos respeitavam a Quaresma e o Advento e casavam-se menos nos meses de março, abril e dezembro. Os meses em que mais se casaram escravos foram maio seguido de fevereiro, e entre, os livres a preferência foi por fevereiro (MARCÍLIO, 1973, p. 157).

Os escravos de Ubatuba, que se casaram no período 1810-1819, não o fizeram em março e dezembro, preferindo os meses de maio e junho, seguidos de novembro e fevereiro. Os livres desta mesma localidade elegeram primeiro setembro (em razão do abrandamento do trabalho após o plantio e a pesca da tainha) e logo em seguida, fevereiro, como os meses prediletos para se casarem. Ainda que poucos, os casamentos de livres em março e dezembro foram realizados. Marcílio chama a atenção para o maior cumprimento dos escravos em relação ao “tempo proibido” ou de penitência aconselhado pela Igreja (MARCÍLIO, 1986, p. 189-191).

Bacellar, em estudo sobre os casamentos de livres em Sorocaba entre 1679 e 1830, também encontrou a influência do calendário litúrgico nas cerimônias de casamento que diminuía em março, abril e dezembro. Fevereiro se despontava como o mês preferido para o casamento de livres, ao contrário de Ubatuba, onde os livres se casavam mais em setembro.

“Observados os preceitos religiosos, este mês [fevereiro] traduzia também uma conjuntura favorável às famílias, que, nesse momento preciso do ano, estavam em fase de conclusão de suas rotineiras tarefas de colheita. Em outras palavras, este era exatamente o início do período de maior abundância de gêneros de primeira necessidade, momento em que as famílias renovavam seus fôlegos, concretizam eventuais negócios com excedentes e, portanto, estavam mais preparadas para lançar seus filhos na vida autônoma e para promover as inevitáveis festas nupciais. E fevereiro era, no caso específico de Sorocaba, também o momento de princípio das festas anuais de gado, sinônimo de realização de inúmeros negócios proveitosos para a comunidade em geral” (BACELLAR, 2001, p.77).

Este autor citou outras localidades em que fevereiro aglutinavam maior número de matrimônios de livres, como: Mogi das Cruzes no período 1710-1850 e Curitiba (1751-1850), com exceção da Lapa (1769-1818) em que junho era o mês em que se casavam mais livres. Segundo Bacellar, a maior incidência de casamentos em junho na Lapa poderia ter alguma relação com a passagem das tropas de gado nesta localidade (BACELLAR, 2001, p. 78).

Em quase todas as localidades analisadas, o mês de fevereiro era o preferido dentre os livres que se casavam, evidentemente em virtude do período consecutivo ser o da Quaresma. Dessa forma, adiantava-se o matrimônio para o momento anterior ao período proibido. Entre os caiçaras de Ubatuba, setembro acumulou mais casamentos, vindo em seguida o mês de fevereiro e a Lapa diferenciou-se das demais localidades por fevereiro aparecer apenas em quarto mês preferido.

Estes resultados demonstraram que as peculiaridades regionais e locais, além do calendário litúrgico, exerceram influência sobre a sazonalidade dos casamentos. Esta observação estende-se aos escravos. Na Paróquia da Sé (cidade de São Paulo) os cativos se casavam em maio seguido de fevereiro (MARCÍLIO, 1973, p.155), e em Ubatuba, maio também foi o mês preferido de seus matrimônios, ficando em segundo lugar junho (MARCÍLIO, 1986, p.109). Na Paróquia de Franca, junho, fevereiro e maio eram os meses em que mais se uniram escravos perante a Igreja. O elevado número de casamentos de escravos realizados em maio teria alguma relação com o dia de São Benedito, comemorado em 13 de maio? Quando verificamos os dias de casamentos mais freqüentes no mês de maio encontramos a maiores proporções nos dia 6 (7,9%), 9 e 10 (5,9% cada um) e nos últimos dias do mês (28 em diante - total de 21,8%), descartando nossa hipótese. Complementaríamos à observação no início deste parágrafo, que os escravos além de se submeterem ao calendário litúrgico e agrícola (assim como muitos livres), dependiam da vontade do senhor em levá-los à paróquia para oficializarem sua uniões. Os casamentos de escravos se concentravam em maio, fevereiro e junho (apesar de aparecerem em diferentes freqüências em Franca, São Paulo e Ubatuba), o que pode indicar que o calendário agrícola, seguido do litúrgico teria maior influência sobre os escravos do que livres.

Vistos os meses preferidos para o casamento de escravos, passemos aos dias. Na Paróquia de Franca, a segunda-feira era o dia que mais se casava (24,4% das cerimônias), seguida do domingo (23,6%) e do sábado (15,1%). A sexta-feira permanecia sendo um dia

pouco propenso para o matrimônio (5,9%), isto em parte se justifica em razão da Igreja considerar a sexta-feira um dia de abstinência.

Temos pouca informação sobre o dia em que os escravos se casavam. Para os livres, encontramos o trabalho de Bacellar (2001, p. 94) que mostrou ter sido a terça-feira o dia em mais se casou em Sorocaba e o de Marcílio sobre Ubatuba, onde o domingo foi o preferido para os livres. Segundo esta autora,

“a preferência pelo domingo ou pelo sábado marca um comportamento social típico das comunidades camponesas do Brasil arcaico. Aqui, a influência da cristandade européia teve pouca atuação. Porque lá, restrições foram feitas no sentido de não se misturar a festa dominical, dedicada ao Senhor, com qualquer outra festa familiar, social, profana ou religiosa” (MARCÍLIO, 1986, p. 192).

Domingo seguido por sábado, juntos concentravam a maior parte dos casamentos realizados na paróquia de Franca. Este comportamento pode ser explicado por nestes dias o trabalho ser menos intenso o que possibilitava a ida à Vila e a probabilidade da presença do padre estava mais garantida, o que tudo indica se estendia para segunda-feira também.

4.3. Óbitos

Os assentos de óbitos são, dentre os registros paroquiais, os que apresentam maiores problemas de subenumeração, uma vez que nem sempre havia um padre presente no momento da morte, como nos batizados e casamentos. No entanto, os registros de óbitos são uma das poucas fontes que se referem à passagem da vida para a morte das populações do passado, especialmente os escravos.

Quando e quem morria, onde e como eram enterrados, que idade tinham?

Recolhemos um total de 2.072 óbitos, dos quais 1.078 de homens, 913 mulheres e 81 sem informação do nome a partir do qual deduzimos o sexo. Deste total, 93,3% referiam-se a óbitos de escravos e 6,7% de forros/libertos/ex escravos.

Em que se pese a atração por dígitos verificada nas idades ao falecer, é possível fazer algumas inferências em relação a faixas etárias mais amplas.

O primeiro ano de vida de uma criança escrava era extremamente arriscado à sua sobrevivência devido a forte mortalidade. Passada essa fase, o perigo diminuía, mas continuava presente. Os óbitos de crianças com menos de um ano de vida chegavam a 20,2% do total e os de infantes menores de 9 anos, 36,8%. Muitas das crianças morriam nos primeiros dias de vida e nos registros de seus óbitos sequer havia seus prenomes. No primeiro ano de vida, constatamos sobremortalidade masculina, uma vez que nasciam mais homens e conseqüentemente morriam mais, como os estudos demográficos já apontaram. As mulheres morriam proporcionalmente mais nas idades jovens (1 a 14 anos) e na fase produtiva e reprodutiva (15-49 anos), o que evidencia que o fato de gerar e parir os filhos era uma das causas da mortalidade feminina neste período da vida.

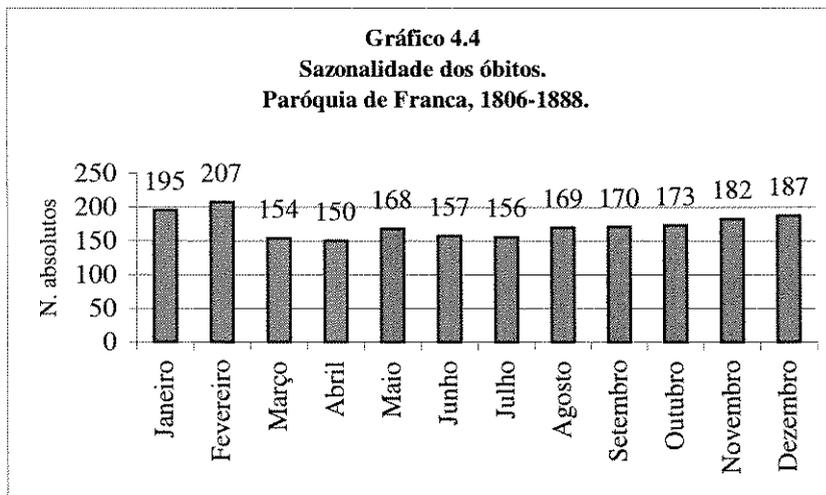
Tabela 4.10
Óbitos de escravos e ex escravos por sexo e grupos etários
Paróquia de Franca, 1806-1888.

Idade	Homens	Mulheres	S/I	Total
< 1	189	151	79	419
1-4	130	147		277
5-9	33	34		67
10-14	51	37		88
15-19	44	52		96
20-24	60	59	1	120
25-29	39	28		67
30-34	77	66		143
35-39	22	26		48
40-44	76	67		143
45-49	38	19		57
50-54	79	47		126
55-59	12	4		16
60-64	57	48		105
65-69	10	5		15
70 e +	80	37		117
S/I	81	86	1	168
Total	1.078	913	81	2.072

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de óbito 1807-1888.

Como os batizados, os óbitos estavam distribuídos com maior regularidade entre os meses. Durante o verão foi registrado o maior número de óbitos de escravos (fevereiro, janeiro, dezembro e novembro), perfazendo 37,2% do total, certamente as doenças infecto-parasitárias, as febres e desidratação atingiam mais os escravos nos meses mais quentes

(BACELLAR, 2001, p. 97).



Marcílio em estudo sobre a população da cidade de São Paulo mostrou, a partir dos óbitos de livres, que “no século XVIII outubro e novembro eram meses de forte mortalidade, enquanto que no século XIX esta prolongava-se até janeiro” (MARCÍLIO, 1973, p. 157).

Os escravos foram majoritariamente enterrados em cemitérios, com destaque para o cemitério “desta matriz” (79,1%). Foram citados um total de 13 cemitérios, uns indicando nomes de antigos pousos, outros de distritos de Franca: do Cubatão, da Lages, de Batatais, das Canoas, dos Córregos, da Posse, do Carmo, da Soledade etc. Foram enterrados 16,0% dos escravos no adro da matriz (313 escravos e 18 forros), 0,1% dentro do adro (3 escravos) e 0,1% no adro do rosário (um escravo e um forro).

Os escravos eram sepultados envoltos em mortalhas de pano. A cor branca predominou (61,7%), seguida do preto (24,5%), “roza” (4,9%) e azul (1,5%). Dois forros foram sepultados com “abito preto” e uma forra, Jacinta de 80 anos, com “abito de São Francisco” e enterrada no adro da matriz¹¹.

Tabela 4.11
Cor da mortalha dos escravos e ex escravos
Paróquia de Franca, 1806-1888.

Cor da mortalha	N. absolutos	%
Abito de São Francisco	1	0,0
Abito Preto	2	0,1
Amarelo	2	0,1
Azul	32	1,5
Branco	1.279	61,7
Cinza	2	0,1
Obita	1	0,0
Pardo	16	0,8
Preto	507	24,5
Rocho	2	0,1
Rosa	99	4,8
Roxo	19	0,9
Verde	7	0,3
Vermelho	8	0,4
Outros (*)	9	0,4
S/I	86	4,2
Total	2.072	100,0

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de óbito 1806-1888.

(*) Inclui 1 claro, 1 cobertor, 2 de cor, 1 encarrado, 1 escomilha, 1 mesma roupa, 2 mortalha.

Faria verificou que a cor branca prevaleceu nas mortalhas dos escravos sepultados no século XVIII (86%) e no XIX (55%).

“Entre escravos, praticamente imperava a mortalha branca, sempre em mais de 90% dos que faleceram com mais de 15 anos de idade. João Reis aponta motivos econômicos para esta escolha, ao mesmo tempo fazendo uma ressalva sobre ser esta cor a preferida do funeral no candomblé. Robert Slenes, constatando a predominância de africanos de origem banto entre escravos, no Sudeste brasileiro, nos sugere uma explicação mais contundente, ao afirmar que: “Para os bakongo, como para boa parte dos povos da região Congo-Angola, a cor branca simbolizava a morte; os homens eram pretos, os espíritos brancos””(FARIA, 1998, p. 347-348).

Se o pano branco era mais barato frente aos coloridos, isto apenas não justificaria a predominância da mortalha branca como bem exemplifica os tecidos coloridos para o sepultamento de crianças que, de acordo com FARIA, “a morte de crianças diferenciava-se da

¹¹ Livro de Óbitos n.1.

dos adultos, sendo as cores uma das indicações mais evidentes” (FARIA, 1998, p. 347).

Na paróquia de Franca constatamos que os panos fúnebres de cor rosa e azul foram utilizados para o sepultamento de crianças e jovens com até 14 anos¹². Os panos coloridos indicavam os óbitos de crianças (vermelho, verde e os “de cor”), além do branco também ser comum, já o preto era evitado (apenas 4,7% daqueles enterrados envoltos em pano preto eram menores de 14 anos). A cor preta simbolizava o mistério da morte (FARIA, 1998, p. 347).

Após a análise sobre as mortalhas, Faria concluiu que a cor desta era uma escolha individual do escravo (e de seus familiares) no momento do sepultamento.

Ao que tudo indica, a cor da mortalha nos sepultamentos dos escravos em Franca foi conscientemente escolhida (ou seja, não aleatoriamente ou apenas em razão do valor econômico do tecido), já que tinham acesso aos panos de cor para enterrarem suas crianças e preferiam, independente da idade, a cor branca, carregada de simbologia e valores culturais.

Os atos de nascer, se casar e morrer, de tão corriqueiros, foram pouco relatados. Desta forma, ficamos sem saber como um casal de escravos se unia ou como era sepultado um membro querido da comunidade escrava. O banco de informações que montamos com os registros paroquiais mostra-se uma fonte rica em análises sócio-culturais e demográficas, especialmente quando cruzados com outras fontes. Não houve como destacarmos todos os dados, no entanto, esperamos ter ao menos instigado futuros estudos sobre os momentos de batismo, casamento e morte do escravo, ainda um tanto obscuros aos olhos dos historiadores de hoje.

¹² Com exceção de um adulto na faixa etária 20-24 anos enterrado envolto em pano azul.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos resgatar as características demográficas da população escrava, dos fogos onde viviam os cativos e de seus proprietários, na Vila Franca do Imperador. Localidade esta, que nas primeiras décadas do século XIX, ocupava um amplo território no norte da Província de São Paulo. Que ao longo deste século, até por volta de 1888, quando foi abolida a escravidão, apresentava uma economia dinâmica e diversificada, voltada para o abastecimento interno, enquanto, em outras áreas do território paulista, a agricultura agro-exportadora expandia-se a passos largos.

Esse resgate levou-nos a analisar também as características mostradas pela população livre, pelos fogos e chefes que não possuíam escravos, de modo a salientar a intensidade das marcas deixadas pela escravidão no comportamento demográfico dos cativos, dos proprietários e do tamanho e composição dos fogos e/ou desses últimos sobre a demografia dos escravos. Em fazendo esta comparação, ampliamos também o conhecimento sobre o segmento livre e sobre os fogos que não possuíam escravos.

Ao traçarmos a demografia, mesmo que incompleta, dos escravos, dos proprietários/chefes e fogos, verificamos que suas características, ainda que em medidas diferentes, foram comuns também em outros locais. O que nos parece peculiar é que o comportamento observado para a população e domicílios francanos, ora se aproximava daquele verificado para a província como um todo, ora daquele encontrado nas áreas de agricultura de exportação, ora daquele observado para os locais voltados para o abastecimento interno.

Enfim, apresentamos no decorrer desta dissertação os resultados encontrados. Eles mostram múltiplas faces, que incluem, entre outras:

- uma análise da evolução, estrutura e dinâmica da população escrava, que como era de se esperar, muito diferente das observadas para a população livre, uma vez que foi marcada pela própria condição do ser escravo, pelas leis abolicionistas, pela reprodução via imigração mais forte no início do período analisado, que o crescimento vegetativo;
- um estudo do tamanho e composição dos fogos, com e sem escravos, das características demográficas de seus chefes e das características demográficas dos escravos segundo o tamanho da posse. A população livre dos domicílios com escravos era maior e

ligeiramente mais diversificada que a dos sem escravos; os chefes de domicílios com escravos apresentavam-se mais velhos; as mulheres chefes de domicílios e donas de escravos em Franca foram pouco representativas, inclusive tendo em mente as proporções encontradas para outros locais; os domicílios com escravos estavam relativamente mais pulverizados que em outros locais (40% dos domicílios possuíam escravos); as posses pequenas (até 5 escravos) predominavam, assim como em outras áreas da Província; nas posses menores a razão de sexo apresentava-se maior no seu conjunto, embora os casamentos fossem mais freqüentes nas maiores; nas primeiras, proporcionalmente, havia um maior número de pessoas escravas adultas em idades produtivas que nas segundas etc;

- um panorama sobre os nascimentos (através das variáveis encontradas no registro de batismo), casamentos e óbitos de escravos e/ou filhos de escravos. Entre outros, mostramos a sazonalidade desses eventos e suas possíveis explicações; mostramos também que a legitimidade encontrada entre os escravos de Franca era elevada em relação ao observado para Minas Gerais e Rio de Janeiro, ainda que inferiores que as das áreas de *plantation*; as uniões formais entre escravos de um mesmo proprietário eram a regra, mas havia brechas para casamentos com livres e libertos; a mortalidade infantil, como era esperado, apresentou-se também muito elevada em Franca.

Enfim, com este trabalho conseguimos avançar no conhecimento da população e história francana. Ao mesmo tempo, reconhecemos que há caminhos e atalhos a percorrer que deixamos para nossa tese de doutorado, num futuro não muito distante.

Referências Bibliográficas

ALMANAK da Província de São Paulo para 1873. Organizado e publicado por Antônio José Baptista de Lune e Paulo Delfino da Fonseca. Edição Fac-similar, Imprensa Oficial do Estado S. A. IESP, 1985.

ALMANAQUE Histórico de Franca - Obra de Compilação Histórica do Município em seus vários aspectos. Hygino Antônio do Nascimento e Eufrásio Moreira (Orgs). Franca: Tipografia "Renascença", 1943.

ALMEIDA, C. M. C. Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750-1850. **População e Família**, São Paulo, CEDHAL/USP/Humanitas, v. 1, n. 1 p.235-260, jan./jun.1998.

AISSAR, A. G. **Natalidade e mortalidade em Franca**: estudo de demografia histórica (1800-1850). São Paulo, 1980. 166f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BACELLAR, C. de A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001. 274 p.

_____; BRIOSCHI, L. R. (Org.). **Na estrada do Ananguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. 251 p.

_____. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997. 219 p.

BASSANEZI, M. S. C. B.; BACELLAR, C. A. P. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 113-129, jan./jul.2002.

_____. (Org.). **São Paulo do passado**: dados demográficos. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1998.

_____. Considerações sobre os estudos do celibato e da idade de casar no passado brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v. 1, 1994. p. 381-396.

_____. Padrões de casamento em uma comunidade em mudança: 1870-1890. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Brasília. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v.1, 1992. p.273-296.

_____. Nascimento, vida e morte na fazenda. Alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e de seus descendentes. In: BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, v. 2, 1990. p. 337-356.

BATISTA, D. J. **Cativos e libertos**: a escravidão em Franca entre 1825-1888. Franca, 1998. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.

BENTIVOGLIO, J. C. **Igreja e urbanização em Franca**: século XIX. Franca: UNESP/FHDSS, 1997. 175 p.

- BERGAD, L. W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Trad. de Beatriz Sidou. Bauru: EDUSC, 2004. 392 p.
- BOTELHO, T. R. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. São Paulo, 1994. 215f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BRIOSCHI, L. R. **Criando história**: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835). São Paulo, 1995. 268f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____ et al. **Os entrantes no Sertão do Rio Pardo**: o povoamento da freguesia de Batatais: séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991. 293 p.
- CHIACHIRI FILHO, J. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986. 214 p.
- COSTA, I. N.; NOZOE, N. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 319-345, maio/ago.1989.
- _____; SLENES, R. W.; SCHWARTZ, S. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago.1987.
- _____; GUTIÉRREZ, H. Notas sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). **História: questões e debates**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 313-321, dez.1984.
- _____. **Minas Gerais**: estruturas populacionais típicas. São Paulo: EDEC, 1982. 143 p.
- CUNHA, M. F. A legitimidade entre os cativos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca – século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.
- DI GIANNI, T. P. **Italianos em Franca**: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior. Franca: UNESP, 1997. 175 p.
- EISENBERG, P. L. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: UNICAMP, 1989. 394 p.
- FARIA, S. C. A morte de livres e escravos em registros católicos, séculos XVIII e XIX. **População e Família**, São Paulo, CEDHAL/USP/Humanitas, n. 3, p. 181-206, 2000.
- _____. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 432 p.
- FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 250 p.
- FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, M. G. Marcelino, filho de inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias negras em Paraíba do Sul (1835-1872). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 151-173, maio/ago.1987.
- FREITAS, J. L. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá, 1818. In Costa, I. N. (org.) **Brasil: História econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986. p.205-222.

GORENDER, J. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990. 271 p.

GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 161-188, mar/ago. 1988.

_____. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago.1987.

HENRY, L. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Trad. de J. Manuel Nazareth. Lisboa: Gradiva, 1988. 231 p.

KARASCHI, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. Trad. de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 648 p.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. **Slavery and the economy of São Paulo, 1750-1850**. Stanford, California: Stanford University Press, 2003. 273 p.

_____. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 245-295, set./dez.1992.

_____. **Minas Gerais: escravos e senhores: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. 224 p.

_____. COSTA, I. N. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826). **África**, São Paulo, Centro de Estudos Africanos da USP, n. 4, p. 105-109, 1981.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000. 219 p.

_____. A demografia histórica brasileira neste final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, ABEP, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, jan./dez.1997.

_____. **Caçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986. 244 p.

_____. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: _____ (Org.). **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 193-207.

_____. **São Paulo: povoamento e população**. São Paulo: Pioneiras, 1973. 220 p.

MARCONDES, R. L.; GARAVAZO, J. A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

MELLO, P. C. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 151-179, jan./abr.1983.

METCALF, A. C. A família escrava no Brasil Colonial: um estudo de caso em São Paulo. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 205-212.

_____. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 205-212, maio/ago.1987.

- MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999. 426 p.
- NEVES, M. F. R. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 237-243.
- OLIVEIRA, L. L. **Economia e história em Franca: século XIX**. Franca: UNESP/FHDSS, 1997. 148 p.
- ROCHA, C. M. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas: UNICAMP, 2004a. 180 p.
- _____. **Gerações da senzala: famílias e estratégias no contexto dos tráficos africano e interno**. Campinas, Século XIX. Campinas, 2004b. 296f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972. 357 p.
- SAMARA, E. M. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero, 1989. 194 p.
- SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 474 p.
- _____. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr.1983.
- SCOTT, A. S. V. **Família, população e formações sócio-históricas: que mundo perdemos**. 2004. (mimeo)
- _____. **Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836)**. São Paulo, 1987. 301f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SLENES, R. W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil: Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 299 p.
- _____. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. **População e Família**, São Paulo, CEDHAL/USP/Humanitas, v. 1, n.1, p. 9-82, jan./jun.1998.
- _____. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 189-203, mar./ago.1988.
- _____. **The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888**. Stanford, 1976. 728 f. Tese (Doutorado) - Stanford University.
- TEIXEIRA, P. E. **O outro lado da família brasileira: mulheres chefes de família (1765-1850)**. Campinas: UNICAMP, 2004. 286 p.
- _____. A família do homem livre em Campinas: alguns aspectos demográficos, 1774-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.

TOSI, P. G. **Capitais no interior:** Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Campinas, 1998. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Cap.1, 2, 3 e 4.

TUPY, I. S. T. Demografia histórica e família escrava no Brasil: o estágio atual da questão. **População e Família**, São Paulo, CEDHAL/USP/Humanitas, n. 3, p. 227-248, 2000.

VALENTIM, A. **Posse de escravos em Apiaí, São Paulo:** 1732 a 1835. 2001. (mimeo).